

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2020

Secretaria de Estado de
Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

SEASTER

HELDER BARBALHO

Governador do Estado do Pará

LÚCIO DUTRA VALE

Vice Governador do Estado do Pará

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Assistência Social, Emprego e Renda

VALDO DIVINO DA SILVA FILHO

Secretário Adjunto de Assistência Social

ESMERINO NERE BATISTA FILHO

Secretário Adjunto do Trabalho, Emprego e Renda

Riane Reis dos Santos

Diretoria de Assistência Social

Ricardo Avelino Ganzer

Diretoria de Renda de Cidadania e Combate à Pobreza...

Maria de Nazaré Cardoso Costa da Rocha

Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional

Nazareno de Souza Santos

Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo

Pedro Lúcio Santos Rocha

Diretoria de Trabalho e Renda

Maria Evaneide Pantoja da Silva

Diretora de Administração e Finanças

SEASTER

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DA SEASTER

Equipe Técnica

Guilherme Nascimento

Coordenadora do Núcleo de Planejamento – NUPLAN
(01/02 a 30/10)

Lucinda Assis Sena

Coordenadora do Núcleo de Planejamento – NUPLAN
(01/11 a atual)

Janice Ferreira dos Santos

Gerente de Orçamento do NUPLAN

Francinete Pontes

Socióloga

Socorro Menezes

Socióloga

Cleidiane Sena dos Santos

Assistente Social

Maria Regina Reis Souza

Economista

Nilza Maria Rodrigues Ferreira

Assistente Social

Suzany Belém Ribeiro

Agente Administrativo

Catarina Santos Lima

Agente Administrativo

Maria do Socorro Almeida

Agente Administrativo

Elaboração: Sistematização e Edição

Lucinda Assis Sena

SEASTER

INDICE

1.	APRESENTAÇÃO	04
2.	AVALIAÇÃO DA GESTÃO - EXERCÍCIO 2020	06
2.1.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
2.2.	AVALIAÇÃO DO COMPROMISSO REGIONALIZADO	10
2.2.1.	Programa Primeiro Ofício	10
2.3.	AVALIAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FÍSICA	19
2.3.1.	PROGRAMA DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS	23
I.	Fortalecimento da Gestão do SUAS, SINASE e SISAN	24
II.	Fortalecimento da Proteção Básica e Especial	41
III.	Promover a Inclusão Sociopr. das Famílias em Vulnerabilidade Social	75
2.3.2.	PROGRAMA TRABALHO, EMPREGO E RENDA	89
I.	Promover a Inserção e Reinserção de Trab. no Mundo do Trabalho	90
II.	Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária	111
2.3.3.	PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA	122
I.	Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	122
II.	Prover a Governabilidade do Poder Executivo	123
2.3.4.	PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO.....	123
I.	Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado.....	123
2.3.5.	AÇÃO COVIDPARA	126
2.3.6.	GRANDES REALIZAÇÕES E O FORTALECIMENTO ODS NO PARÁ	129

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), em cumprimento às suas obrigações junto ao Orçamento Geral da União (OGE), conforme a Instrução Normativa AGE nº 005, de 20 de dezembro de 2019, Resolução TCE nº 18.975/2017 e ao Princípio da Publicidade essencial à Administração Pública, apresenta seu Relatório de Avaliação da Gestão 2020. Nele a SEASTER consolida o produto final do exercício vigente, balizado na programação da LOA - Lei Orçamentária Anual 2020. A consolidação das informações presentes neste relatório foi obtida a partir da execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos Programas e Ações finalísticas e administrativas pelas quais a SEASTER é responsável em conformidade com o PPA 2020-2023.

As ações finalísticas de responsabilidade da SEASTER ficaram agrupadas em apenas dois programas basilares: **Direitos Socioassistenciais** e **Trabalho Emprego e Renda**. Sendo que, desde 2019, a ação de Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento, vinculada ao Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, que tem por finalidade Promover os Direitos Humanos por meio da gratuidade das Certidões de Nascimento e de Óbito às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, teve sua gestão transferida para o Tribunal de Justiça do Estado (TJ) por determinação superior de Ofício nº1742/TJPA e LEI nº 8.923 de 14 de novembro de 2019. Portanto, apesar das metas dessa ação constar na LOA 2020 tendo a SEASTER como sua executora, foi o TJ que em 2020 gerenciou o Fundo.

As demais ações da SEASTER são de cunho administrativo inerente aos programas **Manutenção da Gestão** e **Governança Pública**, ambos com objetivos voltados ao aprimoramento da gestão institucional.

Para aferir o desempenho dos programas acima mencionados no exercício de 2020, a Secretaria monitorou e avaliou suas **ações finalísticas** e **administrativas** a partir do cruzamento dos dados registrados no Sistema de Orçamento e Finanças do Estado (SIAFEM) com as informações quantitativas e qualitativas sistematizadas nos relatórios de atividades mensais das diretorias da SEASTER, lançadas pelo NUPLAN no Sistema

Integrado de Planejamento (SIGPLAN). Este desempenho será detalhado neste relatório de avaliação, tendo como recorte de análise as regiões de integração do Estado, dando destaque para a execução das metas físicas e orçamentárias definidas na LOA 2020.

Importante salientar antes da leitura deste relatório, que os decretos governamentais nº 609 e nº 670, publicados nos meses de março e abril, em decorrência dos impactos da Pandemia COVID-19, comprometeram o Plano de Trabalho de ações de algumas ações que exigiam para sua execução atividades presenciais com aglomerações de pessoas, como: Capacitação dos Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN, Qualificação Social e Profissional, Enfrentamento da Violência Sexual e Trabalho Infantil, Apoio ao Município na Execução da Busca Ativa, Apoio ao Trabalhador nos Centros de Cidadania, entre outras de grande relevância para a proteção social dos paraenses no Estado do Pará.

2. SEASTER E A AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO 2020

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A missão da SEATER é garantir o acesso da população paraense à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, à promoção do Trabalho e à geração de emprego e renda, sobretudo, ao considerável estrato populacional formado por famílias e indivíduos em situação de risco, vulnerabilidade e exclusão social. Para tanto, tornou-se imperativo que a participação da Secretaria na construção do Plano Plurianual do Estado (PPA 2016-2019) resultasse na concepção de programas temáticos alinhados às políticas públicas de Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho, Emprego e Renda, consolidando-as como um direito do cidadão e um dever do Estado. Para dar conta da gestão que envolve as ações do PPA 2020-2023, a estrutura organizacional da SEASTER é constituída conforme **Figura 01**.

Figura 01: **Organograma atual da SEASTER**

Elaboração: Núcleo de Planejamento da SEASTER



O **Quadro 01** sintetiza a estrutura organizacional das diretorias que são responsáveis diretas pelas execuções das ações finalísticas do PPA 2020-2023, bem como, da DAF responsável pelas ações administrativas. Os **Quadros 02, 03, 04 e 05** mostram o detalhamento das ações por Programas do PPA que cada diretoria executa com anuência dos Gabinetes dos Secretários e monitoramento do NUPLAN – Núcleo de Planejamento da SEASTER.

QUADRO 01: Síntese da estrutura das diretorias da SEASTER

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA.	
Sigla	Diretoria
DAS	Diretoria de Assistência Social
CPSB	Coordenadoria de Proteção Social Básica
CPSEMC	Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade
CPSEAC	Coordenadoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
CEPGT	Coordenadoria de Educação Permanente e Gestão do Trabalho
CVS	Coordenadoria de Vigilância Socioassistencial
CIIC	Centro Integrado de Inclusão e Cidadania
DISAN	Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional
CGPSAN	Coord. de Gestão Pública de Segurança Alimentar e Nutricional
CIPC	Coordenação de Inclusão Produtiva e Capacitação
CPPAN	Coordenadoria de Programas e Projetos de Alimentação e Nutrição
DRCCP	Diretoria de Renda, Cidadania e Combate a Pobreza
CGBTR	Coord. de Gestão de Benefícios e Transferência de renda
GPE	Coord. de Articulação de Programas e Projetos Estratégicos
DQPE	Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo
CEES	Coord. de Empreendedorismo e Economia Solidária
CQP	Coord. Geral de Qualificação Profissional
COPEPI	Coord. de Planejamento, Estudo e Produção da Informação
DTE	Diretoria de Trabalho e Emprego
CIT	Coord. de Intermediação do Trabalho
CSD	Coord. do Seguro Desemprego

CLCO	Coord. de Logística e Controle Operacional
DAF	Diretoria de Administração e Finanças.
CGP	Coord. de Gestão de Pessoas
CFC	Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
CLA	Coordenadoria de Logística e Administração

Fonte: SIGPLAN 2020.

QUADRO 02: Programa Direitos Socioassistenciais

Objetivo I: Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN	
Ação	Diretoria
✓ Apoio a Organismos de Controle Social	Cons.\DAS\DISAN
✓ Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	DAS\DISAN\DRCCP
✓ Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	DAS\DISAN\DRCCP
Objetivo II: Fortalecer a Proteção Básica Especial	
Ação	Diretoria
✓ Atenção à Pessoa Idosa e Suas Famílias	DAS
✓ Ações de Enfrentamento a Violência Sexual e Trabalho Infantil	DAS
✓ Apoio aos Municípios na Execução da Busca Ativa	DRCCP
✓ Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Ben. Socioassistencial	DAS
✓ Implementação de Ações da Alta Complexidade	DAS
✓ Implementação de Ações Integr. Pessoa com Deficiência.	DAS
✓ Concessão de Benefícios Socioassistenciais	DRCCP
Objetivo III: Promover o acesso regular e permanente à alimentação adequada e de qualidade á populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.	
Ação	Diretoria
✓ Apoio a Prod. Familiar, Aquisição Alimentos e Cons. Inclusivo	DISAN
✓ Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	DISAN
✓ Implementação de Equipamentos de SAN	DISAN
✓ Implantação de Equipamentos de SAN	DISAN

Fonte: SIGPLAN 2020

QUADRO 03: Programa Trabalho Emprego e Renda

Objetivo I: Fortalecer a economia solidária e o empreendedorismo	
Ação	Diretoria
✓ Implantação do CREDTRABALHO	DQPE
✓ Apoio a Unidades Produtivas	DQPE
✓ Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	DQPE
✓ Qualificação Social e Profissional	DQPE
✓ Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda no Pará	DQPE
Objetivo II: Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho	
Ação	Diretoria
✓ Atend. dos Trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	DTE
✓ Intermediação de Mão-de-obra	DTE
✓ Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	DTE
✓ Apoio às Instituições de Controle Social da Política do Trabalho, Emprego e Renda	DTE

Fonte: SIGPLAN 2020

QUADRO 04: Programa Governança Pública

Objetivo I: Promover a Integração da Gestão Regionalizada	
Ação	Diretoria
✓ Capacitação de Agentes Públicos	DAF
✓ Edição e Publicação de Atos Administrativos	DAF
✓ Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	DAF

Fonte: SIGPLAN 2020

QUADRO 05: Programa Manutenção da Gestão

Objetivo II: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Ação	Diretoria
✓ Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	DAF
✓ Concessão de Auxílio Alimentação	DAF
✓ Concessão de Auxílio Transporte	DAF
✓ Operacionalização das Ações Administrativas	DAF
✓ Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	DAF

2.2. AVALIAÇÃO DO COMPROMISSO REGIONALIZADO

2.2.1. PROGRAMA PRIMEIRO OFÍCIO

- **A Lei da Aprendizagem e a Política do Primeiro Ofício**

A Lei nº 10.097/2000 ou Lei da Aprendizagem, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem entre 5% a 15% do seu quadro de funcionários adolescentes e jovens com idade entre 14 e 24 anos. Com base nas determinações da Lei da Aprendizagem, o Governo do Estado por meio da Secretaria de Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), instituiu o Decreto nº 314 de 20 de setembro de 2019, criando a Política “Primeiro Ofício”. Seu Programa tem por objetivo potencializar a capacidade geradora de trabalho, emprego e renda da juventude, de modo a alcançar a meta de 19 mil novos aprendizes no Estado. Para tanto, a Secretaria vem intensificando o diálogo com as empresas que já contratam jovens aprendizes pela Lei da Aprendizagem para aderirem também ao Programa Primeiro Ofício, juntamente com as instituições que qualificam essa mão de obra. A participação no Programa se dará por meio de um “Termo de Adesão ao Programa” que assegurará não só que mais oportunidades sejam dadas aos jovens em todo o Estado do Pará, mas também conferirá à empresa parceira o Selo “Empresa Cidadã” para atestar sua responsabilidade social e ambiental, qualificando e promovendo seus produtos no mercado nacional e internacional.

- **Público Alvo**

O Programa Primeiro Ofício tem como prioridade atender adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos, inscritos no Cadastro Único e que estejam em situação de vulnerabilidade e risco social.

- **Formalização da Adesão ao Programa**

O Termo de Adesão ao Programa Primeiro Ofício, formalizado entre a SEASTER e as empresas parceiras, tem vigência de 02 anos e nele as mesmas se comprometem a atuar, junto com os órgãos estaduais, no desenvolvimento de ações que promovam a inserção de jovens aprendizes no mundo do trabalho, conforme a diretriz da Política Primeiro Ofício. Bem como, se comprometem a disponibilizar no mínimo 30% da cota de aprendizes a serem contratados pela Lei de Aprendizagem, aos adolescentes e jovens beneficiários da referida Política, tanto para formação e qualificação, quanto para sua inserção no mercado de trabalho. Desta forma, a partir dos cumprimentos dos requisitos dispostos nesta regulamentação específica, o Estado do Pará, por meio da SEASTER, conferirá à empresa e instituição qualificadora do Programa Primeiro Ofício o **“Selo Empresa Cidadã”** como reconhecimento pelo compromisso social firmado através do Termo de Adesão.

- **Compromisso Regionalizado em 2020**

A partir da criação da Política e do Programa Primeiro Ofício, em 2019, a SEASTER passou a dispor dos instrumentos necessários para considerar o Primeiro Ofício como **Meta Regionalizada do PPA 2020/2023** nas 12 regiões de integração do Estado do Pará. Nos primeiros 08 meses do ano de 2020, a Secretaria conseguiu articular as 113 principais empresas de 10 regiões de integração, que já contratavam jovens pela Lei da Aprendizagem, a aderirem também ao Programa Primeiro Ofício. Todas mostraram interesse em assinar o Termo de Adesão em evento oficial que contou com a participação do Governador Helder Barbalho. Sendo que 24 empresas já aderiram ao Programa, de fato, contratando 758 jovens nas regiões do Guajará e Tocantins. Contudo, dessas 25 empresas, apenas 15 finalizaram os trâmites para assinar o Termo e já receberam o Selo. As 146 empresas restantes estão em fase de tratativas com a SEASTER.

- **Situação Atual do Compromisso Regionalizado**

Devido à suspensão das aulas presenciais de aprendizagem, de março a agosto, estendendo-se a dezembro devido ao Protocolo de combate à COVID-19, bem como estarem as empresas do Estado do Pará se adaptando ao cenário atual e adequando suas atividades empresariais, houve interrupção temporária das contratações de jovens pelo Programa Primeiro Ofício. Os **Quadros 06, 07 e 08** mostram a atual situação do Programa, que conseguiu ser **implantado em apenas 25% das regiões**.

Quadro 06: Aprendizes contratados pelo Programa Primeiro Ofício - mês 11/2020.

Nº	REGIÃO	MUNICÍPIO	NOMES DAS EMPRESAS	CONTRATADOS
01	Guajará	Benevides	META ENGENHARIA Ltda.	09
02	Guajará	Belém	DESENVOLVE TECNOLOGIA, TREINAMENTO E GESTÃO POR RESULTADO PARA ADMISSÃO PÚBLICA EIRELI	06
03	Guajará	Belém	BANCO DA AMAZÔNIA S/A	28
04	Guajará	Belém	BANCO DO ESTADO DO PARA S/A	14
05	Guajará	Belém	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA-CIEE	61
06	Guajará	Belém	LAR FABIANO DE CRISTO	12
07	Tocantins	Barcarena	KW DO BRASIL LTDA	11
08	Tapajós	Itaituba	SERABI GOLD MINERADORA	16
09	Guajará	Belém	RENAPSI	14
10	Guajará	Belém	BIOMEDICA	02
11	Tocantins	Tailândia	AGROPALMA	185
12	Guajará	Ananindeua	MERCURIO ALIMENTOS S/A	11
13	Guajará	Belém	HIDROMINERAÇÃO	86
14	Guajará	Belém	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA	18
15	Tocantins	Barcarena	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA	18
16	Guajará	Belém	BELÉM BIONERGIA BRASIL	74
17	Guajará	Belém	MATEUS SUPERMERCADOS	19
18	Guajará	Belém	NAZARÉ COMERCIAL DE ALIMENTOS MAGANINES LTDA.	34
19	Guajará	Belém	SUPERMERCADO LÍDER	61
20	Guajará	Belém	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	20
21	Guajará	Belém	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE	32
22	Tocantins	Barcarena	ALBRÁS ALUMÍNIO BRASILEIRO	24
23	Guajará	Belém	CLINICA QUEIROZ	01
24	Guajará	Belém	PARÁ INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO	02
Total	03 regiões	06 municípios	24 empresas contratantes	758

Fonte: Secretaria Adjunta do Trabalho, Emprego e Renda/2020 – Coordenadoria do Primeiro Ofício.

Quadro 07: Empresas contratantes e/ou formadoras que assinaram o “Termo de Adesão” e receberam o Selo de “Empresa Cidadã” pelo Programa Primeiro Ofício.

Nº	REGIÃO	MUNICÍPIO	NOMES DAS EMPRESAS	MODALIDADE
01	Guajará	Benevides	AMETA ENGENHARIA Ltda.	Empresa contratante
02	Guajará	Belém	DESENVOLVE TECNOLOGIA, TREINAMENTO E GESTÃO POR RESULTADO PARA ADMISSÃO OPÚBLICA EIRELI	Empresa contratante
03	Guajará	Belém	MOVIMENTO REPUBLICA DE EMAUS	Qualificadora
04	Guajará	Belém	BANCO DA AMAZONIA S.A.	Empresa contratante
05	Guajará	Belém	BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A	Empresa contratante
06	Guajará	Belém	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA-CIEE	Empresa contratante e Qualificadora
07	Guajará	Belém	LAR FABIANO DE CRISTO	Empresa contratante e Qualificadora
08	Tocantins	Barcarena	KW DO BRASIL LTDA	Empresa contratante
09	Tapajós	Itaituba	SERABI GOLD MINERADORA	Empresa contratante
10	Guajará	Belém	RENAPSI	Empresa contratante
11	Guajará	Belém	SENAI	Qualificadora
12	Guajará	Belém	BIOMEDICA	Empresa contratante
13	Guajará	Belém	AGROPALMA	Empresa contratante
14	Guajará	Belém	FRIGORIFICO MERCURIO ALIMENTOS	Empresa contratante
15	Guajará	Belém	HIDROMINERAÇÃO	Empresa contratante

Fonte: Secretaria Adjunta do Trabalho, Emprego e Renda/2020 – Coordenadoria do Primeiro Ofício.

Importante salientar que este **Selo** é concedido pelo GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e V, da Constituição Estadual, e Considerando os termos do Decreto Estadual nº 314, de 20 de setembro de 2019, que institui a Política “**Primeiro Ofício**”, cria o Selo “**Empresa Cidadã**” pelo DECRETO Nº 1.124, de 29 de outubro de 2020.

Quadro 08: Empresas interessadas em aderir ao Programa Primeiro Ofício e que estão em tratativas junto à SEASTER.

Região do Araguaia		
Município	Empresa	CNPJ
Água Azul do Norte	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ÁGUA AZUL DO NORTE - ACIAAN	28.942.160/0001-79
Redenção	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE REDENÇÃO - ACIR	10.248.516/0001-03
Xinguara	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE XINGUARA - ACIAPA	10.247.898/0001-50

Região do Baixo Amazonas		
Oriximiná	MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A	04.932.216/0001-46
Santarém	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL SANTARÉM	05.103.551/0001-02
Santarém	RESECOM CONSTRUTORA LTDA	04.401.250/0001-94
Região do Rio Caeté		
Bragança	ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE BRAGANÇA - ACIAB	05.758.292/0001-40
Capanema	CIMENTOS DO BRASIL S/A CIBRASA	04.898.425/0001-9
Região do Rio Capim		
Tomé-Açu	BELÉM BIOENERGIA BRASIL S/A	13.188.854/0003-57
Paragominas	ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DE PARAGOMINAS	-
Paragominas	FLORAPLAC INDUSTRIAL LTDA	34.597.658/0001-44
Ulianópolis	PAGRISA PARA PASTORIL E AGRICOLA S/A	05.459.177/0001-74
Tomé-Açu	COOPERATIVA AGRICOLA MISTA DE TOME AÇU.	05.753.983/0005-84
Região do Carajás		
Parauapebas	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PARAUABEBAS - ACIP	-
Marabá	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARABA - ACIM	22.938.112/0001-20
Marabá	JBS S/A	02.916.265/0141-10
Parauapebas	JSL S/A	52.548.435/0080-72
Parauapebas	PLANGECON MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA	05.642.273/0001-53
Marabá	SALOBO METAIS S/A	33.931.478/0002-75
Marabá	SIDERURGICA NORTE BRASIL S.A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	07.933.914/0001-54
Parauapebas	VALE S.A.	33.592.510/0130-51
Região do Guajará		
Natal/RN	CONSTRUTORA A. GASPAR LTDA	-
Marituba	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARITUBA	02.095.405/0001-86
Belém	ARMAZEM MATEUS S.A.	03.995.515/0092-02
Belém	ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA NORTE BRASILEIRA DE PREVENCAO E ASSISTENCIA A SAUDE	83.367.342/0002-52
Belém	ATACADAO S.A.	75.315.333/0001-09
Belém	BANCO DO BRASIL	00.0000.000/0003-53
Belém	BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARA	04.928.479/0001-81
Belém	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	04.895.728/0001-80
Belém	CIMENTOS DO BRASIL S/A CIBRASA	04.898.425/0001-10
Benevides	COLINA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	07.436.513/0001-98
Belém	COLINA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	07.436.513/0001-99

Belém	COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES	04.928.297/0001-00
Belém	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	34.028.316/0018-51
Belém	EMPRESA DE TRANSPORTES NOVA MARAMBAIA LTDA	04.943.239/0001-56
Belém	FORMOSA SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA	63.864.771/0001-47
Belém	HILEIA INDUSTRIAS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A	05.388.392/0001-22
Belém	HOSPITAL PORTO DIAS LTDA	84.154.608/0001-60
Benevides	NATURA COSMETICOS - ECOPARQUE	00.190.373/0007-68
Belém	PRÓ-SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR	24.232.886/0001
Ananindeua	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A	06.057.223/0351-29
Ananindeua	BEBIDAS DUELO	86.549.425/0001-70
Ananindeua	SEREDÉ - SERVICOS DE REDE S.A.	08.596.854/0017-51
Ananindeua	SOCOCO S/A - AGROINDUSTRIAS DA AMAZONIA	05.832.555/0003-85
Belém	SUZANO -Unidade Belém	16.404.287/0336-73
Belém	TERRAPLENA LTDA	14.698.658/0001-23
Ananindeua	VIAÇÃO FORTE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA	04.942.017/0001-19
Belém	WPP - COMERCIO DE MOTOS LTDA.	06.928.571/0001-77
Belém	ENGETERRA ENGENHARIA E TERRAPLANAGEM LTDA	30.758.490/0001-50
Belém	CONSORCIO S2 (SINTESE MORADIA/SENENGE CONSTRUÇÃO	30.758.490/0001-50
Belém	J.R. LIMPEZA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME	11.240.495/0001-42
Belém	MARCOS COELHO SERVIÇOS LTDA - EPP	09.675.221/0001-34
Belém	PAULITEC CONSTRUÇÕES LTDA	49.437.809/0001-74
Belém	TERRAPLENA LTDA	14.698.658/0001-23
Belém	DIAMOD SERVIÇO LTDA	08.538.011/0001-31
Belém	DELTAS PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	11.676.271/0001-88
Belém	L.G. SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA	06.028.733/0001-10
Belém	MAAR NAVEGAÇÕES E TERMINAIS LTDA	20.792.591/0001-94
Ananindeua	CONSTRUAMEC CONSTRUO AGRICULTURA MECANIZADAS	22.983.316/0001-83
Belém	CFA CONSTRUÇÕES TERRAP.E PAVIMENTAÇÃO LTDA	83.318.022/0001-21
Belém	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ	04.984.878/0001-60
Belém	COMERCIO E REPRESENTAÇÕES PRADO LTDA	05.049.432/0001-00
Belém	CONSTRUA ENGENHARIA LTDA	01.621.876/0001-18
Belém	MAPE ENGENHARIA LTDA	05.085.592/0001-05
Belém	CONSORCIO COIMBRA SPE LTDA	28.592.039/0001-64
Belém	ODEBRECHT ENG. E CONTRUÇÃO INTERNACIONAL S.A	10.220.039/0001-78
Belém	BRIUTE-COMERCIO REPRESENTAÇÕES LTDA	00.890.752/0001-75
Belém	URFBANA ENGENHARIA LIMITADA	04.488.941/0001-77

Ananindeua	JM TERRAPLENAGEM CONSTRUÇÕES LTDA	24.946.352/0012-55
Belém	MULTISUL ENGENHARIA S/S LTDA	02.577.145/0001-85
Ananindeua	M.W.S. EVENTOS E BUFFET EIRELI - EPP	07.370.589/0001-69
Belém	A.A.J LORENÇO & CIA LTDA - ME	05.619.593/0001-92
Belém	ETEC - EMPRESA TECNICA LTDA	05.856.869/0001-56
Ananindeua	ESMAC - ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE	33.220.000/0001-56
Ananindeua	ARMAZEM MATEUS S.A.	03.995.515/0092-02
Belém	CLUB DO REMO	04.887.097/0001-57
Belém	AMBEV	07.526.557/0001-00
Belém	VALE	33.592.510/0001-54
Belém	FIBRA	04.236.516/0001-90
Belém	UNAMA - GRUPO SER EDUCACIONAL	05.933.016/0001-70
Belém	BOULEVARD SHOPPING	08.824.115/0001-02
Belém	FAMAZ	37.174.034/0001-02
Belém	COMPAR	04.928.297/0001-00
Belém	ESAMAZ - ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA	05.118.130/0001-47
Ananindeua	ESTRELA DO NORTE	04.658.821/0001-70
Ananindeua	PMZ- PEÇAS PNEUS E PEMEZA	33.657.677/0041-43
Belém	UNIRIOS E BELNAVE	2 83.346.932/0001-18
Marituba	CEARA FRANGO	04.267.390/0004-64
Belém	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	04.895.728/0001-80
Belém	CONSTRUTORA IMPAX	10.571.491/0001-84
Santa Isabel do Pará	FRANGO AMERICANO	03.779.994/0001-84
Belém	SILNAVE NAVEGAÇÃO S.A	05.964.994/0002-60
Belém	PARA INDUSTRIA	01.642.931/0001-56
Belém	COSMOPOLITA	17558597000197
Belém	CLINICA CYNTHIA CHARONE	07.774.211/0001-20
Belém	CLUBE DO REMO	04.887.097/0001-57
Belém	HOSPITAL ADVENTISTA DE BELÉM	83367342000252
Belém	ASSAI	07.170.943/0080-05
Belém	DALLAS RENT A CAR	00.470.111/0001-61
Ananindeua	ESMAC - ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE	63.887.756/0001-14
Ananindeua	SUPERMERCADO CIDADE	83.306.969/0001-12
Marituba	GRUPO AMBEV	07.526.557/0001-00
Belém	MAAR NAVEGAÇÕES E TERMINAIS LTDA	20.792.591/0001-94
Belém	TERRA PLENA	14.698.658/0001-23
Sta. Bárbara	AMAZONFRUTAS DA AMAZÔNIA	02.736.703/0001-08
Região do Guamá		
Castanhal	COMPANHIA TEXTIL DE CASTANHAL	05389.812/0001-94
Castanhal	HILEIA INDUSTRIAS DE PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A	05.388.392/0001-21

Sta. Isabel do Pará	SANTA IZABEL ALIMENTOS LTDA	03.779.994/0001-84
Castanhal	BOM DEMAIS ALIMENTOS COMERCIO EIRELI-EPP	63.867.642/0001-02
Castanhal	FLAMBOYANT	36.843.225/0001-57
Sta. Isabel do Pará	FRANGO AMERICANO	03.779.994/0001-84
Vigia	ASSOCIAÇÃO DO BRASIL	04.984.878/0001-60
Região do Lago Tucuruí		
Tucuruí	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TUCURUÍ - ACIT	83.377.739/0001-44
Tucuruí	CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE	00.357.038/0043-74
Tucuruí	SIQUEIRA LOCAÇÕES LTDA - ME	17.477.617/0001-03
Tucuruí	COMPART	04.270.169/0001-12
Região do Tocantins		
Barcarena	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARCARENA - ASSEB	14.092.589/0001-00
Barcarena	SUPERMERCADOS LÍDER	05.054.671/0031-74
Barcarena	ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A - HYDRO	05.848.387/0001-54
Acará	BIOPALMA DA AMAZONIA S.A. REFLORESTAMENTO INDUSTRIA E COMERCIO.	08.581.205/0005-43
Maju	BIOPALMA DA AMAZONIA S.A. REFLORESTAMENTO INDUSTRIA E COMERCIO.	08.581.205/0002-09
Tailândia	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TAILÂNCIA	22.941.447/0001-06
Tailândia	BIONERGIA BRASIL S/A	13.188.854/0002-76
Abaetetuba	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ABAETETUBA	04.363.040/0001-59
Abaetetuba	CARTÓRIOS	-
Abaetetuba	SUPERMERCADO LÍDER	05.054.671/0038-40
Abaetetuba	SUPERMERCADO MATEUS	03.995.515/0013-09
Abaetetuba	HOSPITAL JULIA SEFFER S/C LTA	02.202.173/0001-18
Região do Xingu		
Município	Empresa	CNPJ
Altamira	CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE	13.381.006/0001-83
SÃO FELIX DO XINGU	FRIGORIFICO FRIGOL S/A	68.067.446/0010-68

Fonte: Secretaria Adjunta do Trabalho, Emprego e Renda/2020 – Coordenadoria do Primeiro Ofício.

Alguns registros fotográficos – PRIMEIRO OFÍCIO



Foto 01: Assinatura do Termo de Adesão com as empresas qualificadoras do Programa.



Foto 02: Reunião com Secretário da SESTER e coordenadoria do Primeiro Ofício.

2.3. AVALIAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FÍSICA

No que coube à SEASTER, no exercício de 2020, foram executados recursos da ordem de **R\$ 207.504.919,44** para implementar os 04 programas do PPA 2020/2023: **Direitos Socioassistenciais**, **Trabalho Emprego e Renda**, **Manutenção da Gestão e Governança Pública**. Isto é, a Secretaria executou 85% da sua **Dotação Real de 2020**, a qual chegou ao montante de **R\$ 244.838.543,74**. Assim, dos recursos usados, 28% ou **R\$ 58.935.355,23** foram executados pela Unidade Orçamentária SEASTER (UO SEASTER); 68% ou **R\$ 142.282.275,90** foram executados pela Unidade Orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social (UO FEAS); 3% ou **R\$ 6.287.288,31** foram executados pelo Fundo Estadual da Pessoa Idosa (FUNPEI) e pelo Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FEDCA) não houve liquidez no exercício vigente, conforme **Tabela 01**.

Salientamos que o saldo contabilizado no final do exercício 2020 corresponde: ao valor de **R\$ 9.082.027,09** que serão destinados ao restante dos beneficiários do programa Bolsa Família que regularizarem seus CPFs para, ainda, receber o auxílio financeiro do programa **REND A PARÁ** em janeiro de 2021. Como também, correspondem a saldos de Convênios Federais e OGE não liberado para execução.

Observa-se que os recursos orçamentários de **R\$ 5.929.305,00** correspondentes ao programa **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos**, a serem executados pela UO SEASTER, não foram incluídos na Tabela 01, pois sua execução não é de competência da SEASTER, mas sim do **Tribunal de Justiça do Estado** que recebeu por decisão governamental, em novembro de 2019, a competência da execução do recurso.

Tabela 01: Execução Orçamentária em 2020 pelas Unidades Orçamentárias (UO)

Unidade Orçamentária (UO)	Dotação Real	Pago em 2020	Dotação Disponível
SEASTER	R\$ 77.633.394,67	R\$ 58.935.355,23	R\$ 17.856.969,17
FEAS	R\$ 159.076.692,88	R\$ 142.282.275,90	R\$ 7.686.772,95
SEASTER /FUNPEI	R\$ 8.085.640,19	R\$ 6.287.288,31	R\$ 1.290.944,09
SEASTER/ FEDCA	R\$ 42.816,00	-	R\$ 42.816,00
Total	R\$ 244.838.543,74	R\$ 207.504.919,44	R\$ 26.877.502,21

Fonte: SIGLAN/SIAFEM/BO2020.

Quanto à execução orçamentária por programa, foi gasto para custear as ações do Programa de Direitos Socioassistenciais o montante de **R\$ 149.174.883,82** ou 72% dos R\$ **R\$ 207.504.871,42** executados pela SEASTER. Pelo Programa Trabalho, Emprego e Renda foram executados **R\$ 1.337.488,94** ou 1% dos recursos totais; o programa Manutenção da Gestão demandou **R\$ 56.576.542,30** ou 273% da execução total e o programa Governança Pública demandou **R\$ 412.956,36** ou 0,2% da execução total. A **Tabela 02** mostra a execução orçamentária por Programa do PPA em 2020.

Tabela 02: Execução Orçamentária por Programa do PPA de responsabilidade da SESTER.

Programa	Unidade Orçamentária UO	Dotação Atual	Pago em 2020	Dotação Disponível
Direitos Socioassistenciais	FEAS	159.076.692,88	142.282.227,90	7.686.772,95
	FUNEPI/SEASTER	8.085.640,19	6.287.288,31	1.290.944,09
	FEDCA/SEASTER	42.816,00	-	42.816,00
	SEASTER	14.119.758,66	605.367,61	12.885.725,57
Trabalho, Emprego e Renda	SEASTER	5.181.935,20	1.337.488,94	3.714.446,23
Manutenção da Gestão	SEASTER	57.826.700,81	56.579.542,30	1.165.597,73
Governança Pública	SEASTER	505.000,00	412.956,36	91.199,64
Total		244.838.543,74	207.504.871,42	26.877.502,21

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM/BO2020.

Quanto ao avanço da Meta Física das ações dos programas, os **Quadro 09 e 10** mostram que 53% das ações do Programa Direitos Socioassistenciais alcançaram as metas físicas programadas na LOA 2020, seguidas de 20% das ações que alcançaram em média 50% de suas metas programadas. Por outro lado, o restante 27% não alcançaram as metas delineadas para o exercício vigente, demonstrando um desempenho abaixo do esperado.

**Quadro 09: Avanço da Meta Física das ações do Programa Direitos Socioassistenciais
Exercício 2020**

UO	Ação	Produto da Ação	Meta Progr.	Meta Exec.	Avanço
FEAS/SEASTER	Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	144	144	100%
FEAS/SEASTER	Capacitação dos Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	4.778	959	20%
FEAS/SEASTER	Apoio aos Organismos de Controle Social	Organismo Apoiado	05	05	100%
FEAS	Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	128	40	31%
FEAS	Apoio aos Municípios na Execução da Busca Ativa	Município Apoiado	79	49	62%
FEAS	Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	144	139	97%
FEAS	Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	2.244	1984	88%
FEAS	COVIDPARÁ	Município Apoiado	144	139	97%
FEAS	*Implementação de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	540	233	47%
FEAS	Implementação de Serviços Integrados à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	528	785	149%
FUNEPI/SEASTER	**Apoio à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	1.736	82	5%
SEASTER	Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	241	375	156%
SEASTER	Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	3.103	417	12%
SEASTER	Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	36	01	3%
SEASTER	* Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implementado	02	12	550%

Fonte: SIGPLAN 2020, consultado 20/12/2020.

Nota*: Ações, cujas consolidações pelo SIGPLAN não refletem o verdadeiro avanço da ação.

Nota**: Ação que teve sua meta alterada ao longo do processo de aprovação na ALEPA.

No que diz respeito ao Programa **Trabalho, Emprego e Renda**, no **Quadro 10**, nota-se que o desempenho da maioria de suas ações ficou abaixo do esperado. Isto é, 33% das ações deste programa não alcançaram suas metas físicas programadas, seguida de mais 44% que alcançaram em média de 50% de execução. Apenas 22% das ações alcançaram a meta física programada na LOA 2020.

De modo geral, entre os dois **programas finalísticos** 63% das ações alcançaram entre 50% e 100% de suas metas programadas e 38% tiveram um desempenho abaixo de 50% ou abaixo do esperado.

Quadro 10: Avanço da Meta Física das ações do Programa Trabalho, Emprego e Renda Exercício 2020.

U.O	Ação	Produto da Ação	Meta Progr.	Meta Exec.	Avanço
SEASTER	Atendimento dos Trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	369.370	184.575	50%
SEASTER	Intermediação de Mão-de-Obra	Trabalhador Colocado	5.642	1.018	18%
SEASTER	Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	980	565	60%
SEASTER	Inclusão da PcD no Mundo do Trabalho	Trabalhador Colocado	300	221	74%
SEASTER	Apoio as Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Instituição Apoiada	02	01	50%
SEASTER	Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda	Relatório Realizado	02	01	50%
SEASTER	Implantação do CREDITRABALHO	Pessoa Beneficiada	1.233	-	0%
SEASTER	Apoio a Abertura e ao Fortalecimento do Mercado	Empreendimento Atendido	600	1.082	180%
SEASTER	Apoio as Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiada	12	16	133%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM, consultado 20/12/2020.

2.3.1. PROGRAMA DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

No que se refere ao **Programa Direitos Socioassistenciais** a SEASTER avalia que, apesar dos entraves causados pela Pandemia COVID-19 que dificultaram, sobremaneira, as atividades presenciais da Secretaria nos municípios, a mesma conseguiu cumprir, em 2020, com seu papel de agente fortalecedor da gestão municipal de assistência social. No exercício 2020, a SEASTER reuniu esforços para aprimorar nos 144 municípios do Estado a gestão do SUAS/SISAN, a proteção social básica e especial e a promoção do acesso regular e permanente à alimentação adequada e de qualidade, sobretudo, às populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Este aprimoramento foi possível pela aplicação de recursos em ações relevantes, como o intenso assessoramento técnico às gestões municipais; o repasse do cofinanciamento estadual; a manutenção das unidades de acolhimento institucional; a implementação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, o pagamento regular de benefícios aos hansenianos (BEPAH) e os benefícios eventuais pagos às famílias acometidas por sinistros; a implementação do Programa Aquisição de Alimentos (PAA); o apoio aos organismos de controle social, entre outras ações relevantes à consolidação das políticas públicas de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Pará. São 04 os objetivos que norteiam as ações finalísticas do programa Direitos Socioassistenciais, sendo que compete à SEASTER a implementação de 03 objetivos que são:

Quadro 13: **Objetivos do Programa Direitos Socioassistenciais – PPA 2020/2023**

OBJETIVOS DO PROGRAMA DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS	
I.	Fortalecimento da gestão do SUAS, SINASE e SISAN
II.	Fortalecimento da Proteção Básica e Especial
III.	Promover a Inclusão Socioproductiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social.

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 13/12/2020.

I. FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO SUAS, SINASE E SISAN

a) AÇÃO DE APOIO À GESTÃO E AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

PRODUTO: Município Apoiado

- **Meta Programada e Executada**

Para ajudar a fortalecer a gestão do SUAS, assessorando os servidores municipais do Sistema quanto ao rol de procedimentos técnicos rotineiros ou específicos que caracterizam os serviços de proteção social, bem como monitorando desses serviços *in loco*, A SEASTER programou para 2020, pelas UO FEAS e SEASTER, o montante de R\$ 315.00,00 para assegurar os assessoramentos e monitoramentos técnicos, presenciais e *online*, aos 144 municípios do Estado. Assim, foram apoiados 100% dos municípios programados, com uma execução orçamentária de R\$ 726.734,21, ou 231% do orçamento programado, conforme mostra a **Tabela 03**.

Ao se detalhar os números acima, observamos que pela **UO FEAS** foram programados apoios aos 144 municípios, sendo executados 100% desses apoios com um orçamento executado da ordem de R\$404.395,24 ou 257% do orçamento previsto. Já pela **UO SEASTER** foram programados mais 45 apoios aos municípios, sendo executados 131 ou 291% do programado, com uma liquidez orçamentária de R\$ 322.338,97 ou 205% do orçamento delineado.

Importante lembrar, que apensar do assessoramento se repetir em alguns municípios, o SIGPLAN considera apenas um assessoramento/monitoramento por município, ao longo do ano vigente.

Tabela 03: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais nas U.O FEAS e SEASTER

Unidade Orçamentária	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exc.	% Exec.	PPA/0GE	Exc.	% Exec.
FEAS	144	144	100%	157.500,00	404.395,24	257%
SEASTER	45	131	291%	157.500,00	322.338,97	205%
Total	189	275	146%	315.000,00	726.734,21	231%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 13/12/2020.

- **Avaliação da execução orçamentária e física.**

O extrapolamento da meta orçamentária pela UO FEAS se deve, em parte, à execução do Convênio nº 07/2012 – POLO PRODUTIVO, SEASTER e à Fábrica Esperança, particularmente, pelo fornecimento não programado de materiais e equipamentos de proteção contra o Coronavírus. Bem como, diárias lançadas nesta ação para a atualização cadastral dos beneficiários do BEPAH, todas estas execuções foram, em grande parte, lançadas na **região do Guajará**.

O extrapolamento do orçamento e da meta física pela UO SEASTER, sobretudo na região do Marajó, se deve aos pagamentos dos Boletins de Medição da obra do **CRAS de Chaves**, lançados nesta região. Esta obra foi orçada em R\$499.402,29 (Repasse da União: R\$ 477.673,39 e contrapartida do Estado: R\$ 21.728,90), sendo que até o momento foi liberado pela CAIXA o valor de R\$ 268.126,01 para pagamento dos Boletins de Medição (BM) (Repasse: R\$ 256.459,90 e contrapartida: R\$11.666,11), equivalentes a 53,69% da obra construída. Contudo, a SEASTER liberou até dezembro o pagamento de 03 BM no valor de R\$ 268.126,01. Atualmente a obra se encontra com cerca de 60% de execução, com 54% do orçamento pago. A empresa responsável é a Magistral Construções e Serviços, com Tomada de Preço nº 003/2018 e contrato nº 58/2018.

Os assessoramentos e monitoramentos presenciais realizados junto aos municípios contemplados pelo **Programa de Aquisição de Alimentos Emergencial 2020**, não programados no OGE 2020, também contribuíram o excedente das metas. Trata-se da MP nº 957/2020 que abriu crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, para o enfrentamento da Pandemia COVID-19. Como os municípios do Pará detêm os maiores índices no Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricionais - Mapa INSAN (2018), o MC disponibilizou recursos da ordem de R\$ 7.995.000,00 para minimizar os impactos da pandemia no Pará. O objetivo é subsidiar os agricultores familiares para viabilizar a doação dos alimentos, seja mediante o preparo de refeições, seja pela distribuição direta às entidades da rede assistencial, nos moldes do PAA

original. A SEASTER conseguiu mobilizar 139 municípios a se cadastrar no PPA Emergencial, contudo apenas 106 conseguiram ser contemplados.

Soma-se a este excedente de metas na UO SEASTER, os custos com diárias nas fases de implantação do **Projeto “Hortas Sociais Pedagógicas”** nos Territórios de Pacificação TERPAZ, outro projeto de inclusão produtiva em parceria com o MC que não foi programado no OGE 2020. Trata-se de um convênio entre a SEASTER e o MC que objetiva implantar 30 hortas sociais pedagógicas nas escolas da rede pública ou entidades socioassistenciais que pertencem aos Territórios de Pacificação, incluindo a Região Metropolitana de Belém.

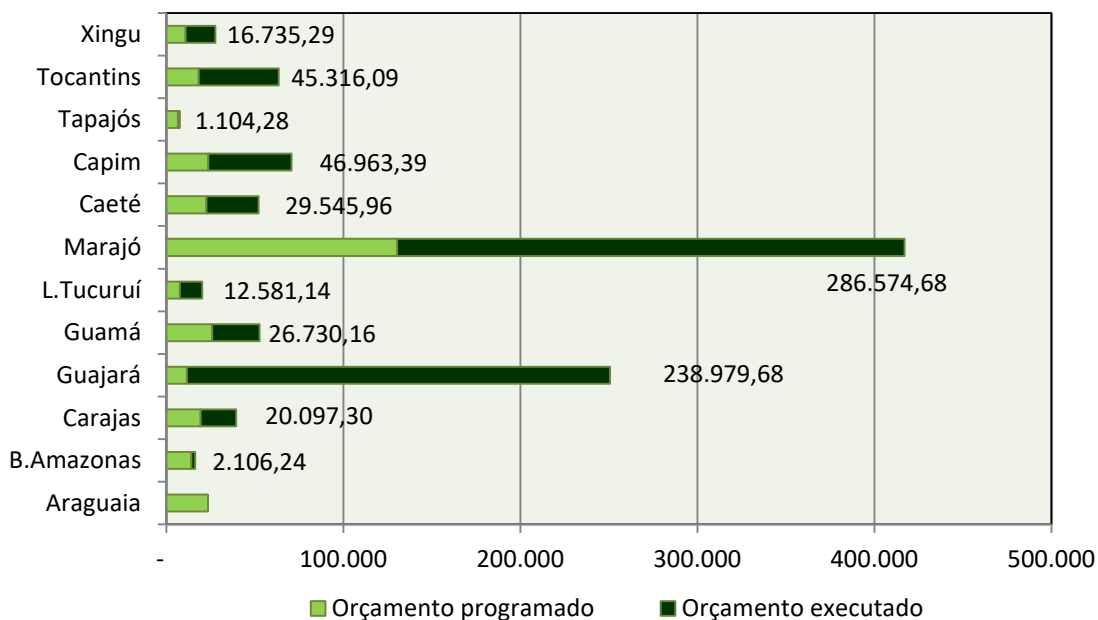
Nas regiões de integração do Araguaia, Baixo Amazonas e Tapajós, a execução orçamentária ficou abaixo do esperado devido à necessidade de lançar mão dos assessoramentos via online, dado o pico da Pandemia COVID-1 entre os meses de março e junho. Esta forma de apoio dispensa execução orçamentária, mas não evidencia a presença física do Estado nos municípios. A **Tabela 04** e o **Gráfico 01** ilustram a avaliação da execução das metas.

Tabela 04: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais nas UO FEAS e SEASTER

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exc.	% Exec.	PPA/OGE	Exc.	% Exec.
Araguaia	15	15	100,00%	23.570,00	-	0,00%
B.Amazonas	13	13	100,00%	14.209,00	2.106,24	14,82%
Carajás	12	12	100,00%	19.376,00	20.097,30	103,72%
Guajará	05	05	100,00%	11.610,00	238.979,68	2058,40%
Guamá	18	18	100,00%	25.922,00	26.730,16	103,12%
L.Tucuruí	07	07	100,00%	7.679,00	12.581,14	163,84%
Marajó	16	16	100,00%	130.423,00	286.574,68	219,73%
Caeté	15	15	100,00%	22.641,00	29.545,96	130,50%
Capim	16	16	100,00%	23.732,00	46.963,39	197,89%
Tapajós	06	06	100,00%	6.594,00	1.104,28	16,75%
Tocantins	11	11	100,00%	18.274,00	45.316,09	247,98%
Xingu	10	10	100,00%	10.970,00	16.735,29	152,56%
Total	144	144	100%	315.000,00	726.734,21	231%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2020

Gráfico 01: Execução Orçamentária da ação de Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais nas U.O. FEAS e SEASTER.



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2020

• Principais assessoramentos e monitoramentos executados

Pelo bom desempenho da ação, pode-se afirmar que a SEASTER assegurou, neste exercício de 2020, os assessoramentos e monitoramentos técnicos necessários para contribuir com o fortalecimento da gestão do SUAS no Estado do Pará. No SIGPLAN estão inseridos por região todos os apoios prestados aos municípios, dentre estes destacamos aqui os principais:

- ✓ Preenchimento do Sistema de Acompanhamento e gestão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC).
- ✓ Portarias e decretos referentes à Pandemia da Covid-19.
- ✓ Orientações técnicas sobre Prontuário Eletrônico SUAS. Trata-se de uma ferramenta que auxilia o trabalho dos profissionais dos CRAS, CREAS e Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no que tange aos atendimentos realizados às famílias e indivíduos, permitindo qualificar o atendimento social e analisar de forma sistematizada as informações sobre o território e a população atendida.

- ✓ Assessoramento sobre a Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual e preenchimento do formulário do Ministério dos Direitos Humanos para participar do Programa Pátria Voluntária.
- ✓ Programa ACESSUAS e SISACESSUAS. Trata-se do Sistema de Informações do Programa Acessuas Trabalho que permite acesso do cidadão ao mundo do trabalho, buscando a autonomia das famílias usuárias da política de Assistência Social no mundo do trabalho.
- ✓ Sistema CADSUAS, que trata do cadastro do SUAS e que comporta todas as informações relativas às prefeituras, órgão gestor, fundo, conselho, e entidades que prestam serviço socioassistenciais.
- ✓ Acesso ao SIPIA (Sistema de Informação para Criança e Adolescente), para tratar do Programa Família Acolhedora do Ministério da Cidadania e para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, entre outros.
- ✓ Sistema SIMPETI, trata do Sistema de Monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, buscando acompanhar as ações estratégicas desenvolvidas pelos estados, municípios e Distrito Federal.
- ✓ Prontuário eletrônico do Registro Mensal de Atendimento (RMA) relativo aos serviços ofertados e o volume dos atendimentos nos CRAS e CREAS.
- ✓ Sobre o Programa Criança Feliz – Recurso financeiro do PCF (Prontuário Eletrônico do Programa Criança Feliz), capacitações, Programa Primeira Infância, entre outros.
- ✓ Sobre a Portaria nº 369/20 do MC, Portaria nº 378 e a Lei complementar nº 173.
- ✓ Sobre o aceite de recursos do Ministério da Cidadania para a emergência em saúde pública – COVID 19.
- ✓ Sobre o auxílio emergencial do IGB-BF, Cadastro Único e Bolsa Família.
- ✓ Implantação e Implementação da Vigilância Socioassistencial na gestão municipal.
- ✓ Sobre o SIMPETI, que é um sistema eletrônico que tem por objetivo acompanhar as atividades relacionadas às Ações Estratégicas do AEPETI registradas pelos Municípios.
- ✓ Sobre as ações do PARAPAZ e TERPAZ.
- ✓ Sobre o Programa RENDA PARÁ 2020.

Alguns registros fotográficos – Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais



Foto 03: Monitoramento do PAA Emergencial em Limoeiro do Ajuru.



Foto 04: Reunião de monitoramento no CREAS do município de Medicilândia.



Foto 05: Atendimento presencial na Sede da SEASTER à Floresta do Araguaia, sobre a Proteção Social Básica.



Foto 06: CRAS de Chaves com 60% da obra concluída.



Foto 07: Técnicos de Ipixuna do Pará recebendo orientações sobre o uso do Prontuário SUAS.



Foto 08: Assessoramento técnico, por meio de Live, aos 05 municípios da região do Guajará.

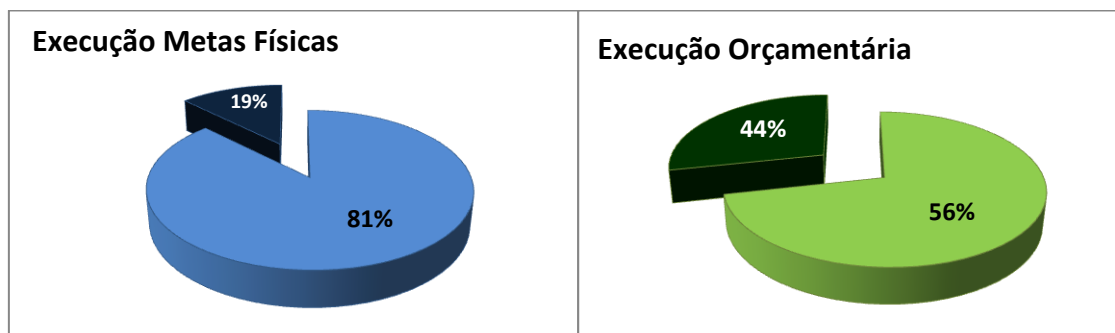
b) **CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS, SINASE E SISAN**

PRODUTO: Pessoa Capacitada

• **Meta Programada e Executada**

As capacitações são os pilares do fortalecimento da gestão do SUAS, pois aprimoram o preparo do servidor que atua na ponta, sobretudo, quanto ao rol de legislações que regulamentam os serviços de proteção social. Nesse sentido, a SEASTER programou pelas UO FEAS E SEASTER o montante de R\$700.00,00 para capacitar 5.127 trabalhadores do SUAS e do SISAN nos 144 municípios do Estado do Pará. Foram capacitados, no entanto, 959 trabalhadores a um custo de R\$ 306.944,38 em 47 municípios das 12 regiões de integração. Isto é, foram realizadas apenas 19% da meta física programada, ao mesmo tempo, que a execução orçamentária foi de 44% do orçamento delineado, conforme mostra os **Gráficos 02 e 03 e Tabela 5**.

Gráficos 02 e 03: **Execução das metas físicas e orçamentárias da ação de Capacitação dos Trabalhadores dos SUAS, SINASE e SISAN na UO FEAS e SEASTER.**



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2020

Tabela 05: **Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN pelas UO FEAS e SEASTER.**

Unidade Orçamentária	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exc.	% Exec.	PPA/0GE	Exc.	% Exec.
FEAS	3.077	580	19%	600.000,00	306.944,10	51%
SEASTER	2.050	379	18%	100.000,00	-	0,0%
Total	5.127	959	19%	700.000,00	306.944,10	44%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 13/12/2020.

Ao se detalhar os números acima, observamos que pela **UO FEAS** foram programadas 3.077 capacitações, sendo executadas 580 delas, com um orçamento destacado da ordem de R\$ 306.944,10 ou 51% do previsto, Já pela **UO SEASTER** foram programados mais 2.050 capacitações, sendo executadas apenas 379 ou 18% do programado, mas sem nenhuma execução orçamentária, dado que as capacitações executadas por esta UO foram 100% remotas.

- **Avaliação da execução orçamentária e física.**

O baixo desempenho desta ação se deve, sobretudo, à pandemia COVID – 19. Isto é, se deve aos protocolos de prevenção da doença imputados pelos decretos governamentais nº 609 e nº 670, publicados nos meses de março e abril de 2020 que, entre outras determinações, suspenderam as viagens intermunicipais e os eventos que causavam aglomerações. Esses critérios de isolamento social somados ao afastamento de parte dos servidores da SEASTER, enquadrados nos grupos de risco da doença COVID-19 e que eram responsáveis por ministrar essas capacitações e o posterior isolamento dos municípios depois que o pico da pandemia diminuiu na capital, foram determinantes para impactar a execução das mesmas, sobretudo, ao longo dos meses de março, abril, maio, junho, julho de 2020, dado que as capacitações estavam previstas para serem ministradas apenas de forma presencial nos 144 municípios do Estado.

O baixo desempenho da execução orçamentária também se deve aos motivos acima descritos, mas também à necessidade de superar este impacto na ação, promovendo capacitações *remotas* que dispensaram execução orçamentária, apesar das dificuldades de muitos municípios quanto ao acesso à internet, bem como, a indisponibilidade de equipamentos de informática de qualidade. Neste sentido, observa-se na **Tabela 06** e **Gráfico 04** o exemplo das regiões do Araguaia e Tapajós, onde foi possível capacitar trabalhadores do SUAS sem execução orçamentária.

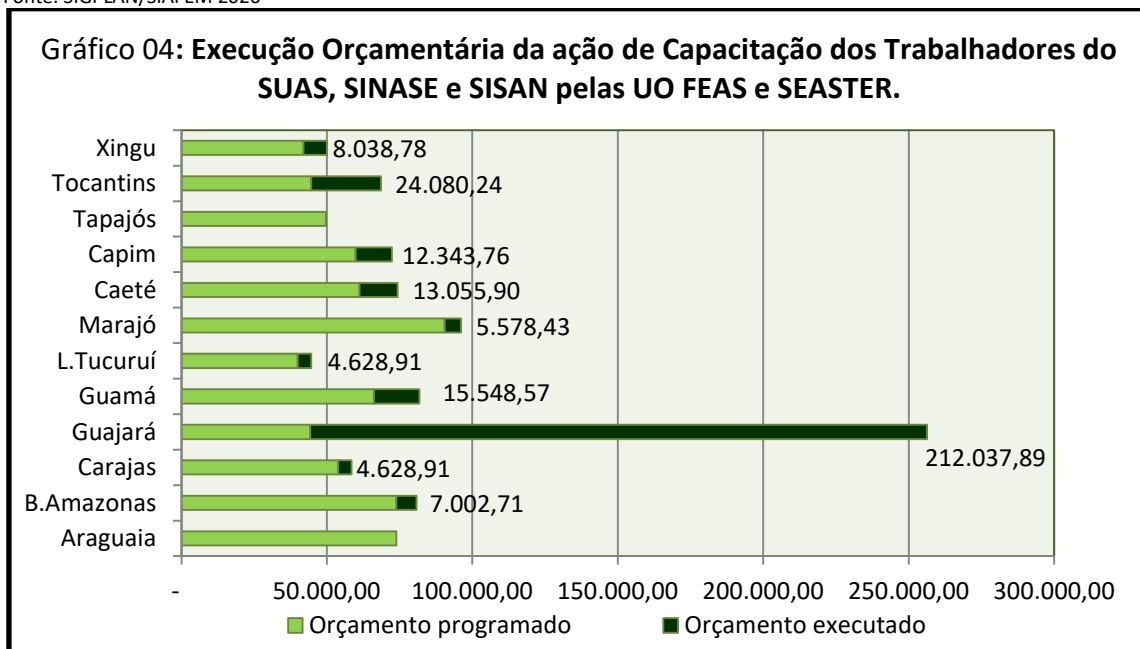
Salienta-se que o extrapolamento da meta orçamentária na região do Guajará, deve-se ao pagamento de DEA 2019, sobretudo, aos contratos de locação de veículos.

Tabela 06: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Capacitação dos Trabalhadores dos SUAS, SINASE e SISAN pelas UO FEAS e SEASTER.

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	336	24	7,14%	73.846,00	-	0,00%
B.Amazonas	414	45	10,87%	73.846,00	7.002,71	9,48%
Carajás	370	31	8,38%	53.846,00	4.628,91	8,60%
Guajará	671	14	2,09%	44.316,00	212.037,89	478,47%
Guamá	737	250	33,92%	66.200,00	15.548,57	23,49%
L.Tucuruí	102	18	17,65%	40.000,00	4.628,91	11,57%
Marajó	667	71	10,64%	90.512,00	5.578,43	6,16%
Caeté	648	122	18,83%	61.230,00	13.055,90	21,32%
Capim	570	186	32,63%	59.948,00	12.343,76	20,59%
Tapajós	208	03	1,44%	49.692,00	-	0,00%
Tocantins	189	165	87,30%	44.564,00	24.080,24	54,04%
Xingu	215	30	13,95%	42.000,00	8.038,78	19,14%
Total	5.127	959	19%	700.000	306.944	44%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 13/12/2020

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2020



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2020

Nota: A meta orçamentária foi extrapolada na região do Guajará devido ao pagamento de DEA.

- **Temas das capacitações ministradas**

Apesar do baixo desempenho da ação de Capacitação, devido a Pandemia COVID-19, a SEASTER reuniu esforços para se adequar a nova realidade das capacitações virtuais, dada a indisponibilidade de equipamentos de qualidade, bom como, da precariedade da internet em muitos municípios do Estado. Ainda sim, foi possível realizar parte das capacitações abaixo listadas na busca de aprimorar o preparo dos profissionais que atuam na ponta, diretamente com a população, garantindo que os serviços da proteção social cheguem aos vulneráveis com mais qualidade. A capacitação habilita os técnicos dos municípios a fortalecer a função protetiva da família, mitigando situações de rompimento de vínculos familiares e violação de direitos, assegurando o que orienta a meta 1.3 dos ODS Brasil, que prevê “assegurar para todos, em nível nacional, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade”.

As capacitações realizadas no exercício 2020 foram: Capacitações dos entrevistadores de Formulários do Cadastro Único; Capacitação sobre o Exercício de Controle Social do SUAS; Oficina de Formação do Programa Criança Feliz; Capacitação sobre os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade para os técnicos dos CREAS; Oficina do Programa Criança Feliz para supervisores e visitadores no método GVD; Capacitação no método de Cuidados para o Desenvolvimento da Criança – CDC, para gestores, coordenadores de CRAS, supervisores e visitadores do Programa Primeira Infância no SUAS / Criança Feliz; Curso de Atualização na Proteção Social Básica no SUAS, pelo OPERADORES DO SUAS; Oficina de Libras com foco na Política de Assistência Social; Oficina sobre o Enfrentamento aos Efeitos da Pandemia COVID-19; Capacitação sobre a Inclusão Sócio Produtiva e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade compra com doação simultânea; capacitação sobre Manipulação de Alimentos e Capacitação sobre o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Alguns registros fotográficos Capacitação dos Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN



Foto 09: Capacitação no método de Guia de Visita Domiciliar (GVD). Fev. 2020.



Foto 10: Capacitação nos serviços de atendimento do CREAS de Ipixuna do Pará.



Foto 11: Capacitação do Prog. Criança Feliz para supervisores no método GVD. Fev.2020.

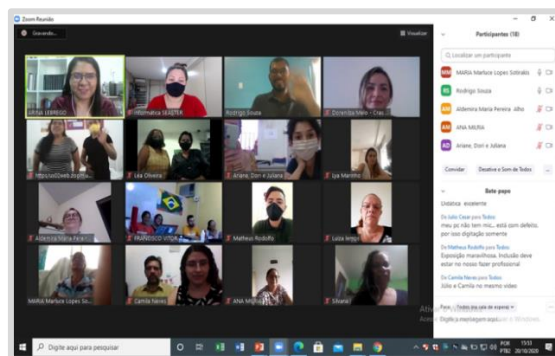


Foto 12: Capacitação OPERADORES DO SUAS online: Tema “Ações da Proteção Social Básica no SUAS”.



Foto 13: Capacitação dos entrevistadores de formulários do Cadastro Único, Capanema.



Foto 14: Capacitação dos Trabalhadores do SISAN. Limoeiro do Ajuru.

c) **APOIO AOS ORGANISMOS DE CONTROLE SOCIAL**

PRODUTO: Organismo Apoiado

- **Meta Programada e Executada**

Apoiar os organismos de controle social é afiançar a participação popular para garantir a execução das políticas públicas de assistência social e o fortalecimento do seu sistema no Estado. Neste sentido, a SEASTER programou por meio das UO FEAS e SEASTER o montante de R\$ 527.031,00 para apoiar 05 Organismos de Controle Social. Apoio que foi 100% cumprido, com o orçamento executado de R\$ 114.183,59, conforme **Tabela 07**.

Tabela 07: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Apoio aos Organismos de Controle Social pelas UO FEAS e SEASTER.

Unidade Orçamentária	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exc.	% Exec.	PPA/0GE	Exc.	% Exec.
FEAS	02	02	100%	234.215,00	111.687,56	48%
SEASTER	03	03	0,0%	292.816,00	2.496,03	0,0%
Total	05	05	100%	527.031,00	114.183,59	22%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 13/12/2020.

Pela UO FEAS foi dado apoio a 02 conselhos a um custo de R\$ 111.687,56, sendo que os conselhos apoiados foram: Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (CEPCD). Pela UO SEASTER o apoio foi dado a 03 conselhos a um custo de R\$ 2.496,03, os conselhos são: Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselho Estadual da Pessoa Idosa (CEDPI) e Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEANS).

- **Avaliação da execução orçamentária e física.**

O baixo desempenho da execução orçamentária se deve à pandemia COVID – 19. Isto é, se devem aos protocolos de prevenção da doença imputados pelos decretos

governamentais nº 609 e nº 670 à população paraense. Esses decretos foram publicados nos meses de março e abril de 2020e, entre outras determinações, suspenderam as viagens intermunicipais e os eventos públicos e privados. Esses critérios de isolamento social, somado ao afastamento de parte dos conselheiros enquadrados nos grupos de risco da doença, sobretudo, dos conselheiros do CEDPI (Conselho Estadual da Pessoa Idosa) foram determinantes para suspenderas reuniões mensais dos conselhos entre os meses de março e julho de 2020. Neste período, alguns conselhos conseguiram adaptar suas atividades a realidade virtual para conseguir cumprir com algumas obrigações.

Na **Tabela 08**, verifica-se que a execução orçamentária realizada nas outras 11 regiões de integração, não programadas pela LOA 2020, deve-se ao fato da liquidez financeira ter sido realizada no município beneficiado por ações desenvolvidas pelos conselhos.

Tabela 8 Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Apoio aos Organismos de Controle Social pelas UO FEAS e SEASTER.

Unidade Orçamentária	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exc.	% Exec.	PPA/OGE	Exc.	% Exec.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B.Amazonas	-	-	-	-	11.512,93	-
Carajás	-	-	-	-	1.542,97	-
Guajará	05	0 5	100,00%	527.031,00	70.835,60	13,44%
Guamá	-	-	-	-	4.198,15	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	3.085,94	-
Marajó	-	-	-	-	9.969,96	-
Caeté	-	-	-	-	3.898,91	-
Capim	-	-	-	-	4.272,84	-
Tapajós	-	-	-	-	356,07	-
Tocantins	-	-	-	-	1.780,35	-
Xingu	-	-	-	-	2.729,87	-
Total	05	05	100,00%	527.031,00	114.183,59	21,67%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2000.

- **Principais reuniões deliberativas dos conselhos**

Dentre as atividades dos Organismos de Controle Social que foram possíveis de serem realizadas em 2020, seja via online ou presencial, considerando os protocolos de prevenção da COVID-19, destacamos as principais:

CEAS: O CEAS iniciou o ano realizando suas eleições 2020. Mas suspendeu essas atividades entre março e abril, devido a Pandemia COVID-19. A posse dos novos conselheiros e a formalização do Colegiado do CEAS foram realizadas por meio de videoconferência apenas em 11/05/2020. Ato fundamental, na ocasião, dada a urgência para aprovação de recursos emergenciais direcionados a prevenção da COVID-19. As principais atividades foram: Participação de forma virtual da reunião do Conselho Nacional de Assistência Social; Assembleia Ordinária para deliberar sobre a composição das Comissões permanentes do Conselho estadual de Assistência Social – CEAS para o Biênio 2020/2022; Composição da comissão de conferência; Aprovação da portaria de critérios para Cofinanciamento Estadual; Definição da representação do CEAS/PA no FONACEAS e CIBQPA; Encaminhou para publicação no IOEA as resoluções 01, 02, 03, 04 E 05 de 2020 do CEAS/PA; Participaram da XV Reunião da Comissão Interinstitucional do SINASE; Deliberar e aprovar Plano de Ação de Recursos Emergenciais Federais para Execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede; Programação orçamentária (exercício de 2021) para realização das conferências estaduais e municipais; Participação, via aplicativo, do 47º Encontro do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONACEAS; Realizou, de forma presencial, a 4ª assembleia ordinária, para aprovação do Plano de Ação 2020/2022; Aprovação do aceite da segunda parcela do recurso emergencial do Governo Federal; Participação na 2ª reunião ordinária da CIB/PA; Oficinas de formação dos conselheiros eleitos dos CMAS e Oficinas de assessoramento ao processo eleitoral dos CMAS; participou da sessão especial de instalação da comissão permanente de defesa da primeira infância, criança e adolescente – ALEPA; realizou assembleia extraordinária, por meio de videoconferência, com a pauta: Resoluções 007 e 008/2020 CEAS/PA – (Ad Referendum); Aprovação da Prestação de Contas referente ao 3º Quadrimestre /2019 e 1º quadrimestre de 2020; Aprovação do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS); Análise e proposição de alteração da nova lei do SUAS, análise e parecer do relatório de monitoramento e avaliação do Pacto de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social e Aprovação da Resolução SEASTER/CIB nº 002 que dispõe sobre o cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social.

CEPCD: Apesar do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência ter passado o ano de 2020 sem composição, aguardando decisão jurídica do processo judicial nº 0875433-53.2018.8.14.0301, que interrompe as atividades do conselho e impede a realização de novas eleições, plenos e conferências, sua equipe técnica permanece trabalhando e fazendo atendimentos e encaminhamentos para o Ministério Público do Estado. Este auxilia nos cumprimentos das leis com relação às vagas em escolas, atendimentos médicos e transporte público. Os técnicos participam, ainda, de palestras, rodas de conversas e debates com o objetivo de melhorar a vida da pessoa portadora de deficiência.

CEDCA: Participação de conselheiros nos espaços de interlocução: Comitê Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado do Pará; Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM; Comissão Interinstitucional de acompanhamento e avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; Realização de Assembleia ordinária para avaliar o Of.004/2019 – do Fórum das Entidades dos Direitos da Criança e do Adolescente-FDCA concernente a Resolução Nº78/2019-CEDCA/PA; Apreciação e aprovação do Relatório da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará; Capacitação dos Conselheiros Tutelares e Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente nos municípios de Uruará e Mãe do Rio, atingindo 40 participantes; Continua sem colegiado devido ao fim dos mandatos dos Conselheiros 2018/2020; realizada reunião entre a 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém, MP, OAB/PA, SEASTER e CEDCA para tratar da prorrogação do mandato dos conselheiros por 12 meses a contar do término da gestão em fevereiro; encaminhamento da Resolução 079/2020-CEDCA/PA de prorrogações para publicação no Diário Oficial; Foi publicada no Diário Oficial a RESOLUÇÃO N.º 079/2020-CEDCA/PA, de 04 /08/2020, que dispõe sobre a prorrogação do mandato dos atuais membros do CEDCA/PA, biênio 2017/2019; Participou da reunião virtual com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre informações da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (XI CNDCA); composição da Comissão Eleitoral; calendário Eleitoral, reordenamento dos representantes do CEDCA; Realizou reunião ordinária do programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM; aprovação da ata do mês de 02/2020; Participação Efetiva da Delegação do Estado do Pará na XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Realizou a IV Semana Estadual de Direitos da Pessoa Idosa do Pará, com a abertura em missa realizada na sala de cinema do shopping Pátio Belém; Participação dias 25 e 26 de novembro, pelo aplicativo Zoom, do V Seminário dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/PA; publicado no diário oficial a Resolução nº 081/2020 que

dispõe sobre a homologação das inscrições das entidades não governamentais no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará - Gestão 2021/2023 e na data de 26 de novembro ocorreu à abertura da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (XI CNDCA).

CEDPI: Participou do seminário da FAAPPA; Participou do Encontro técnico do Conselho Nacional da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Aprovada a minuta da Resolução do Plano de aplicação do FUNEPI e o envio da mesma ao Núcleo Jurídico da SEASTER-NUJUR para adequação jurídica; proposição de resolução que regulamente o funcionamento remoto do CEDPI; Emissão de nota técnica conjuntural, encaminhamento e acompanhamento de denúncias de negligências relacionadas às ILPI's da Região Metropolitana de Belém; participação online de reunião nacional com a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; avaliação das ações e iniciativas do governo federal no combate e prevenção à disseminação da COVID-19 no público idoso; Foi emitida NOTA TÉCNICA 01/2020 do CEDPI/PA sobre as ações e atribuições do CEDPI frente à pandemia da Covid 19; emitida a Resolução 31/2020 que dispõe acerca do funcionamento do CEDPI, por meio virtual, em suas reuniões e deliberações; realizadas ações em alusão ao dia 15 de junho - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa; Iniciou-se os procedimentos de processo eleitoral do CEDPI para a gestão do próximo Biênio 2021/2022; Reuniões da Comissão de Reformulação da Lei de Criação do CEDPI e do Regimento Interno, sendo finalizada a Minuta da Lei a ser apresentada na 161ª; iniciado o processo eleitoral referente ao biênio 2021/2022 e as ações preparatórias para realização da Semana da pessoa idosa 2020; reunião da comissão de alteração do regimento interno.

CONSEANS: 1ª Reunião Extraordinária do CONSENAS para tratar das conferências municipais, parte importante do processo de preparação da V CESAN PA. Serão 93 municípios participantes nas 12 regiões de integração do Estado; Realizada de reunião ordinária do CONSENS para tratar do planejamento da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará (V CESAN PA); reuniões entre as comissões de institucionalidade permanentes do CONSEANS (CP2 e CP3) e a DISAN (Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional) para debater o PAA; participação do CONSEANS no dia Mundial da Alimentação no auditório da SEASTER, coordenado pela Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN); Via aplicativo zoom, realizou no dia 04 de novembro a 13ª Reunião Ordinária, a qual repassou informações obtida junto a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional DISAN/SEASTER a cerca do Programa de Cisterna nas Escolas.

Alguns registros fotográficos Apoio aos Organismos de Controle Social



Foto 15: Reunião extraordinária dos conselheiros com o Presidente do CEAS.



Foto 16: Reunião extraordinária do CEAS com o Secretário da SEASTER.



Foto 17: CEAS nas oficinas de assessoramento junto aos municípios.



Foto 18: Reunião ordinária do CEAS na sede da SEASTER para aprovação do PEAS 2020.



Foto 19: CEAS no acompanhamento do Programa Bolsa Família.



Foto 20: Reunião da Comissão de acompanhamento junto aos conselhos municipais de Assistência Social.

II. FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL

a) AÇÃO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL E AO TRABALHO INFANTIL

PRODUTO: **Evento Realizado**

- **Meta Programada e Executada**

Uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos é a exploração de crianças e adolescentes para fins sexuais ou para o trabalho infantil. No intuito de combater este flagela social, fortalecendo a proteção básica e especial, a SEASTER programou pelas UO FEAS e SEASTER o total de 124 eventos de conscientização social sobre o assunto, com um orçamento programado da ordem de R\$ 783.000,00. Foram executados, contudo, apenas 40 eventos a um custo de R\$ 120.969,97, conforme mostra a **Tabela 09**.

Tabela 09: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil pelas UO FEAS e SEASTER.

Unidade Orçamentária	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exc.	% Exec.	PPA/0GE	Exc.	% Exec.
FEAS	04	40	1000%	313.000,00	120.969,97	39%
SEASTER	124	-	0,0%	470.000,00	-	0%
Total	128	40	31%	783.000,00	120.969,97	15%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 13/12/2020.

- **Avaliação da execução orçamentária e física.**

Importante salientar que a SEASTER, considerando o baixo orçamento e os recursos humanos limitados para execução desta ação, programou em sua LOA 2020 a realização de apenas 06 eventos de grande porte nas regiões do Araguaia, Guajará, Marajó, e Xingu. Contudo, ao ser aprovada na ALEPA, a LOA 2020 sofreu alterações nas metas físicas desta ação, tendo sido adicionados aos 02 eventos programados na UO SEASTER mais 122 eventos, em detrimento das condições de execução dessa nova meta pelo corpo técnico da Secretaria.

Este fato, que se deu à revelia da Secretaria, somado aos protocolos de isolamento social, determinados pelos decretos governamentais nº 609 e nº 670 para o combate a pandemia COVID-19, entre os meses de março e junho, inviabilizaram a execução da meta reformulada, sendo possível apenas a realização de 40 eventos na UO FEAS, com execução de R\$ 120.969,97. Ou seja, a execução de apenas 31% da meta global programada, a um custo de 15% do delineado, conforme mostra a **Tabela 10**.

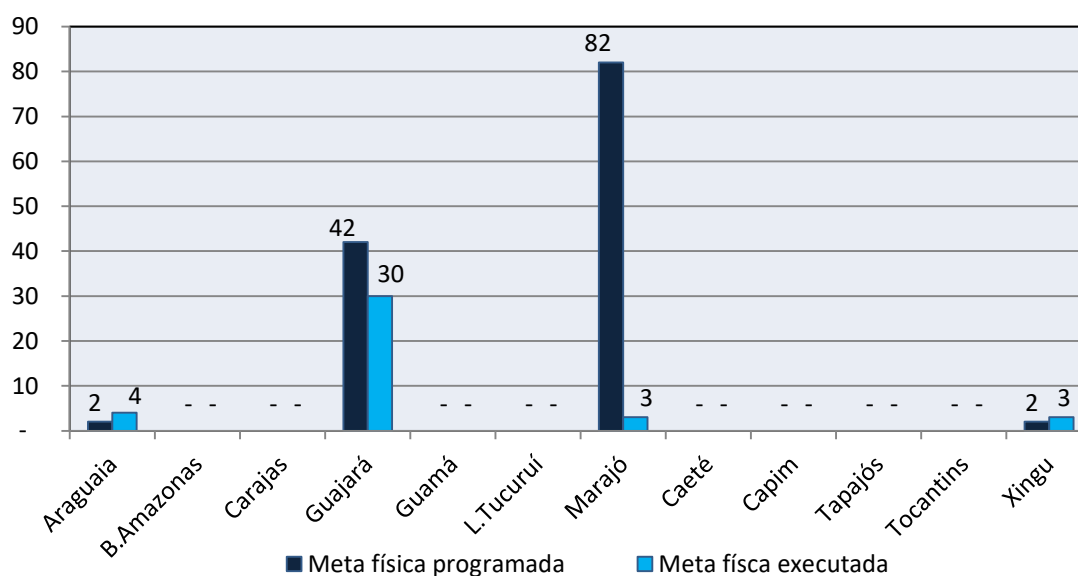
Segundo o **Gráfico 05**, a região do Marajó foi a menos atendida por esta ação, justamente por ter sofrido a maior alteração nas suas metas programadas pela ALEPA, saltando de 01 para 82 eventos a serem realizados em 2020. Além do “*Fator Amazônico*” que dificulta a mobilização de logística para eventos, sobretudo, para regiões com maior precariedade de acesso. Nas regiões do Araguaia e Xingu a meta foi extrapolada, dada a possibilidade de realização de “webinários” com municípios que detinham boa internet e equipamentos de informática de qualidade. A região do Guajará foi a mais contemplada com os eventos da ação, apesar da meta não ter sido alcançada 100% como planejado.

Tabela 10: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil pelas UO FEAS e SEASTER

Unidade Orçamentária	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exc.	% Exec.	PPA/OGE	Exc.	% Exec.
Araguaia	02	04	200%	82.000,00	-	0%
B.Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajás	-	-	-	-	-	-
Guajará	42	30	71%	287.000,00	120.969,97	42%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L.Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	82	03	4%	332.000,00	-	0%
Caeté	-	-	-	-	-	-
Capim	-	-	-	-	-	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Xingu	02	03	150%	82.000,00	-	0%
Total	128	40	31%	783.000,00	120.969,97	15%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 13/12/2020

Gráfico 05: Execução das Metas Físicas da ação de Enfrentamento à Violência Sexual e ao Trabalho Infantil nas UO FEAS e SEASTER.



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 13/12/2020

• Principais eventos realizados

Como os protocolos de isolamento social, determinados pelos decretos governamentais nº 609 e nº 670, sobretudo, entre os meses de março e julho, não permitiram a realização de eventos públicos, a SESTER lançou mão dos “Webinários” e “Lives” para realizar eventos remotos sobre diversas questões envolvendo o abuso sexual e o trabalho infantil. Contudo, a carência de internet ou mesmo de bons equipamentos de informática por parte dos municípios e da própria Secretaria, inviabilizou a execução de uma meta maior de eventos. Ainda sim, foi possível realizá-los e considera-los como uma opção a se aprimorar para os próximos anos do PPA 2020-2023. Entre os principais eventos realizados, destacamos:

- ✓ Realização da II Marcha de Belém Contra o Trabalho Infantil, organizada pelo Tribunal Regional do Trabalho, 8ª Região, em parceria com a SEASTER, Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente.

- ✓ Evento de entrega pela SEASTER do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes à nova gestão do Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – CVSCA.
- ✓ Realização de 24 lives/vídeo conferência envolvendo 10 regiões de integração e 112 municípios, em torno do tema: Estratégias de Enfrentamento ao Trabalho Infantil em tempos de Pandemia.
- ✓ Comemoração do Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, ocasião em que foram enviados CARDS com os 12 temas da Campanha para as mídias sociais, além de um GIF com os técnicos e fixação de faixa com o tema da Campanha Nacional na entrada da SEASTER. Na ocasião, distribuíram-se também duas mil máscaras para adultos e crianças com a logo e o tema da Campanha do Fórum Nacional – FNPETI.
- ✓ Participou do Webinário denominado “Ações de Combate ao Trabalho Infantil, realizado pela gestão de Assistência Social do município de Tucuruí, via YouTube e Face book.
- ✓ A SEASTER participou de lives de planejamento junto a SEGUP/DIPREV com representantes a PM e PC/DEAN das regiões do Carajás, Caeté Guajará para organizar a Operação Verão 2020, que dispõe sobre o combate à violência contra mulheres, crianças e adolescentes.
- ✓ Com o objetivo de orientar e capacitar os municípios para o acesso e execução financeira dos recursos nas AEPETI foi realizado evento online via aplicativo ZOOM, acerca das ações estratégicas do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil (AEPETI).
- ✓ Foi realizado, ainda, 01 Webinário Técnico (seminário) sobre as Ações Estratégicas do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil (AEPETI).

Alguns registros fotográficos

Ação de Enfrentamento a Violência Sexual e ao Trabalho Infantil



Foto 21: SEASTER na II Marcha de Belém contra o Trabalho Infantil.



Foto 22: Evento de Lançamento da Campanha de Erradicação do Trabalho Infantil no Círio.

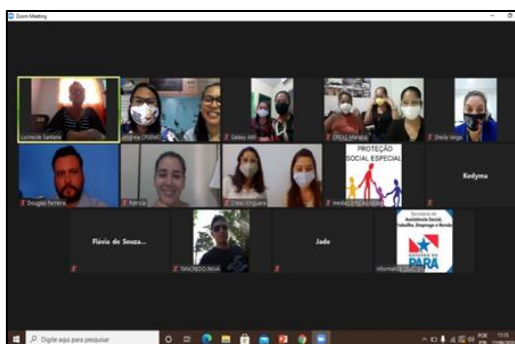


Foto 23: Webinar técnico das ações de enfrentamento do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.



Foto 24: O GT do Comitê de Prevenção e Exploração Sexual: revisão do Plano Estadual de Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.



Foto 25: Live no YouTube, realizada em junho 2020.



Foto 26: Programa Conexão com Úrsula Vidal. Fevereiro 2020. II Marcha Belém.

b) **AÇÃO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS NA EXECUÇÃO DA BUSCA ATIVA**
PRODUTO: Município Apoiado

- **Meta Programada e Executada**

Milhares de crianças e adultos vivem no Pará sem o primeiro documento civil. São pessoas “invisíveis” para o Estado, ficando à margem dos serviços de proteção social, sem possibilidade de receber benefícios, tratamento de saúde, inserção no mercado de trabalho, emissão de documentação básica, desbloqueios de benefícios, emitir registro civil do recém-nascido e efetivar matrícula em instituições de ensino. A Busca Ativa permite que o Estado identifique em quais municípios se concentra a maior demanda de pessoas carentes de suas certidões de nascimento, seja de 1º e 2º vias ou até de Certidões de Óbito.

Para combater o subregistro e buscar a redução do extravio de certidões, a SEASTER criou, em 2020, a ação de “*Apoio aos Municípios na Execução da Busca Ativa*” que permite ao Estado identificar em quais municípios se concentra a maior demanda de pessoas carentes de suas certidões de nascimento. Por meio dessa ação, a SEASTER programou prestar apoio a 79 municípios para execução de busca ativa, com orçamento da ordem de R\$ 600.000,00, pela UO FEAS. Foram apoiados, contudo, apenas 48 municípios ou 61% deles, com uma execução orçamentária de R\$32.096,17 ou 6% do valor delineado, conforme mostra a **Tabela 11** e o **Gráfico 06**.

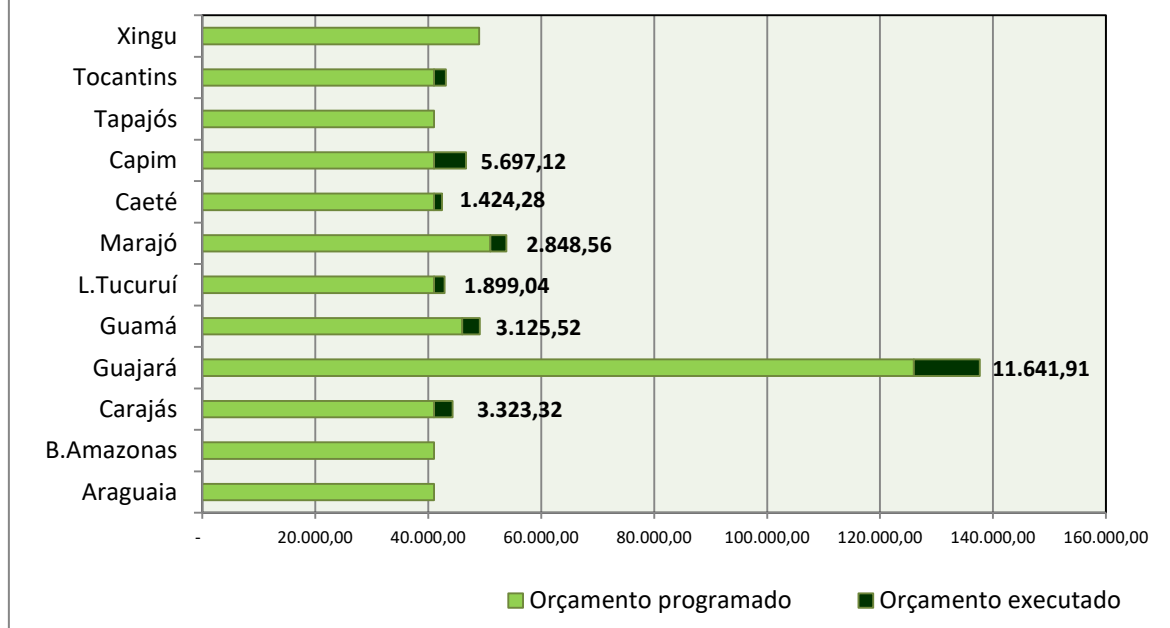
Importante salientar, que durante as triagens da busca ativa realizadas ao longo de 2020, foram identificados 145 casos de solicitações de documentos adversos que foram encaminhados à *Defensoria Pública* para os encaminhamentos jurídicos devidos, entre eles destacamos: 2ª via da certidão de casamento, 2ª via da certidão de nascimento de outro estado, 1ª via da certidão de óbito, Registros tardios, retificações, reconhecimento de paternidade e alteração no sobrenome da mãe.

Tabela 11: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Apoio aos Municípios na Execução da Busca Ativa na UO FEAS

Unidade Orçamentária	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exc.	% Exec.	PPA/0GE	Exc.	% Exec.
Araguaia	08	-	0%	41.000,00	-	0%
B.Amazonas	06	01	17%	41.000,00	-	0%
Carajás	06	03	50%	41.000,00	3.323,32	8%
Guajará	03	04	133%	126.000,00	11.641,91	9%
Guamá	08	12	138%	46.000,00	3.125,52	7%
L.Tucuruí	03	02	67%	41.000,00	1.899,04	5%
Marajó	11	07	64%	51.000,00	2.848,56	6%
Caeté	06	04	67%	41.000,00	1.424,28	3%
Capim	10	07	70%	41.000,00	5.697,12	14%
Tapajós	03	-	0%	41.000,00	-	0%
Tocantins	09	09	100%	41.000,00	2.136,42	5%
Xingu	06	-	0%	49.000,00	-	0%
Total	79	49	62%	600.000,00	32.096,17	5%

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM.

Gráfico 06: Execução Orçamentária da ação de Apoio aos Municípios na Execução da Busca Ativa na U.O. FEAS.



Fonte: SIGPLAN/SIAFEM.

- **Avaliação da Execução Orçamentária e Física.**

A ação de “*Apoio aos Municípios na Execução da Busca Ativa*” foi uma das ações mais impactadas pelos protocolos de prevenção da Pandemia COVID-19, imputados pelos decretos governamentais nº 609 e nº 670. Os critérios de isolamento social impostos pelo Governo do Estado, e posteriormente, pelas prefeituras municipais, somados ao afastamento de parte dos servidores responsáveis por esta ação, enquadrados nos grupos de risco da doença ou incumbidos de ajudar nos abrigos provisórios e emergências das pessoas de rua, provocaram o desempenho regular da meta física e o baixo desempenho da execução orçamentária mostrada no **Gráfico 06**.

A **Tabela 12** mostra que apesar do regular desempenho da meta física da ação, foram encaminhadas aos cartórios cerca de 2.900 emissões de requerimentos para obtenção da gratuidade da 1ª e 2ª via da Certidão de Nascimento e da Certidão de Óbito, junto aos cartórios em que estão localizados os registros civis de nascimento dos beneficiários atendidos na ação.

Tabela 12: Quantidade de requerimentos para emissão de certidões, encaminhados aos cartórios para obtenção da gratuidade.

Nº de Requerimentos para emissão da Certidão de Nascimento e de Óbito em 2020				
Meses	1ª via	2ª via	Óbito	Total
Janeiro	08	339	05	352
Fevereiro	15	888	11	914
Março	02	237	02	241
Abril	04	15	-	19
Maio	-	05	-	05
Junho	-	36	-	36
Julho	-	37	-	37
Agosto	17	139	06	162
Setembro	19	501	01	521
Outubro	16	241	03	260
Novembro	37	366	04	407
*Dezembro	-	-	-	-
Total	**118	2.804	32	2.954

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM.

*Nota: O mês de Dezembro ainda não foi contabilizado.

** Nota: Apenas 02 certidões de 1ª via foram enviadas aos cartórios, o restante ainda está em análise pela SEASTER.

O levantamento das demandas por certidões de nascimento e de óbito deve-se, as ações detalhadas de Busca Ativa e da parceria exitosa da SEASTER com a Fundação PARAPAZ nas mais de 20 ações de cidadania realizadas no Estado, das quais a SEASTER participou. A ação detalhada de busca ativa denominada de “Operacionalização do Território pela PAZ” realizou busca nos Território de Pacificação (TERPAZ), por meio do projeto “Meu Registro”, que demandaram mais de 800 requerimentos para emissão de certidões. Também a ação detalhada de “Busca Ativa Fundo de Registro Civil (FRC)” viabilizou a seleção final de todos os requerimentos levantados em 2020 para encaminhamento aos cartórios, incluindo os triados nas ações de cidadania junto ao PARAPAZ, os triados nas ações de busca nos TERPAZ e outros oriundos de atendimentos internos, denominados de “Demandas da SEASTER” que contribuíram para que mais de 300 requerimentos fossem também selecionados. A maioria dessas demandas internas partiu das seguintes Unidades Administrativas: Diretorias da SEASTER, Abrigo Estadual de Mulheres, Ouvidoria da SEASTER, Polícia Civil, SJUDH, ALEPA, entre outras. Da mesma forma, a busca ativa realizada nos abrigos provisórios do Mangueirão e Mangueirinho, junto à população de rua ali acolhida também originaram mais 60 requerimentos para emissão de certidões. Em todas as ações detalhadas foram dadas orientações aos beneficiários acerca da importância do Registro Civil e dos critérios necessários para a emissão dos mesmos e da obtenção da gratuidade junto aos cartórios.

Outro projeto importante no combate ao subregistro são as “Unidades de Interligação” que consiste numa sala equipada com equipamentos de informática dentro de hospitais maternidades, de onde o Cartório se interligará ao Sistema de Registro Civil para emissão imediata e gratuita da Certidão de Nascimento do recém-nascido. Esses *kits de Informática* são doados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção Global e entregue pela SEASTER, para serem instalados unidades de interligação. Os municípios contemplados com essas unidades são: Barcarena, Tomé-Açu, Breves, Portel e Salinópolis, todos já receberam os Kits de Informática e estão na fase de instalação para implementação.

Alguns registros fotográficos
Apoio aos Municípios na Execução da Busca Ativa



Foto 27: Ação de cidadania em parceria com a Fundação PARAPAZ no município de Soure.



Foto 28: Ação integrada de cidadania no CRAS da Cidade Nova. Parceria com a Fundação PARAPAZ em Ananindeua. Jan. 2020



Foto 29: Entrega de Certidões de Nascimento aos moradores de rua acolhidos no Mangueirão.

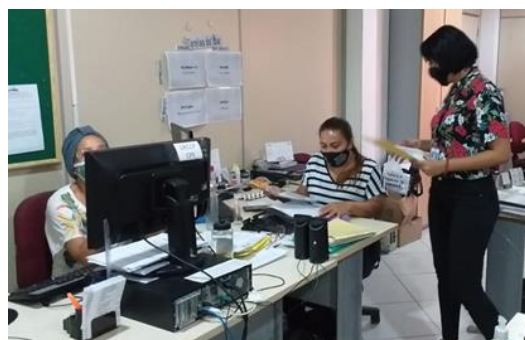


Foto 30: Atendimento interno na Sala da SEASTER para emissão de requerimento para obter gratuidade junto aos cartórios do Pará.



Foto 31: Busca ativa na Comunidade Quilombola América. Município de Bragança.



Foto 32: Serviços Itinerantes do TERPAZ: Projeto "Meu Registro" no bairro do Icuí-Guajará.

c) **COFINANCIAMENTO DA GESTÃO, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS.**

PRODUTO: Município Cofinanciado

- **Meta Programada e Executada**

Uma das ações do PPA 2020-2023 que busca cumprir, efetivamente, com o funcionamento e manutenção de benefícios e serviços socioassistenciais tipificados à população é a ação de “Cofinanciamento da Gestão, serviços e benefícios socioassistenciais”. Os recursos que financiam os serviços socioassistenciais são provenientes do orçamento da União, do Distrito Federal, dos estados e municípios e das diversas contribuições sociais. São transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, pela fonte orçamentária **cod. 107**.

Os municípios do Estado do Pará contam com o Cofinanciamento Estadual, efetivado com recursos próprios, e com o Cofinanciamento Federal, resultante da regionalização da Proteção Social Especial de Média Complexidade, cofinanciamento este que o Estado complementa mediante repasses de contrapartida aos municípios.

Para garantir o Cofinanciamento Estadual e a contrapartida acima descrita, a SEASTER programou na UO FEAS (OGE 2020) o montante de R\$ 3.128.172,00 para cofinanciar os 144 municípios do Estado do Pará. Foram atendidos, contudo, 139 municípios com uma execução orçamentária de R\$11.330.335,88.

- **Avaliação da execução orçamentária e física.**

Após análises técnicas, verificou-se que o orçamento programado na LOA 2020 (R\$ 3.128.172,00) cobriria apenas o repasse de metade das parcelas do Cofinanciamento Estadual, bem como, as contrapartidas do Cofinanciamento Federal. Sendo necessário, portanto, suplementar o orçamento em mais R\$ 4.000.000,00 para viabilizar o repasse total do Cofinanciamento Estadual aos municípios.

Contudo, o orçamento programado na LOA de R\$ 3.128.172,00 não foi liberado à SEASTER em função da baixa arrecadação do Estado na Fonte de Recursos **cod. 0107**,

dado os impactos da Pandemia COVID-19 na economia do Estado. Fato que exigiu nova suplementação de R\$ 3.000.000,00 do orçamento para dar conta do total dos repasses já pactuados na CIB. Logo, todo o Cofinanciamento Estadual 2020 e a contrapartida do Estado pelo Cofinanciamento Federal foram pagos por meio das suplementações acima descritas via **Lei nº LEI 9.039/2020-COVID** na Fonte de Recurso **cod. 0186**, referentes à ação **COVIDPARÁ** na **UO FEAS**.

Ainda por meio da mesma ação de ***“Cofinanciamento à Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais”*** foram repassadas aos municípios em 2020, outros valores referentes a emendas parlamentares no montante de R\$ 3.245.000,00, distribuídos entre 14 municípios de 09 regiões do Estado: Sapucaia, Conceição do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Benevides, São Domingos do Capim, Curuçá, Nova Ipixuna, Gurupá, Bragança, Viseu, Dom Eliseu, Concórdia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Limoeiro do Ajuru. O **Quadro 14** mostra as regiões desses municípios e o valor das emendas repassadas. Apenas o Baixo Amazonas e Tapajós não foram contemplados.

Quadro 14: Emendas Parlamentárias repassadas aos municípios pela ação de Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios socioassistenciais.

Região	Emenda Parlamentar 2020
Araguaia	R\$ 180.000,00
B.Amazonas	-
Carajás	R\$ 465.001,00
Guajará	R\$ 400.000,00
Guamá	R\$ 250.000,00
L.Tucuruí	R\$ 100.000,00
Marajó	R\$ 250.000,00
Caeté	R\$ 100.000,00
Capim	R\$ 1.400.000,00
Tapajós	-
Tocantins	R\$ 100.000,00
Xingu	-
Total	R\$ 3.245.001,00

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM em 13/12/2020

Somam-se aos repasses das emendas parlamentares, mais R\$ 1.425.226,72 do **Cofinanciamento Federal** repassado “Fundo á Fundo” no que tange à regionalização dos CREAS, perfazendo assim um total de R\$ 4.670.226,72 repassados aos municípios, pela ação de “**Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais**”, como mostra as **Tabela 13**.

Já os repasses do **Cofinanciamento Estadual** e a **contrapartida do Estado** foram efetivados por meio da ação **COVIDPARÁ**, perfazendo um montante da ordem de R\$ 6.660.109,16 para dar conta de cofinanciar 97% dos municípios ou 139 municípios. Os 05 municípios restantes não receberam o cofinanciamento por não estarem habilitados, quanto a suas prestações de contas e outros documentos.

As **Tabelas 14 e 15 e Gráfico 07 e 08** mostram os repasses efetivados aos municípios. Importante salientar que a região do Tapajós não foi contemplada com recursos de emendas parlamentares, nem com repasses do Cofinanciamento Federal. Sua meta física corresponde apenas ao Cofinanciamento Estadual.

Tabela 13: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais na UO FEAS quanto ao Cofinanciamento Federal e Emendas Parlamentares.

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	15	06	40%	318.490,00	367.255,07	115%
B.Amazonas	13	03	23%	269.164,00	143.027,54	53%
Carajás	12	05	42%	241.408,00	641.113,10	266%
**Guajará	05	03	60%	150.732,00	768.292,85	510%
Guamá	18	06	33%	370.704,00	425.733,29	115%
L.Tucuruí	07	01	14%	175.620,00	125.225,81	71%
Marajó	16	01	6%	322.428,00	250.000,00	78%
Caeté	15	07	47%	316.320,00	333.065,50	105%
Capim	16	04	25%	361.296,00	1.451.499,72	402%
Tapajós	06	-	-	107.532,00	-	-
Tocantins	11	01	9%	291.720,00	100.000,00	34%
Xingu	10	01	10%	202.758,00	65.013,84	32%
Total	144	38	26%	3.128.172,00	*4.670.226,72	149%

Fonte: SIGPLAN em 13/12/2020.

Nota*: Recursos oriundos de Emendas Parlamentares e repasses do Cofinanciamento Federal.

Tabela 14: Repasse da Ação COVIDPARA na U.O FEAS, referente ao *Cofinanciamento Estadual e Contrapartida pelo cofinanciamento federal.*

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Araguaia	15	15	100%	318.490,00	605.151,14	190%
B.Amazonas	13	13	100%	269.164,00	409.365,10	152%
Carajás	12	11	92%	241.408,00	516.506,96	214%
Guajará	05	05	100%	150.732,00	1.961.893,02	1302%
Guamá	18	17	94%	370.704,00	641.151,14	173%
L.Tucuruí	07	05	71%	175.620,00	170.893,02	97%
Marajó	16	15	94%	322.428,00	461.393,02	143%
Caeté	15	15	100%	316.320,00	614.111,60	194%
Capim	16	16	100%	361.296,00	474.986,04	131%
Tapajós	06	06	100%	107.532,00	164.379,06	153%
Tocantins	11	11	100%	291.720,00	361.000,00	124%
Xingu	10	10	100%	202.758,00	279.279,06	138%
Total	144	139	97%	3.128.172,00	*6.660.109,16	213%

Fonte: SIGPLAN em 13/12/2020

Nota*: Recursos referentes ao Cofinanciamento Estadual e contrapartida do Estado (Cof. Federal).

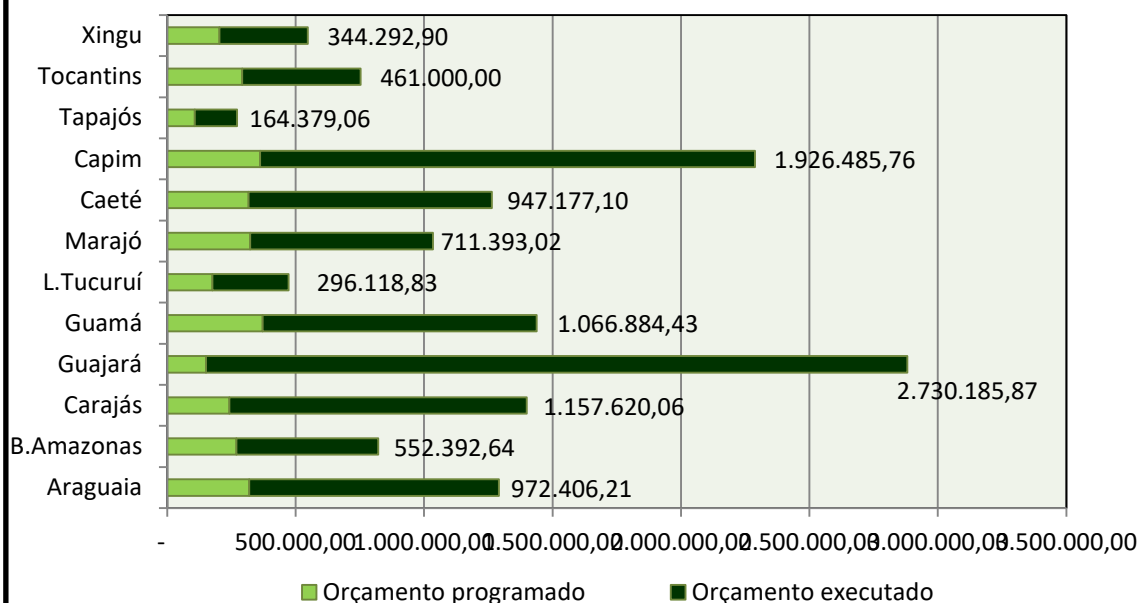
Tabela 15: Consolidação dos Repasses aos municípios em 2020 (*cofinanciamentos*) pela ação de Cofinanciamento à Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais e pela ação COVIDPARÁ.

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Araguaia	15	15	93%	318.490,00	972.406,21	305%
B.Amazonas	13	13	100%	269.164,00	552.392,64	205%
Carajás	12	11	92%	241.408,00	1.157.620,06	480%
Guajará	05	05	100%	150.732,00	2.730.185,87	1811%
Guamá	18	17	94%	370.704,00	1.066.884,43	288%
L.Tucuruí	07	05	71%	175.620,00	296.118,83	169%
Marajó	16	15	94%	322.428,00	711.393,02	221%
Caeté	15	15	100%	316.320,00	947.177,10	299%
Capim	16	16	100%	361.296,00	1.926.485,76	533%
Tapajós	06	06	100%	107.532,00	164.379,06	153%
Tocantins	11	11	100%	291.720,00	461.000,00	158%
Xingu	10	10	100%	202.758,00	344.292,90	170%
Total	144	139	95%	3.128.172,00	*11.330.335,88	362%

Fonte: SIGPLAN em 13/12/2020

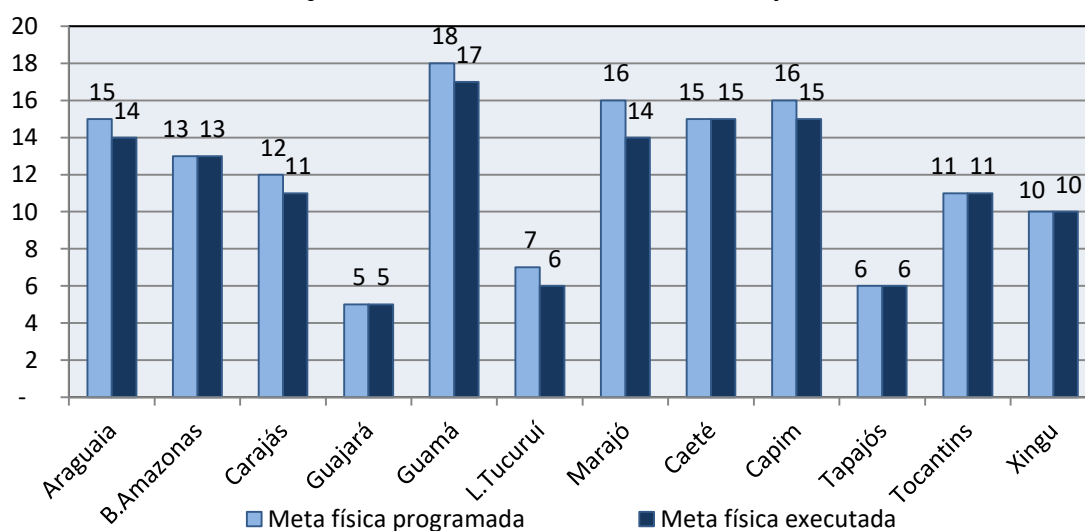
Nota*: Recurso consolidados do Cofinanciamento Estadual, Cofinanciamento Federal e contrapartida do Estado mais Emendas Parlamentares.

Gráfico 07: Execução Orçamentária consolidada da ação de Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais e ação COVIDPARÁ.



Fonte: SIGPLAN em 13/12/2020

Gráfico 08: Execução da Meta Física consolidada da ação de Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais, pela U.O. FEAS.



Fonte: SIGPLAN em 13/12/2020

- **Avanço do Cofinanciamento Estadual em 2020**

Foi realizado o contato com os 144 municípios, através de e-mail, telefone e outros métodos à distância para a solicitação da documentação para a habilitação ao cofinanciamento estadual 2020, sendo que dos 144 municípios, 139 se habilitaram para receber os recursos do cofinanciamento estadual de 2020. Os municípios deveriam cumprir a seguinte etapa: preencher o Plano de Ação 2020 do Governo Estadual e submeterem a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social. Os municípios deveriam encaminhar os documentos devidamente preenchidos pela gestão e aprovado pelo CMAS ao email da Vigilância Socioassistencial. Salienta-se que 06 municípios não se habilitaram: Santo Antônio do Tauá, Breu Branco, Jacundá, São Domingos do Araguaia, Bagre e Santarém Novo, sendo que este último recebeu a 1ª Parcela, mas não a 2ª parcela, devido ainda não estar completa as documentações enviadas à SEASTER.

- **Avanço da Regionalização do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos**

A contrapartida estadual que é destinada aos municípios com até 20 mil habitantes para implantação de Unidades de CREAS Municipal, e ocorre por meio da Regionalização da Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme pactuada pela Resolução CNAS nº 31, de 31 de outubro de 2013. Conforme a resolução, os Estados poderiam pactuar a Regionalização no formato do Modelo I: oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) mediante a implantação e/ou reordenamento de unidade de CREAS regional; ou no formato Modelo II: oferta do PAEFI mediante a implantação de CREAS de abrangência municipal, com cofinanciamento compartilhado entre União e o Estado.

Com o objetivo de ampliar a cobertura dos serviços, a Resolução Nº 3, de 24 de dezembro de 2019 do CNAS veio prorrogar para até 31 de dezembro de 2020 o prazo para a demonstração da implantação da oferta regionalizada dos serviços de Proteção

Social Especial. Sendo assim, os 11 municípios que não haviam aderido e/ou não implantaram os serviços até 2019 continuavam aptos a participar da regionalização, devendo formalizar o aceite e mediante a transferência dos recursos, realizar a implantação do serviço dentro do prazo estabelecido na Resolução. Portanto, levando em consideração a Resolução Nº 3 de 2019, os municípios descritos na **Tabela 16**, se manifestaram favorável e enviaram a documentação necessária ao aceite do CREAS pela Regionalização. Assim, para dar início a implantação do serviço e cumprimento do prazo previsto na referida resolução, foi repassado a esses municípios no mês de agosto/2020 em Cota Única um Plus referentes a 03 meses de cofinanciamento. Sendo o repasse referente à **Contrapartida** (cofinanciamento federal) no valor de R\$ 15.000,00 e do **Cofinanciamento Estadual** no valor de R\$ 7.500,00, totalizando R\$ 22.500,00. Os municípios pactuados em 2016 e que não aderiram, até a presente data, são: Belterra, Bonito, Peixe Boi, Santa Cruz do Arari e Senador José Porfírio, apesar de toda a mobilização e sensibilização.

Quanto à justificativa, informaram que a demanda das situações de violação de direito não justifica a implantação do serviço, e que está sendo atendida pela equipe de referência da Proteção Social Especial, bem como, dificuldades financeiras para a contrapartida dos municípios e/ou a conjuntura atual dos impactos da pandemia COVID-19.

Tabela 16: **Cofinanciamento/Data de Implantação de CREAS Municipal no ano de 2020**

Município	REPASSE EM COTA ÚNICA - 03 PARCELAS		
	Cofinanciamento Federal	Cofinanciamento Estadual	Data de Implantação
Nova Ipixuna	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00	25/09/2020
São João da Ponta	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00	08/10/2020
Santarém Novo	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00	03/11/2020
Primavera	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00	26/11/2020
Terra Santa	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00	Capacitação/Dez. 2020
Sta. Bárbara do Pará	R\$ 15.000,00	R\$ 7.500,00	Não Capacitado
Total	R\$ 90.000,00	R\$ 45.000,00	
Total Geral	R\$ 135.000,00		

Fonte: SEASTER/CPSEMC, 2020

d) **CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS**

PRODUTO: Pessoa Beneficiada

- **Meta Programada e Executada**

Com base na Lei Complementar nº 05/1990, o Estado do Pará concede auxílio Estadual ao cidadão hanseniano, reconhecidamente pobre e incapaz para o trabalho. Este auxílio é um direito garantido no Art. 318 da Constituição Estadual e consiste no pagamento correspondente a 90% do menor salário atribuído ao servidor público do Estado.

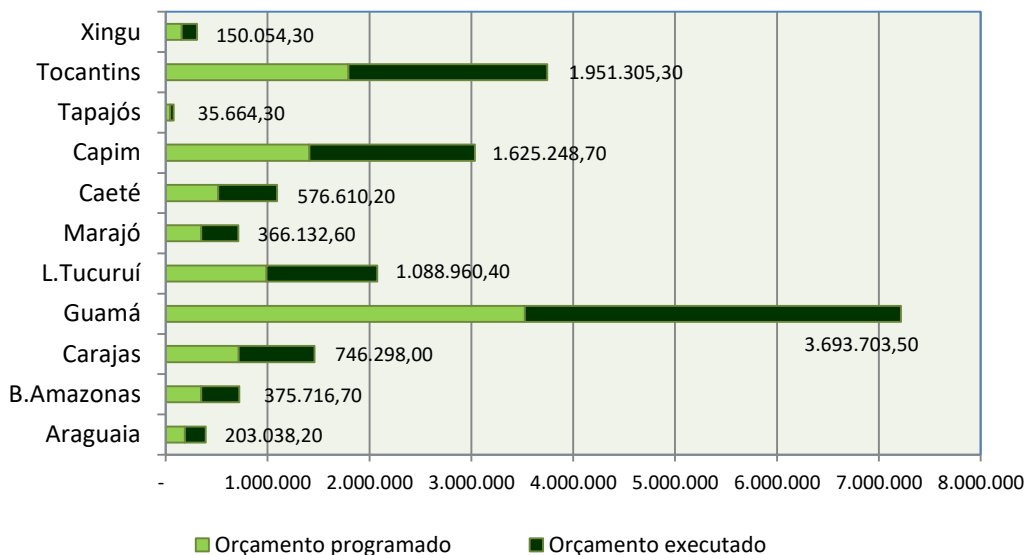
Para assegurar o benefício aos hansenianos, foram programados pela UO FEAS 2.244 benefícios a um orçamento da ordem de R\$ 22.109.068,00. Contudo, foram efetivamente pagos R\$ 23.896.725,10 para atender 1.984 benefícios do BEPAH no exercício 2020. A **Tabela 17** e o **Gráfico 10** mostram que, dada poucas exceções, o avanço geral das metas físicas e orçamentárias foi equivalente ao programado no OGE 2020.

Tabela 17: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Concessão de Benefícios Socioassistenciais na UO FEAS

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Araguaia	18	18	100,00%	189.360,00	203.038,20	107,22%
B.Amazonas	33	32	96,97%	347.160,00	375.716,70	108,23%
Carajás	68	63	92,65%	715.360,00	746.298,00	104,32%
Guajará	1.148	1.065	92,77%	12.076.960,00	13.083.992,90	108,34%
Guamá	335	331	98,81%	3.524.200,00	3.693.703,50	104,81%
L.Tucuruí	94	92	97,87%	988.880,00	1.088.960,40	110,12%
Marajó	35	31	88,57%	347.160,00	366.132,60	105,47%
Caeté	109	48	44,04%	515.480,00	576.610,20	111,86%
Capim	214	137	64,02%	1.409.680,00	1.625.248,70	115,29%
Tapajós	04	03	75,00%	42.080,00	35.664,30	84,75%
Tocantins	171	151	88,30%	1.794.948,00	1.951.305,30	108,71%
Xingu	15	13	86,67%	157.800,00	150.054,30	95,09%
Total	2.244	1.982	88%	22.109.068,00	23.896.725,10	108%

Fonte: SIGPLAN.

Gráfico 10: Execução Orçamentária da ação de Concessão dos Benefícios Socioassistenciais na U.O. FEAS.



Fonte: SIGPLAN em 13/12/2020

- **Avaliação da Execução Orçamentária e Física.**

A região do Guajará não consta do Gráfico 09, mas foi a região que mais demandou benefícios do BEPAH, seguida do Guamá, Tocantins e Capim, conforme mostra a tabela 14.

Salienta-se, que a partir de agosto de 2020, os benefícios foram reajustados, impactando em 4,27% de aumento a folha do BEPAH. O reajuste passou para R\$ 940,50, mantendo a referencia de 90% do menor salário do servidor estadual que, por sua vez, teve seu salário também reajustado com o salário mínimo federal.

Foram concedidos à região do Guajará e Capim outros benefícios correspondentes à Lei Estadual do **Benefício Eventual** nº 7.789/2014, que beneficia vítimas em vulnerabilidade temporária, por sinistros, calamidade pública e de situação de emergência nos termos da Lei Federal nº 8.742/1993-LOAS. A execução e a concessão do benefício são de responsabilidade da SEASTER, bem como o

monitoramento e a avaliação dos processos e/ou relatórios sociais das famílias encaminhadas pela Gestão Municipal, cujos municípios tenham a situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo.

Conforme a Lei supracitada, o benefício eventual de que trata esta Lei pode ser prestado na forma de pecúnia ao indivíduo ou à família, fica constituído no valor correspondente um salário mínimo, ou em bens materiais e de consumo, por um período não superior a três meses, diretamente ao indivíduo ou à família em situação de emergência. Em 2020, foi pago em benefícios eventuais um total de R\$ 339.655,00 a 128 famílias de Belém e R\$ 1.045,00 pagos a 01 família do município de Benevides. Na região do Capim foram pagos R\$ 83.600,00 em Benefícios Eventuais para 81 famílias no município de Paragominas.

- **Qualitativo da Ação.**

Em 2020, foram realizados na sede da SEASTER 1.059 atendimentos sociais e atualização cadastral aos beneficiários do BEPAH, oriundos de 15 municípios das regiões do Guajará, Tocantins, Marajó, Guamá, Capim e Caeté. O acompanhamento socioassistencial aos beneficiários, por meio das atualizações, identifica outras situações que são repassadas à gestão municipal das políticas de Assistência Social e Saúde. Essa atuação do estado visa à inclusão dessas pessoas na Rede de Proteção social, como também identifica a ausência do poder público municipal no avanço da doença e nas situações de incapacidade que essas pessoas acometidas da hanseníase se encontram.

As visitas domiciliares para atualização cadastral, às vezes feita em conjunto com as equipes de saúde dos municípios, foram suspensas entre os meses de abril e agosto, devido à Pandemia COVID-19. Assim, foram realizadas em média apenas 300 visitas domiciliares. Durante essas visitas e atendimentos sociais são identificadas situações para atualização dos laudos médicos, dadas orientações e feitos encaminhamentos dos beneficiários aos postos de saúde, caso necessário. Cabe salientar que o objetivo é diminuir os beneficiários do BEPAH a partir da resposta positiva de sua saúde: tratamento menos incapacidade.

Alguns registros fotográficos Concessão dos Benefícios Socioassistenciais



Foto 33: Visita domiciliar a um beneficiário do BEPAH no município de Maracanã.



Foto 34: SEASTER e Defesa Civil em ação de monitoramento dos sinistros em Belém.



Foto 35: Atualização cadastral do BEPAH no Abrigo João Paulo II, no município de Marituba.



Foto 36: Visita da SESTER aos sinistros ocorridos no Bairro de Fátima – Município de Belém.



Foto 37: Visita domiciliar a uma beneficiária do BEPAH no município de Marituba.



Foto 38: Atendimento social dos beneficiários do BEPAH na sede da SEASTER.

e) **IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE**

PRODUTO: Pessoa Atendida

• **Meta Programada e Executada**

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade garantem à proteção integral as famílias ou indivíduos que se encontra em situação de vulnerabilidade e violação de direitos. Esta proteção integral envolve, entre outros serviços, a disponibilidade de moradia, alimentação, higienização e trabalho garantido e protegido. Logo, visando garantir a prestação desses serviços, sobretudo, à manutenção dos abrigos permanentes e provisórios custeados pelo Governo do Estado, A SEASTER programou em sua LOA 2020 recursos da ordem de R\$ 5.430.223,00, executados pela UO FEAS, para atender 540 pessoas nas regiões do Baixo Amazonas, Carajás, Guajará e Xingu. Foram atendidas, contudo, 47% da meta física programada, ou atendidas 233 pessoas a uma execução orçamentária de 134% da meta orçada ou R\$ 7.300.443,47, conforme mostra a **Tabela 18**.

Tabela 18: Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da Implementação de Ações de Alta Complexidade na U.O FEAS

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	-	-	-			
B. Amazonas	60	*04 (20)	7% (33%)	538.327,00	6.482,97	1,2%
Carajás	60	*04 (42)	8% (70%)	537.660,00	-	-
Guajará	360	*225 (1.152)	67% (320%)	3.816.576,00	7.224.543,28	190%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L. Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	-	-	-	8.952,12	-
Caeté	-	-	-	-	-	-
Capim	-	-	-	-	1.424,28	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Xingu	60	*05 (29)	8% (48%)	537.660,00	59.040,82	11%
Total	540	233 (1.243)	47% (62%)	5.430.223,00	7.300.443,47	134%

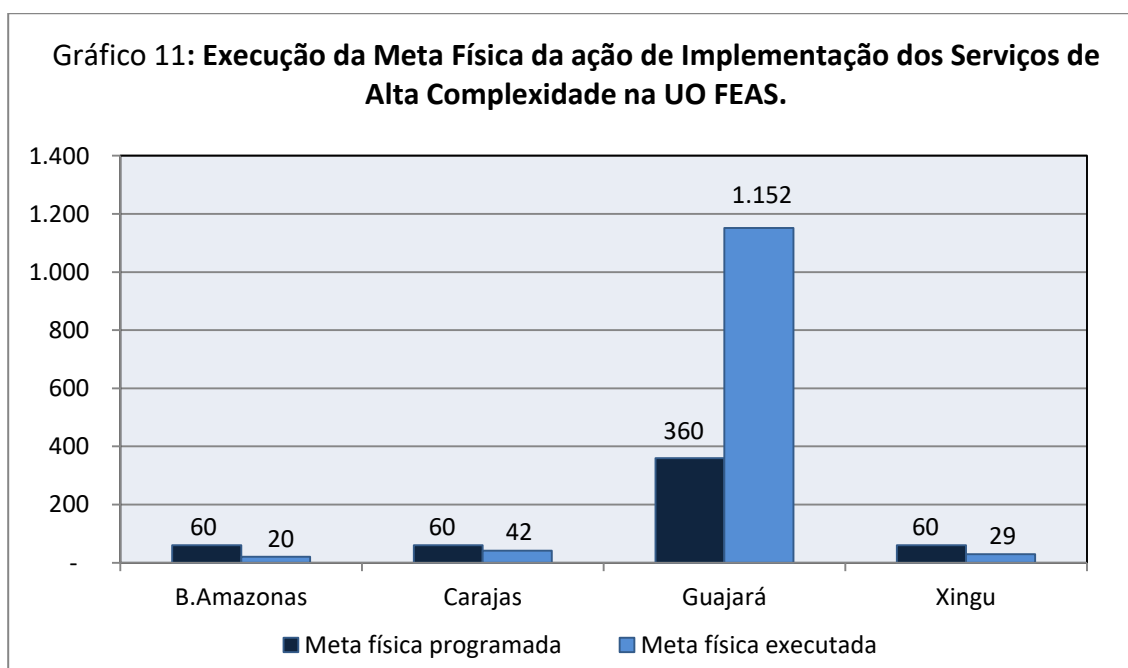
Fonte: SIGPLAN.

*Nota: Consolidação da meta pela "MÉDIA" e, entre parênteses, consolidação da meta pela "SOMA".

- **Avaliação da Execução Orçamentária e Física.**

Salienta-se que a consolidação da meta física pelo SIGPLAN, que se dá pela “**MÉDIA**” dos acolhimentos realizados ao longo do ano, não reflete a realidade da execução física da ação, dado que foram acolhidos nos 11 meses do exercício vigente cerca de 1.200 pessoas, ou 200% da meta programada. Acolhimentos esses que provocaram, também, o extrapolamento da meta orçamentária em 124% do delineado.

O **Gráfico 11** demonstra, que se a consolidação da meta física se desse pela “**SOMA**” dos novos acolhidos no mês, a realidade seria mais bem demonstrada pelo Sistema. Isto é, tal consolidação mostraria que a meta física da ação de *Implementação de Alta Complexidade* não só foi alcançada como também extrapolada, dado o montante de moradores de rua acolhidos nos abrigos provisórios do Estádio Estadual Augusto Proença (Mangueirão) e na Arena Guilherme Paraense (Mangueirinho), ambos espaços públicos do Governo Estadual adaptados para acolhimento que visaram preservar a saúde dessas pessoas e contribuir para mitigar os impactos da Pandemia COVID-19 na Capital.



Fonte: SIGPLAN. Meta Executada pela SOMA.

Quanto à execução da meta orçamentária, observa-se ainda na Tabela 14 acima que a região responsável pelo extrapolamento da meta foi a do **Guajará**, devido aos abrigos provisórios de Belém, citados acima. Esses abrigos demandaram a maior parte dos recursos destinados à ação para dar conta dos serviços necessários aos abrigos, como: apoio administrativo, técnico e operacional, fornecimento de alimentação, segurança, limpeza, colaboradores eventuais, material de consumo e aquisição de eletrodomésticos, tipo ventiladores, cadeira de rodas e freezer.

A execução financeira observada na região do Marajó corresponde ao pagamento de contratos de mão-de-obra para limpeza e higienização do abrigo de mulheres de Belém e que foram lançados equivocadamente na região do Marajó.

Os recursos lançados na região do Capim correspondem às diárias liberadas ao presidente do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) para realizar oficinas de formação aos conselheiros eleitos e assessoramento junto aos conselhos municipais de Assistência Social que solicitaram prorrogação de seus mandatos, frente a impossibilidade de fazer eleições em tempos de pandemia.

A baixa execução orçamentária realizada nas outras regiões onde estão instalados abrigos de mulheres custeados pelo Estado se deve, justamente, pela prioridade dada aos mais de mil acolhidos de rua nos abrigos de Belém que demandaram a maior parte dos recursos programados para esta ação, dada a alta manutenção entre os meses de março e junho, pico maior da Pandemia COVID-19.

A Unidade de Acolhimento a Migrante em Trânsito “Domingos Salim Zahluth”

Foi municipalizada em julho/2020, transferindo este acolhimento a gerência da Prefeitura, representada pela FUNPAPA. Ao longo do mês de julho, as migrantes foram sendo desligados, sendo que 69 foram para o abrigo municipal no Tapanã, 18 foram para casas custeadas com recursos próprios, dado que não aceitaram ir para o abrigo da Prefeitura, e 13 solicitaram espontaneamente seu desligamento do abrigo. Entre Janeiro e Julho, a SEASTER custeou o abrigo **Domingos Salim Zahluth** nas suas unidades do **Chaco** e **Cametá**, ambos com um total de cerca de **110 indígenas waraos ou 20 famílias** mantidas a um custo da ordem de cerca de **R\$ 2.556.295,12**.

**Alguns registros fotográficos
Implementação dos Serviços de Alta Complexidade**



Foto 39: Distribuição de alimentos aos acolhidos do Mangueirinho.



Foto 40: Atividade com os acolhidos do abrigo provisório Curuçambá em Ananindeua.



Foto 41: Atividades com os filhos das acolhidas no Abrigo de Mulheres de Belém.



Foto 42: Atividade com os acolhidos do abrigo do Mangueirão: Feirinha de Artesanato.



Foto 43: Live de apoio técnico sobre os protocolos de prevenção da COVID-19, junto aos abrigos das mulheres no Estado.



Foto 44: Roda de conversas com os abrigados do Mangueirão em Belém.

f) **IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

PRODUTO: Pessoa Atendida

- **Meta Programada e Executada**

Na busca por promover a inclusão sociocultural, digital e produtiva para assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e individuais de pessoas com deficiência (PcD) e de seus familiares em suas comunidades, habilitando-as para o exercício da vida social, a SEASTER programou na LOA 2020 recursos da ordem de R\$ 155.000,00 para atender a uma meta anual de 528 atendimentos de PcD no Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC). Sendo que foram atendidos 785 PcD, extrapolando em 149% a meta prevista e a um custo de R\$ 14.817,27 como mostra a **Tabela 19**.

Tabela 19: **Avanço das Metas Físicas e Orçamentárias da ação de Implementação de Serviços Integrados à Pessoa com Deficiência na U.O FEAS**

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Guajará	528	785	149%	155.000,00	14.817,27	9,56%
Total	528	785	149%	155.000,00	14.817,27	10%

Fonte: SIGPLAN.

- **Avaliação da Execução Orçamentária e Física.**

No ano de 2020, apesar do isolamento social imposto pelos decretos governamentais em decorrência da Pandemia COVID-19, houve uma busca espontânea maior por parte das PcD e suas famílias pelos serviços ofertados do CIIC, totalizando 1.251 atendimento, sendo 785 cadastros novos.

Salienta-se que apesar do CIIC prestar seus serviços para a região do Guajará, PcD e suas famílias oriundas de outras regiões procuraram o Centro em busca de atendimento, num total de 07 regiões e 32 municípios, totalizando os 1.251 atendimentos citadas acima.

Quanto ao baixo desempenho da meta orçamentária, o mesmo se deve ao isolamento social decorrente da Pandemia que dificultou a realização de eventos no Centro. Apenas 03 eventos foram possíveis de ser realizados, entre os quais destacamos: a Oficina de Libras de RH para empresas parceiras do SINE/CIIC; Atividades de alusão ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência e o lançamento do livro “*Histórias de Milena*”, da autora Milena Lima Costa, uma jovem autista usuária Centro.

Os Quadros 15 e 16 mostram o número de cadastros novos, por região, que procuraram os serviços do CIIC e os tipos de deficiência dos acolhidos.

Quadro 15: Cadastros novos das PcD que procuraram o CIIC em 2020

Regiões	Municípios		Cadastros novos / 2020
Guajará	Ananindeua	171	763
	Belém	491	
	Benevides	11	
	Marituba	29	
	Santa Bárbara	06	
Guamá	Castanhal	01	06
	Igarapé-Açú	01	
	Maracanã	01	
	Santo Antônio do Tauá	01	
	Santa Izabel do Pará	02	
Marajó	Colares	01	02
	Breves	01	
Rio Capim	Bujaru	01	04
	Paragominas	02	
	Concórdia do Pará	01	
Rio Caeté	Capitão Poço	01	02
	Cachoeira do Piriá	01	
Tocantins	Abaetetuba	03	07
	Acará	01	
	Igarapé-Miri	02	
	Moju	01	
B. Amazonas	Santarém	01	01
Total de 07 regiões e 22 municípios			785 cadastros novos

CIIC /SIGPLAN 2020.

Quadro 16: Tipos de Deficiência identificados dentre o total de acolhimentos

Tipo de deficiência	Homens	Mulheres	Total
Física	180	81	261
Auditiva	81	58	139
Visual	37	23	60
Intelectual	45	35	80
Autismo	35	08	43
Síndrome de Down	01	01	02
Múltipla	*	02	02
Total	379	208	587

CIIC/SIGPLAN 2020.

- **Qualitativo da Ação**

- ✓ *CIIC/SINE*

Extensão do Centro de Cidadania e Trabalho instalado no CIIC realiza a intermediação de mão-de-obra da PcD para o mercado de trabalho formal, atuando com base na legislação nº 8.213/91, denominada Lei de Cotas. Em 2020, foram efetivados 3.724 atendimentos, sendo 2.557 atendimentos diversos (orientações e usuários fora do perfil das vagas), 15 atualizações cadastrais, 121 cadastros novos e 1.046 candidatos encaminhados para 313 processos seletivos de vagas ofertadas pelas empresas parceiras do CIIC, sendo 205 PcD colocadas no mercado de trabalho. Dentro desses números, houve 16 inclusões do seguro-desemprego, contabilizados nos meses em que o servidor adquiriu a senha de acesso ao SD, no Portal MTE Mais Emprego.

- ✓ *Programa “SUA CASA”*

O Programa “SUA CASA” foi instituído pela Lei Ordinária nº 8.967 de 30/12/2019 e tem por objetivo liberar recursos às famílias com renda de até 03 salários mínimos para construir, reformar, ampliar, melhorar ou adaptar suas casas às necessidades das PcD. Esta lei prevê, ainda, recurso para pagamento da mão-de-obra. O programa se

destina às famílias residentes na Região do Guajará, compreendida pelos municípios de Belém e seus Distritos, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Distrito de Benfica. A meta geral do programa é alcançar 301 famílias com PcD, com ampliação para mais 100 famílias em relação ao alcançado do ano anterior.

Em 2020, foram atendidas 927 famílias com diversas questões e orientações sobre o programa, sendo que 83 conseguiram ficar aptas a conseguir os recursos do programa na 1ª etapa de seleção e outras 20 famílias na 2ª etapa. Todos os processos já foram encaminhados à COHAB para aprovação, conforme mostra o **Quadro 17 e 18**.

Quadro 17: Consolidação dos Processos de 1ª ETAPA enviados à COHAB em 2020.

Município	Quantidade	Total
Ananindeua	01	14
Belém	01	64
Benevides	02	02
Marituba	02	03
Total		83

CIIC/SIGPLAN 2020 em 15/12/2020.

Quadro 18: Consolidação dos Processos de 2ª ETAPA enviados à COHAB em 2020.

Município	Quantidade	Total
Ananindeua	02	03
Belém	01	17
Total		20

CIIC/SIGPLAN 2020 em 15/12/2020.

✓ Central de Atendimento de Libras

A Central de Interpretação de LIBRAS do Pará (CILPA) é uma ação da SEASTER em parceria com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (SNPD), para realização de serviço especializado de interpretação/tradução de LIBRAS em atendimentos nas áreas de saúde, justiça e cidadania voltadas às pessoas surdas. Desde 2014 já são 564 pessoas cadastradas, sendo que em 2020 se cadastraram mais 58 pessoas. Os atendimentos da CILPA são presenciais na sede do CIIC, sendo que

neste ano foi implementado o serviço de atendimento virtual que possibilitou o atendimento à distância das pessoas surdas, por meio de Whatsapp, Skype e Messenger. Os atendimentos se referiram a preenchimento e atualização de cadastros, escuta social, apoio psicossocial, informação e orientações sobre direitos da PcD, encaminhamentos qualitativos para rede de serviços, contato com a rede de serviços e famílias e apoio na comunicação/interpretação de libras de atendimentos do CIIC.

✓ *Infocentro*

O Infocentro possibilita acesso à tecnologia da informação e faz parte do processo de inclusão digital da PcD. Oferece acesso gratuito à internet, capacitação básica em informática e diversas oficinas. Em 2020 foram realizados apenas 27 atendimentos devido à Pandemia COVID-19 e entraves técnicos relacionados com a logística de informática do Infocentro. Entre os atendimentos realizados, destacamos os cadastros para curso de informática básica; atividades em parceria com a UNAMA com os temas “Oficina de Geração de Renda”, projeto “Brincar para Todos”, projeto “Portas Abertas” e atividades sobre o “Dia Internacional da Mulher”; atendimentos no CIIC com acesso à internet, impressões de currículo, inscrições em concursos, escaneamento de documentos e divulgação do projeto “Guarda Roupas Solidário”.

✓ *Sespa/Saúde Bucal*

A atividade da SESPA no CIIC se concentra no atendimento individualizado na atenção odontológica, médica, fonoaudióloga, nutricional e orientações sociais. No atendimento odontológico foram realizados procedimentos ambulatoriais básicos por meio de procedimentos preventivos, curativos e restauradores que restabeleçam a saúde bucal. No atendimento médico foram realizados procedimentos clínicos além de avaliação e acompanhamento nutricional, fonoaudiólogo, social e psicológico a Pessoa com Deficiência. Em 2020, foram realizados 2.321 atendimentos, sendo 625 para tratamento Odontológico, 673 para Clínica Geral, 589 pra Fonoaudiologia, 434 para

tratamento Nutricional. Estes serviços apresentam alguns entraves na manutenção e aquisição de aparelhos odontológicos, EPIs, balança nutricional e logística de atendimento. Desde que foi estabelecido este atendimento no CIIC já são 5.753 usuários cadastrados pela SESPA, oriundos de quase todo o Estado.

Alguns registros fotográficos Implementação de Serviços Integrados à Pessoa com Deficiência.



Foto 45: Entrega dos exemplares do livro “Memórias de Milena” parceria CIIC/IOEPA.



Foto 46: Atendimento da usuária Milena Costa no INFOCENTRO do CIIC.



Foto 47: Oficinas de Libras para o RH das empresas parceiras do CIIC.



Foto 48: Atendimento externo do CIIC aos usuários com deficiência auditiva.

g) **APOIO À PESSOA IDOSA E SUAS FAMÍLIAS**

PRODUTO: **Idoso Beneficiado**

- **Meta Programada e Executada**

Visando garantir um serviço especializado de longa permanência para idosos com grau de dependência elevado e para aqueles que necessitam de cuidados especiais, geralmente encaminhados à SEASTER pelo Ministério Público, foi programado o montante orçamentário de R\$ R\$ 6.197.000,00, a ser executado pelo Fundo Estadual da Pessoa Idosa (FUNPEI), para custear 1.739 idosos em 02 Unidades de Apoio à Pessoa Idosa (UAPI): *Uapi Nosso Lar Socorro Gabriel* e a *Uapi Lar da Providência* na região do Guajará. Foram atendidos, no entanto, a média de 82 idosos a um custo de R\$ 6.085.388,17, conforme mostra a **Tabela 20**.

Tabela 20: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Apoio à Pessoa Idosa e suas Famílias executada pelo FUNPEI

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Carajás	14	-	-	200.000,00	-	-
Guajará	*1.736 (120)	82	5%	6.197.000,00	6.085.388,17	98%
Total	1.750	82	5%	6.397.000,00	6.085.388,17	95%

Fonte: SIGPLAN em 15/12/2020

*Nota: Meta física ajustada pela ALEPA e, entre parênteses, a meta física programada pela SESTER.

- **Avaliação da Execução Orçamentária e Física.**

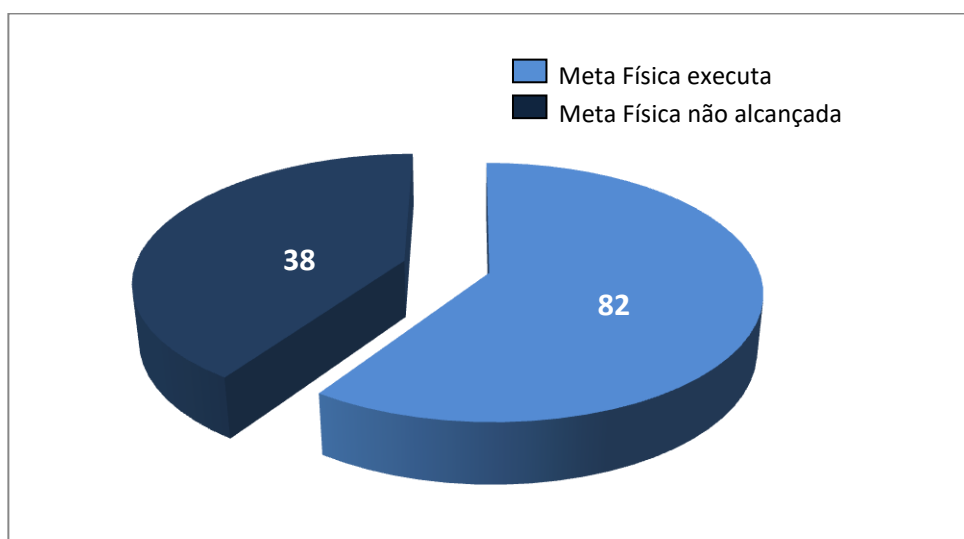
Importante salientar, que a meta física programada pela SEASTER na LOA 2020 foi de 120 idosos, ou seja, a programação considerou a lotação máxima das 02 UAPIs que é de 100 idosos, mais 20 idosos que constam da lista de espera da SEASTER. Contudo, ao ser aprovada na ALEPA, a LOA 2020 sofreu ajuste na meta física da ação, saltando de 120 para 1.736 idosos a serem atendidos. Uma meta extremamente maior do que a possibilidade de atendimento dos abrigos e do orçamento disponível. Da mesma forma, as metas físicas e orçamentárias programadas para a região do Carajás

não foram programadas pela SEASTER na LOA 2020, dado que nesta região não existe UAPI custeada pelo Estado. Novamente, essas metas foram inseridas na LOA por ocasião de sua aprovação na ALEPA.

Atualmente estão acolhidos 81 idosos, sendo 45 idosos abrigados no *UAPI Lar da Providência* e 36 no *UAPI Nosso Lar Socorro Gabriel*. Ao longo de 2020 foram desligados por morte 11 idosos e desligados por outros motivos 07 idosos. Foram, ainda, admitidos nos abrigos 11 idosos e transferidos 01 idoso.

O **Gráfico 12** mostra o avanço da ação, considerando a meta física definida pela SEASTER, antes do ajuste da ALEPA.

Gráfico 12: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Apoio à Pessoa Idosa e suas Famílias executada pelo FUNEPI com a programação efetuada pela SEASTER



Fonte: SIGPLAN em 15/12/2020

• Qualitativo da Ação

Devido a Pandemia COVID-19, as atividades externas com os idosos foram suspensas. Contudo, permaneceram algumas atividades internas de forma restrita, como: comemorações de aniversários, atendimentos individuais, plantio de mudas, oficinas de pintura, roda de conversas, sessão de cinema nacional e visita dos familiares desde que respeitados os protocolos de segurança contra COVID-19.

**Alguns registros fotográficos
Apoio à Pessoa Idosa e suas Famílias.**



Foto 49: Oficina de pintura com os idosos do UAPI Lar da Providência.



Foto 50: Sessão do cinema brasileiro no UAPI Nosso Lar Socorro Gabriel.



Foto 51: Oficina de pintura com os idosos do UAPI Nosso Lar Socorro Gabriel.



Foto 52: Atendimento individualizado junto aos idosos do UAPI Nosso Lar Socorro Gabriel.



Foto 53: Formação dos cuidadores das UAPIs sobre saúde bucal.



Foto 54: Atividade recreativa: Domingo do Bingo na UAPI Nosso Lar Socorro Gabriel.

III. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DAS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

a) APOIO À PROD. FAMILIAR, AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E CONSUMO INCLUSIVO.

PRODUTO: Família Atendida

• Meta Programada e Executada

Buscando contribuir para assegurar a inclusão socioprodutiva rural das famílias mais pobres do Estado do Pará, a SEASTER programou na UO SEASTER o montante de R\$ 50.000,00 para custear o atendimento de 241 famílias contempladas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA 2019). Sendo, que foram custeadas em média 375 famílias contempladas ao longo de 2020, com uma execução orçamentária de R\$ 27.15735, conforme mostra a **Tabela 21**.

O PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, no âmbito do Programa Fome Zero, foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011 e regulamentada por diversos decretos, sendo que o vigente é o Decreto nº 7.775, de 04/07/2012.

Tabela 21: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo pela UO SEASTER.

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	10	17	170%	2.440,00	-	0%
B. Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajás	23	26	113%	4.880,00	-	0%
Guajará	12	30	192%	2.420,00	7.241,58	299%
Guamá	64	86	127%	13.420,00	2.980,48	22%
L. Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	36	38	97%	7.320,00	5.541,05	76%
Caeté	36	71	189%	7.320,00	2.373,80	32%
Capim	36	80	197%	7.320,00	4.391,53	60%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	24	27	121%	4.880,00	4.628,91	95%
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	241	375	156%	50.000,00	27.157,35	54%

Fonte: SIGPLAN 2020.

- **Avaliação da Execução Orçamentária e Física.**

A finalidade do PAA é promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar por meio da compra de alimentos, produzidos pela agricultura familiar e com dispensa de licitação, para destinar às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Bem como, àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. A execução do programa é feita por meio da “*Compra com Doação Simultânea*”.

Importante salientar que, em 2020, foi executado o **PAA 2019**, cujos atendimentos às famílias foram programados na LOA 2020. Mas também está em execução o **PAA Emergencial**, que vem produzindo outras metas de atendimentos não programados para o exercício vigente. Essas metas estão se somando às metas previstas do PPA 2019 extrapolando, assim, a quantidade de atendimentos técnicos previstos, justamente porque o PAA Emergencial também exige atendimentos às famílias contempladas.

O PAA Emergencial é um PAA extraordinário, fruto da Medida Provisória nº 957/2020 que abriu crédito em favor do Ministério da Cidadania (MC) para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Pandemia COVID-19. Logo, como os municípios do Pará detêm os maiores índices no Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricionais – Mapa do Instituto Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (INSAN/2018), o MC disponibilizou recursos da ordem de R\$ 7.995.000,00 para minimizar os impactos da pandemia no Estado em 106 municípios aptos a receber o recurso. Sua execução teve início em setembro/2020 com prazo de encerramento em dezembro de 2021, sendo que as famílias comercializaram R\$ 1.078.161, 07 em alimentos no Estado.

Já o PAA 2019 iniciou em fevereiro e finalizou em outubro/2020. O montante programado foi de R\$ 2.318.500,00 para ser comercializado pelas famílias contempladas, sendo que foram comercializados, de fato, R\$ 2.015.689,09. Em ambos

os PPAs 350 famílias, em média, comercializaram os produtos, bem como, receberam atendimentos da SEASTER, sobretudo, acerca do preenchimento de formulários de recebimento e entrega de produtos, tabela de preços nacional da Execução Emergencial, prazos relativos à emissão de Notas Fiscais preenchimento das mesmas, entre outros.

Quanto à execução orçamentária da ação, devido aos decretos governamentais nº 609 e nº 670 de combate à Pandemia COVID-19, a SEASTER necessitou intensificar o atendimento remoto às famílias. Por isso, regiões como Araguaia e Carajás não apresentaram execução orçamentária. O atendimento às famílias de outras regiões foi realizado de modo remoto, mas também *in loco*, cujas despesas foram com diárias, suprimento de fundos e com colaboradores eventuais.

- **Qualitativo da Ação**

Importante frisar, que famílias das regiões do **Lago Tucuruí, Tapajós e Xingu** foram contempladas pelo PAA 2019, mas o SIGPLAN não contabilizou seus atendimentos, dado às regiões não terem sido programadas na LOA 2020, pois suas famílias são frutos de demandas espontâneas do exercício vigente. Assim como, os atendimentos às famílias das regiões do **Baixo Amazonas, Lago Tucuruí e Xingu** contempladas no PPA Emergencial não aparecem no sistema, justamente por não terem sido programados na LOA 2020. A **Tabela 22 e 23** mostram as execuções de ambos os PPAs nessas regiões.

O **PAA 2020** já foi pactuado junto à União com o montante de R\$ 4,7 milhões a serem liberados para o Estado. Em seu Plano Operacional esses recursos se destinam a famílias contempladas nos 144 municípios para comercialização de seus produtos do Estado do Pará. No momento, o PAA 2020 está em fase de cadastramento das Unidades Receptoras e dos seus produtores, devendo começar a ser executado no início do exercício em 2021. O **PAA Estadual** está em processo de aprovação. Sua minuta de Lei está no Gabinete do Secretário da SEASTER para os devidos encaminhamentos jurídicos e administrativos cabíveis.

Tabela 22: Média de famílias que comercializaram nas regiões do Lago Tucuruí, Tapajós e Xingu - PAA 2019.

Região	Atendimento às Famílias			Comercializado pelas famílias
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	
Lago Tucuruí	-	05	-	38.973,48
Tapajós	-	05	-	58.499,85
Xingu	-	12	-	101.042,02
Total	-	*22	-	198.515,35

Fonte: Relatório Mensal da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional - 04/12/2020

*Nota: Número médio de atendimentos às famílias.

Tabela 23: Média das famílias que comercializam nas regiões do Baixo Amazonas, Lago Tucuruí e Xingu - PAA Emergencial 2020.

Região	Atendimentos às Famílias			Comercializado pelas famílias
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	
Baixo Amazonas	-	07	-	6.905,81
Lago Tucuruí	-	02	-	2.188,09
Xingu	-	16	-	41.658,99
Total	-	*25	0%	50.752,89

Fonte: Relatório Mensal da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional - 04/12/2020

*Nota: Número médio de famílias que comercializaram produtos no Estado.

Alguns registros fotográficos

Apoio à Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo.



Foto 55: Equipe técnica da SEASTER e a minuta de encerramento do PAA 2019, no exercício 2020, com a execução de R\$ R\$ 2.015.689,09 produtos comercializados no Pará.

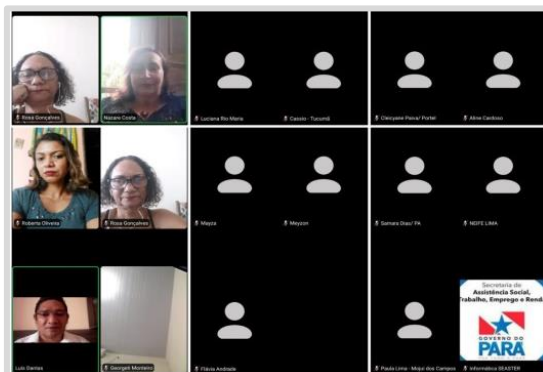


Foto 57: Reunião de atendimento virtual aos coordenadores municipais do PAA.



Foto 59: Atendimento às famílias do PAA 2019 no município de Limoeiro do Ajuru.



Foto 61: Formação da SEASTER no município de Terra Alta para os coordenadores do PAA.

b) EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

PRODUTO: Pessoa Atendida

• **Meta Programada e Executada**

Objetivando desenvolver ações de Educação Alimentar e Nutricional, no âmbito da efetiva realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, a SEASTER programou atender 3.380 pessoas no Estado do Pará com um orçamento da ordem de R\$ 215.459,00. Contudo, foram atendidas apenas 417 pessoas com uma execução orçamentária de R\$ 9.324,88 ou 12% da meta física e 4% da meta orçamentária, conforme mostra a **Tabela 24**.

Tabela 24: Avanço da meta física e orçamentária da ação de Educação em Segurança Alimentar e Nutricional.

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	300	16	5%	5.250,00	-	0%
Baixo Amazonas	140	-	0%	9.132,00	-	0%
Carajás	280		0%	22.830,00	-	0%
Guajará	1.030	185	14%	59.815,00	3.600,33	6%
Guamá	280	-	0%	21.000,00	712,14	3%
Lago Tucuruí	20	-	0%	2.283,00	-	0%
Marajó	300	29	10%	15.000,00	-	0%
Caeté	220	-	0%	5.000,00	-	0%
Capim	310	128	41%	29.679,00	3.323,32	11%
Tapajós	40	-	0%	4.566,00	-	0%
Tocantins	270	59	9%	18.264,00	1.689,09	9%
Xingu	190	-	0%	22.640,00	-	0%
Total	3.380	417	12%	215.459,00	9.324,88	4%

Fonte: SIGPLAN 2020

• **Avaliação da Execução Orçamentária e Física.**

Esta foi uma das ações do PPA 2020/2023 mais impactadas pelos desdobramentos da Pandemia COVID-19. O baixo desempenho da execução

orçamentária e física da ação se deve, sobretudo, aos protocolos de prevenção da doença imputados pelos decretos governamentais nº 609 e nº 670 à população paraense. Esses decretos foram publicados nos meses de março e abril de 2020 e, entre outras determinações, suspenderam as viagens intermunicipais e os eventos públicos e privados. Esses critérios de isolamento social, somados ao afastamento de parte dos técnicos responsáveis pela ação, enquadrados nos grupos de risco da doença, foram determinantes para estagnar o avanço da ação de Educação em SAN entre os meses de março e julho de 2020. Na tentativa de superar os entraves, a SEASTER buscou adaptar as atividades da ação à realidade virtual para contribuir na execução das metas físicas. Neste sentido, foram realizadas algumas lives junto a municípios do Araguaia e Guajará. Mas não o suficiente para melhorar o desempenho da ação.

Destaca-se que as diárias lançadas na região do Guamá, dizem respeito ao monitoramento do PPA 2019 executado no município de Oeiras do Pará. A grande maioria das atividades de Educação em SAN foi realizada na região do Guajará.

- **Qualitativos da Ação**

- ✓ TERPAZ: Foram realizadas atividades de orientações nutricionais às comunidades dos Territórios de Pacificação, por meio do projeto “*Viver Saudável*”.
- ✓ Restaurante Prato Popular: Foram dadas orientações aos operadores e usuários do Restaurante Prato Popular sobre a importância do distanciamento social, da lavagem adequada das mãos e da relevância da alimentação adequada nesses tempos de pandemia para fortalecer o sistema imunológico. Bem como, outras palestras sobre “*Orientações acerca da higienização dos alimentos*” e outras orientações sobre os protocolos de prevenção à COVID-19.
- ✓ A SEASTER finalizou a alimentação na *Plataforma Mais Brasil* do projeto para Edital de Justificativa MC/SEDS/SEISP Nº 01/2020 – Apoio aos Estados para o fortalecimento da Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi construído para ser executado em 03 (três) metas e 15 (quinze) etapas, no valor global de R\$

500.000,00. O objetivo é qualificar a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios e modernizar a gestão do SISAN nos Estados. O público alvo são os operadores da política estadual e dos municípios da Segurança Alimentar e Nutricional.

- ✓ Foi realizada na sede da SEASTER uma Cerimônia sobre o “Dia Mundial da Alimentação”.

Alguns registros fotográficos
Apoio à Pessoa Idosa e suas Famílias.



Foto 62: Atendimento nutricional à comunidade do TERPAZ.



Foto 63: Cerimônia do “Dia Mundial da Alimentação”, realizado na sede da SEASTER.



Foto 64: Treinamento para manipuladores de alimentos no município de Ponta de Pedras: Região do Marajó.



Foto 65: Reunião da SEASTER com a equipe do Ministério da Cidadania para tratar da Implantação e fortalecimento do SISAN.

c) **IMPLANTAÇÃO DE EQUIP. PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**
PRODUTO: **Equipamento Implantado**

• **Meta Programada e Executada**

Objetivando garantir espaços físicos estruturados e equipados para auxiliar na distribuição dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros, a SEASTER programou para 2020 custear 36 Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional a um custo de R\$ 491.649,00. Contudo, foi executado apenas 01 equipamento com orçamento liquidado da ordem de R\$ R\$ 209.290,46 conforme mostra a **Tabela 25**.

Tabela 25: Avanço da meta física e orçamentária da ação de Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	03	-	0,0%	25.048,00	142.245,80	568%
B. Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajás	04	-	0,0%	33.396,00	2.848,56	9%
Guajará	04	-	0,0%	224.480,00	3.000,16	1%
Guamá	-	-	-	-	-	-
L. Tucuruí	-	-	-	-	**237,38	-
Marajó	06	-	0,0%	50.094,00	-	0%
Caeté	06	-	0,0%	50.094,00	-	0%
Capim	08	01	13%	66.792,00	60.958,56	91%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	05	-	0,0%	41.745,00	-	0%
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	36	*01	3%	491.649,00	209.290,46	43%

Fonte: SIGPLAN 2020

*Nota: Trata-se da Cozinha de Ulianópolis que já foi finalizada, mas ainda não inaugurada.

**Nota: Trata-se de diária para técnico fazer levantamento patrimonial da Cozinha de Xinguara, despesa lançada equivocadamente na região do Lago Tucuruí.

• **Avaliação da Execução Orçamentária e Física.**

Foram programados para serem executados no ano de 2020, **02 Cozinhas Comunitárias** e **34 Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura**

Familiar. As Centrais são estruturas físicas que realizam o recebimento e/ou distribuição de alimentos oriundos da execução do PAA. É um instrumento imprescindível para impactar positivamente a vida das pessoas, oportunizando a execução de trabalho e renda. Neste ano, seriam beneficiando 247 agricultores familiares de 42 instituições Socioassistencias envolvidas. O entrave para execução das Centras, deveu-se a necessidade de ajustes técnicos no Termo de Referência da cotação de preços dos equipamentos e de um caminhão que será adquirido, ambas as cotações estavam defasadas nos preços e nas especificações técnicas. Além disso, fizeram-se ajustes no Convênio das Centras, exigidos pela CAIXA para sanar entraves e dar prosseguimento às licitações. Situação agravada, ainda, pelo isolamento social imposto pela pandemia que contribui para o atraso do processo licitatório. Contudo, em novembro os Pregões Eletrônicos foram finalizados e publicados em quatro certames, ficando pendente apenas um que ainda necessitou de ajustes. As implantações das Centrais estão previstas para a LOA 2021.

Quanto às **Cozinhas Comunitárias**, apenas a **Cozinha de Ulianópolis** que já estava com cerca de 90% de sua obra concluída, foi finalizada pela empresa Lemes e Lemes Construtores Ltda. Contudo, ainda não foi inaugurada devido à necessidade de limpeza e pequenos reparos internos. Sua inauguração está prevista para dezembro. A obra é fruto de Convênio entre SEASTER e Ministério da Cidadania e custou ao erário o montante de R\$ 354.648,96, sendo liquidado no ano de 2020 R\$ 34.490,69 para sua conclusão.

A **Cozinha de Xinguara** foi alvo de vandalismo pela empresa *Peres Henrique Clemente & CIA LTDA-EPP (Contrato 34/2018)*, contratada para a conclusão das obras. Ela causou danos ao imóvel e subtração de equipamentos do canteiro da obra, tudo por não aceitar o atraso na análise e liberação dos Boletins de Medição pela CAIXA. Este ilícito gerou processo administrativo e encaminhamentos jurídicos cabíveis. Tal situação atrasou mais ainda a conclusão da Cozinha que se encontrava com cerca de 80% concluída e 90% dos custos pagos. Após diversos entraves administrativos, agravados pelo isolamento social causado pela Pandemia, a nova empresa aguarda apenas o

parecer do engenheiro fiscal para iniciar a finalização das obras a partir de dezembro. Para tanto, a SEASTER solicitou à CAIXA a prorrogação do prazo do Convênio por mais 180 dias a contar de 31/12/2020. A SEASTER aguarda resposta da CAIXA.

- **Qualitativo da Ação**

Hortas Sociais Pedagógicas é um projeto de inclusão produtiva que objetiva combater a situação de vulnerabilidade, risco violência, por meio a chance de geração de renda, fomento e debates nas comunidades. O projeto prevê implantar *30 hortas* nas escolas da rede pública ou entidades socioassistenciais que pertencem aos Territórios de Pacificação (TERPAZ), incluindo a região metropolitana de Belém. A ideia é promover a inclusão social e produtiva de famílias de baixa renda, moradoras desses territórios, no acompanhamento da implantação, manutenção, consumo e venda do excedente das hortas. O Convênio entre a SEASTER e o Ministério da Cidadania foi firmado no dia 17/12/2020, pela Plataforma + Brasil, sob o nº 890772/2019, com vigência a partir da data de sua assinatura, até 15/06q2021. A ampliação do projeto, também está na fase de ajustes de documentações para firmar Convênio junto à Fundação Banco do Brasil, visando a implantação do projeto em outras regiões de integração do Estado. As hortas sociais pedagógicas estão programadas na LOA 2021.

Programa Cisternas é um programa nacional de apoio à captação de água da chuva e outras tecnologias sociais, financiado pelo Ministério da Cidadania. O programa visa a promoção do acesso à água para consumo humano e para produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Seu publico alvo são as famílias rurais de baixa renda, inscritas no Cadastro único. No Pará, a ideia é implantar as cisternas em escolas rurais, tanto que o levantamento foi concluído nos 144 municípios. Foram 2.138 escolas levantadas em 79 municípios para participar do edital interno do programa e firmar Convênio junto ao MC. A SEASTER está no aguardo do retorno do Ministério para continuar as demais etapas do Programa.

Alguns registros fotográficos Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional



Foto 66: Palestra sobre o Programa “*Hortas Sociais Pedagógicas*” no município de Soure.



Foto 67: Assessoramento presencial do programa “*Hortas Sociais Pedagógicas*” no TERPAZ - Ananindeua.



Foto 68: Reunião com técnicos da SEASTER para tratar da Cozinha de Xinguara, no respectivo município.



Foto 69: Cozinha Comunitária de Xinguara, com 80,20% executada.



Foto 70: Cozinha Comunitária de Ulianópolis 100% concluída, mas ainda não inaugurada. Vista da cozinha do refeitório.



Foto 71: Cozinha Comunitária de Ulianópolis, vista do refeitório.

d) **IMPLEMETAÇÃO DE EQUIP. PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**
PRODUTO: **Equipamento Implementado**

• **Meta Programada e Executada**

Os restaurantes populares têm como princípios fundamentais a produção e a distribuição de refeições saudáveis, com alto valor nutricional, a preços acessíveis, para pessoas em situação de insegurança alimentar. Para assegurar tais princípios e dar conta das 300 refeições diárias, a SEASTER programou atender o **Restaurante Prato Popular de Belém** com um montante orçamentário da ordem de R\$ 226.396,00. Bem como, previu R\$ 40.000,00 para custear a implementação da Cozinha Comunitária de Xinguara, programada para ser instalada no exercício vigente, conforme mostra a **Tabela 26**.

Tabela 26: **Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional**

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	01	-	0%	40.000,00	-	0%
Guajará	01	12	1200%	226.396,00	57.081,76	25%
Total	02	12 (01)*	600%	266.396,00	54.786,96	21%

Fonte: SIGPLAN 2020

*Nota: Só foi implementado 01 equipamento em Belém.

• **Avaliação da Execução Orçamentária e Física**

Importante salientar, que a consolidação da meta física no SIGPLAN está se dando pela **“SOMA”**, fato que não reflete a realidade da ação. Se a consolidação se der pela **“MEDIA”** a mesma refletirá um avanço real de 50% do programado. Isto é, mostrará que o Restaurante Prato Popular foi atendido conforme programado, mas não a meta do Araguaia. Dado que a Cozinha de Xinguara não foi concluída devido a problemas com a empresa executora da obra.

- **Qualitativo da Ação**

Em virtude do período de isolamento social devido a Pandemia da COVID-19, o **Restaurante Comunitário Prato Popular**, ficou por 06 meses, de março a agosto, atendendo seus 300 usuários no sistema de “pronta entrega” para evitar aglomerações no salão refeitório, conforme determinação dos decretos governamentais. Apesar disso, ainda houve aglomerações de idosos na fila da entrega dos tickets, situação que foi contornada por meio da antecipação da venda em meia hora e a sinalização do piso para posicionamento dos usuários a cada metro e meio na fila. Foram realizados, ainda, monitoramentos diários, via online, tudo para garantir os protocolos de higiene e manejo durante o atendimento ao público. Ao longo do ano, houve a necessidade de reparos nas centrais de ar condicionado, na melhoria da iluminação na parte da cozinha e nas mesas da nave, bem como, visitas técnicas aos colaboradores para apoio psicológico em função da pandemia. Atualmente, todas as ações do Restaurante estão ocorrendo normalmente. A meta de atendimento mensal é de 300 (trezentas) refeições por dia, de segunda-feira a sexta-feira.

Registro Fotográfico
Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional



Foto 72: Atendimento no Restaurante Prato Popular, município de Belém.

2.3.2 PROGRAMA TRABALHO, EMPREGO E RENDA

No que se refere ao **Programa Trabalho, Emprego e Renda**, a SEASTER avalia que os entraves causados pela Pandemia COVID-19 dificultaram, sobremaneira, as atividades presenciais da Secretaria nos municípios, sobretudo, em relação à **Ação de Qualificação Social, Intermediação de Mão-de-Obra e Atendimento ao Trabalhador no Centro de Cidadania e Apoio à Abertura e Fortalecimento do Mercado**. Todas são ações que dependem do atendimento presencial de muitas pessoas para realização de suas metas. Tanto, que o atendimento *online* não foi suficiente para substituir o atendimento presencial ou foi inviável, como o caso das qualificações que exigiram aulas práticas.

Apesar de a SEASTER ter reunido esforços para tentar alcançar suas metas neste Programa, a exemplo da ação de **Apoio à Abertura e ao Fortalecimento do Mercado**, cujas metas físicas foram extrapoladas, dada a êxito metodologia de atendimento online, que se adaptou bem as necessidades da ação, ainda sim, não foi suficiente para que, de forma geral, o Programa tenha tido um desempenho conforme o esperado no exercício 2020.

A seguir, será mostrado o desempenho do Programa Trabalho, Emprego e Renda por ação, de acordo com o objetivo a que elas se destinam. São **02 os objetivos** que norteiam as ações finalísticas do programa, conforme mostra a **O Quadro 19**.

Quadro 19: **Objetivos do Programa Trabalho, Emprego e Renda – PPA 2020/2023**

OBJETIVOS DO PROGRAMA DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS	
I.	Promover inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho
II.	Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Fonte: SIGPLAN/SIAFEM 2020.

I. PROMOVER A INSERÇÃO E REINserÇÃO DE TRAB. NO MUNDO DO TRABALHO

a) ATENDIMENTO DOS TRABALHADORES NOS CENTROS DE TRABALHO E CIDADANIA

PRODUTO: Atendimento Realizado

• Meta Programada e Executada

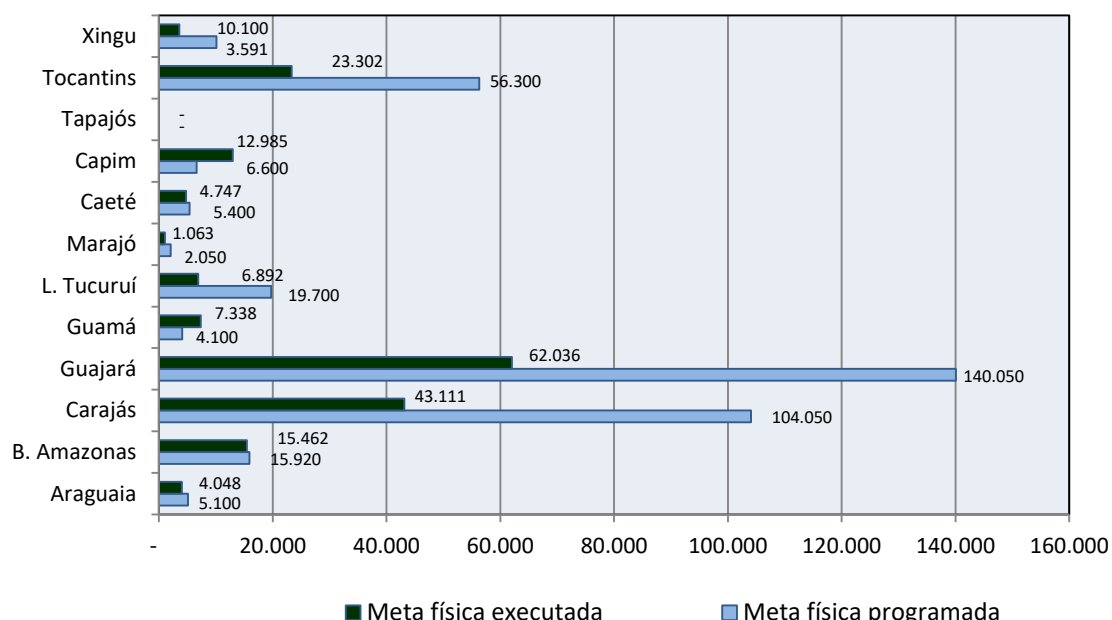
Com o objetivo propiciar informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego, prestar informações aos empregadores sobre os recursos humanos disponíveis, fornecer subsídios ao sistema educacional e ao sistema de formação de mão-de-obra, emitir documentos, entre outros serviços relevantes, a SEASTER programou orçamento da ordem de R\$620.692,00 para ajudar a custear 369.370 mil atendimentos nos 45 equipamentos do Sistema SINE. Contudo, foram realizados apenas 50% dessa meta, ou 184.575 mil atendimentos, com uma execução orçamentária de R\$ 59.718,69. **Tabela 27 e o Gráfico 13** apresentam a consolidação das metas da ação em 2020, por região do Pará e a **Quadro 20** mostra os municípios e o tipo de equipamento custeado.

Tabela 27: **Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Atendimento dos Trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania.**

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	5.100	4.048	79%	55.003,00	4.984,98	9%
B. Amazonas	15.920	15.462	97%	73.746,00	2.373,80	3%
Carajás	104.050	43.111	41%	23.749,00	-	0%
Guajará	140.050	62.036	44%	51.956,00	35.492,75	84%
Guamá	4.100	7.338	179%	23.749,00	250,56	1%
L. Tucuruí	19.700	6.892	35%	73.748,00	-	0%
Marajó	2.050	1.063	52%	23.748,00	-	0%
Caeté	5.400	4.747	88%	73.748,00	14.954,94	20%
Capim	6.600	12.985	197%	73.748,00	356,07	0%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	56.300	23.302	41%	73.749,00	1.068,21	1%
Xingu	10.100	3.591	36%	73.748,00	237,38	0%
Total	369.370	184.575	50%	620.692,00	59.718,69	10%

Fonte: SIGPLAN 2020

Gráfico 13 : Execução da Meta Física da ação de Atendimento dos Trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania.



Fonte: SIGPLAN 2020

• Avaliação da Execução Orçamentária e Física

Esta ação foi uma das mais impactadas pelos desdobramentos da Pandemia COVID-19, dado os decretos governamentais nº 609 e nº 670, publicados nos meses de março e abril de 2020 que, entre outras determinações proibiu atividades que causassem aglomerações. Este fato causou uma queda considerável no desempenho dos equipamentos do Sistema SINE, sobretudo, com a interrupção ou diminuição considerável no atendimento presencial em todos os Postos, entre os meses de abril e junho. Em suma, foi suspenso o atendimento direto, tanto da Intermediação de mão-de-obra quanto do Seguro Desemprego. Contudo, na medida do possível, foi mantido o trabalho remoto. Isto é, os centros mantiveram as convocações e encaminhamentos para os processos seletivos, via telefone e/ou e-mail, como também, as orientações de como dar entrada ao benefício do Seguro Desemprego pelos aplicativos oficiais ou tirar dúvidas pelos canais oficiais de comunicação. Entre os meses de junho e agosto o

atendimento foi retomado, mas de forma gradual, o que também contribuiu para o baixo desempenho da meta física.

O baixo desempenho da execução orçamentária, também se deve aos fatos acima narrados, dado que a suspensão dos serviços dos SINES e dos Centros, somados a suspensão das viagens intermunicipais, pelos decretos governamentais, e o afastamento de parte da equipe da SEASTER por se enquadrarem aos grupos de risco da doença, ou porque foram destacados para dar apoio operacional aos abrigos do Estádio Estadual Augusto Proença (Mangueirão) e na Arena Guilherme Paraense (Mangueirão), impossibilitaram o monitoramento presencial e as visitas técnicas nos equipamentos e, conseqüentemente, a pouca execução orçamentária demonstradas na Tabela 25, sobretudo nas regiões do Carajás, Lago Tucuruí e Marajó.

- **Qualitativo da Ação**

Salienta-se que cada Centro de Cidadania e Trabalho contém 01 Posto do SINE, conforme mostra o **Quadro 20**. Além dos serviços do SINE, os Centros oferecem também outros serviços aos trabalhadores, como: Emissão de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, inclusive a carteira digital, Emissão de Certidão de Nascimento, entre outros. Ao todo no Estado, existem 05 Centros de Cidadania e Trabalho, sendo um em cada região: Carajás, Guajará, Marajó e Xingu.

O Posto do SINE de Itaituba está funcionando normalmente com o apoio da Prefeitura, mesmo tendo sido extinto pelo Governo Federal. A SEASTER e a Prefeitura de Itaituba avaliam tornar este Posto um Balcão de Atendimento de Santarém, dado ser um equipamento já instalado e estruturado, que gera demandas e dados estatísticos atualizados.

O **Posto do SINE de Conceição do Araguaia** não está mais sob Intervenção Judicial, contudo permanece fechado, já que a Prefeitura não tem intenção de reabri-lo. Do mesmo modo, o **Posto de Redenção** não está mais sob Intervenção Judicial, mas a Prefeitura já acenou com a intenção de reabri-lo em 2021.

Quadro 20: Equipamentos do Sistema SINE no Estado do Pará

EQUIPAMENTOS DO SISTEMA SINE		
Região	Município	Tipo de Equipamento
Araguaia	Outilândia	Posto do SINE
	São Felix do Xingu	Posto do SINE
	Conceição Araguaia	Posto do SINE
	Redenção	Posto do SINE
B. Amazonas	Monte Alegre	Posto do SINE
	Santarém	Posto do SINE
	Oriximiná	Posto do SINE
	Alenquer	Posto do SINE
	Óbidos	Posto do SINE
Carajás	Parauapebas	Centro de Cidadania e Trabalho e Posto SINE
	Canãa dos Carajás	Posto do SINE
	Marabá	Posto do SINE
Guajará	Belém	Centro de Cidadania e Trabalho e Posto SINE
	Belém/CIIC	Extensão do Centro de Cidadania e Trabalho
	Belém/Saci Guamá	Posto do SINE
	Belém/Pátio Belém	Estação Cidadania
	Belém/Grão Pará	Estação Cidadania
	Belém/Icoaraci	Estação Cidadania
	Belém/Metrópole	Estação Cidadania
	Ananindeua	Centro de Cidadania e Trabalho e Posto SINE
Guamá	Castanhal	Posto do SINE
	São Miguel do Guamá	Balcão de Atendimento de Castanhal
Lago Tucuruí	Tucuruí	Posto do SINE
	Breu Branco	Posto do SINE
	Goianésia	Posto do SINE
	Itupiranga	Posto do SINE
	Jacundá	Balcão de Atendimento de Marabá
Marajó	Breves	Centro de Cidadania e Trabalho e Posto SINE
	Curralinho	Posto do SINE
Caeté	Capanema	Posto do SINE
	Bragança	Posto do SINE
Capim	Paragominas	Posto do SINE
	Rondon do Pará	Posto do SINE
Tapajós	Itaituba	Posto do SINE
Tocantins	Tailândia	Posto do SINE
	Barcarena	Posto do SINE
	Vila dos Cabanos	Balcão de Atendimento de Barcarena
	Abaetetuba	Posto do SINE
Xingu	Altamira	Centro de Cidadania e Trabalho e Posto SINE
	Uruará	Posto do SINE

Fonte: Diretoria de Trabalho e Emprego – SEASTER 2020

Alguns registros fotográficos
Atendimento aos Trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania



Foto 73: Técnicos do SINE de Santarém e da SEASTER em reunião técnica ao Posto.

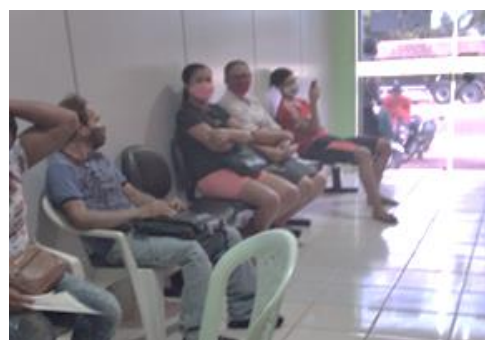


Foto 74: Salão de Atendimento no Posto do SINE do município de Rondon do Pará.



Foto 75: Salão do Centro de Cidadania e Trabalho do município de Ananindeua.



Foto 76: Técnicos do Posto do SINE “Saci Guamá”, no município de Belém.

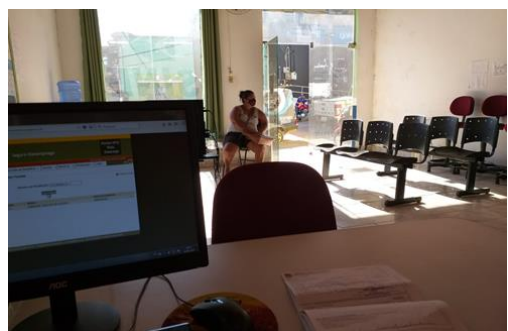


Foto 77: Salão do Posto do SINE no período da Pandemia, São Félix do Xingu.



Foto 78: Técnicos do Posto do SINE de Rondon do Pará em atendimento por Whatsapp.

b) INTERMEDIACÃO DE MÃO-DE-OBRA

PRODUTO: Trabalhador Colocado

• Meta Programada e Executada

Com o objetivo de promover o encontro entre trabalhadores que buscam uma oportunidade profissional de trabalho e empregadores em busca contratar funcionários e, sobretudo, contribuir para promover a inserção de trabalhadores em vagas permanentes, temporárias, de aprendizes ou de estágios, a SEASTER programou o orçamento da ordem de R\$ 102.500,00 para colocar no mercado do Estado 5.702 trabalhadores. Foram, contudo, colocados 1.018 trabalhadores no mercado a um custo de R\$ 42.242,01, conforme mostra a **Tabela 28**.

Tabela 28: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Intermediação de Mão-de-obra.

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Araguaia	210	93	36%	9.322,00	3.916,77	42%
B. Amazonas	100	40	34%	9.318,00	10.938,65	117%
Carajás	900	240	13%	9.318,00	4.272,84	46%
Guajará	660	204	27%	9.318,00	3.323,32	36%
Guamá	10	09	80%	9.318,00	1.393,48	15%
L. Tucuruí	157	35	11%	9.317,00	6.053,19	65%
Marajó	05	-	0%	9.317,00	-	0%
Caeté	50	194	258%	9.318,00	1.780,35	19%
Capim	900	96	1%	9.318,00	4.272,84	46%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	2.630	107	4%	9.318,00	4.154,15	45%
Xingu	80	-	0%	9.318,00	2.136,42	23%
Total	5.702	1.018	18%	102.500,00	42.242,01	41%

Fonte: SIGPLAN 2020

• Avaliação da execução orçamentária e física

Esta foi outra ação do PPA 2020/2023 fortemente impactada pelos desdobramentos da Pandemia COVID-19, sobretudo, na economia e nos índices de empregabilidade no Estado. Segundo o DIEESE, a geração de empregos formais no

Estado do Pará, no primeiro semestre de 2020, mostra perda de postos de trabalhos, especialmente, nos meses de março, abril e maio, meses iniciais da Pandemia, quando o Pará perdeu cerca de 15 mil postos de trabalhos, dificultado a colocação no mercado dos trabalhadores que procuravam o SINE. A maioria dos Setores Econômicos apresentou queda na geração de empregos formais, **com destaque para o Setor do Comércio com a perda de 5.985 postos de trabalhos**, seguido do Setor da Construção com a perda de 780 postos de trabalhos e também da Indústria em Geral com a perda também de 780 postos de trabalhos. Também no mesmo período analisado, o destaque positivo na geração de empregos formais ficou por conta do Setor Serviços com saldo positivo de 1.588 postos de trabalhos, seguido do Setor da Agropecuária com saldo positivo de 395 postos de trabalhos formais. Ainda, segundo o DIEESE, a distribuição nos primeiros seis meses deste ano, considerando os saldos de postos de trabalhos formais no comparativo entre admitidos e desligados, foi negativa nos 03 primeiros meses da Pandemia (março/maio), conforme mostra a **Tabela 29**.

Em junho, mesmo com a conjuntura frente à Pandemia ainda desfavorável, a grande maioria dos setores econômicos do Estado apresentou crescimento na geração de empregos formais, com exceção do Setor de Comércio, que continuou apresentando queda na geração de empregos formais com a perda de 589 postos de trabalhos, como demonstrado na **Tabela 30**.

Tabela 29: Demonstrativo dos saldos mensais de postos de trabalhos formais no Estado do Pará no primeiro semestre de 2020.

Mês/Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
Janeiro/2020	24.025	23.184	841
Fevereiro/2020	25.665	21.497	4.168
Março/2020	22.961	25.094	-2.133
Abril/2020	11.870	22.047	-10.177
Maio/2020	14.018	16.829	-2.811
Junho/2020	19.802	15.252	4.550
Total Geral (1º Sem/2020)	118.341	123.903	-5.562

Fonte: Ministério da Economia/CAGED

Análise e Elaboração: Relatório 1º Semestre DIEESE/PA.

Tabela 30: Demonstrativo da geração de postos de trabalhos formais no Estado do Pará por Setor, no mês de junho 2020.

Setores	Geração e Emprego
Setor da Construção Civil	2.274
Setor da Indústria em Geral	1.225
Setor de Serviços	1.125
Setor da Agropecuária	515
Setor do Comércio	- 589
Total Geral (junho/2020)	5.139

Fonte: Ministério da Economia/CAGED

Análise e Elaboração: Relatório 1º Semestre DIEESE/PA.

O saldo negativo da empregabilidade no Setor do Comércio, setor que mais demanda mão-de-obra por meio do SINE, impactou a colocação de trabalhadores no mercado da maioria das regiões de Integração. Dado, que muitas empresas parceiras do SINE além de suspenderem contratações em abril, solicitaram para os próximos meses suspensão dos processos seletivos que já estavam em andamento e outras informaram a suspensão de suas atividades sem previsão de retorno, tudo em virtude dos impactos da Pandemia no desempenho na economia local e das restrições sanitárias em todas as regiões.

Entre junho e outubro já se verifica o início da recuperação da economia no Estado, período em que o setor da Agropecuária vem registrando saldo positivo de empregos formais, assim como, o Setor da Indústria em Geral e Serviços. Já o Setor do Comércio vem recuperando empregabilidade positiva apenas a partir de agosto.

Para potencializar a ação de Intermediação de mão-de-obra nas regiões do Pará, cuja empregabilidade foi mais impactada pela Pandemia, a SEASTER vem trabalhando junto aos postos do SINE, realizando novos treinamentos da equipe do Seguro Desemprego, bem como, acompanhando a rotina dos mesmos para levantamentos e solução de entraves, além de realizar levantamento patrimonial. Ao mesmo tempo, são realizadas visitas às empresas locais para fortalecer a rede de parcerias para captação de vagas e intermediação da mão-de-obra.

Alguns registros fotográficos
Ação de Intermediação de Mão-de-Obra



Foto 79: Acompanhamento da intermediação de mão-de-obra do Grupo SUPERMERCADO MATEUS no Posto do SINE do município de Goianésia.



Foto 80: Acompanhamento dos serviços de Seguro Desemprego no Posto do SINE do Centro de Cidadania e Trabalho no município de Altamira.

c) **QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL**

PRODUTO: Pessoa Qualificada

• **Meta Programada e Executada**

Com o objetivo de qualificar e/ou requalificar o trabalhador, visando sua inserção e/ou reinserção no mundo do trabalho formal ou empreendedor, sobretudo, da população em situação de vulnerabilidade social, a SEASTER programou para 2020 o montante orçamentário de R\$ 1.080.000,00 para qualificar 947 pessoas. Sendo que foram, de fato, qualificadas 565 pessoas com uma execução orçamentária de R\$ 703.283,69 ou 65% dos custos programados, conforme mostra a **Tabela 31** e o **Gráfico 14**.

Tabela 31: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação Qualificação Social e Profissional em 2020

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Araguaia	40	-	0%	100.000,00	-	0%
B. Amazonas	80	-	0%	100.000,00	-	0%
Carajás	100	-	0%	100.000,00	-	0%
Guajará	15	185	1233%	30.000,00	647.993,57	2160%
Guamá	145	40	28%	170.000,00	2.162,78	1%
L. Tucuruí	10	-	0%	50.000,00	-	0%
Marajó	160	140	88%	100.000,00	6.775,80	7%
Caeté	80	-	0%	100.000,00	-	0%
Capim	80	120	100%	100.000,00	4.628,91	5%
Tapajós	10	-	0%	50.000,00	-	0%
Tocantins	180	80	22%	100.000,00	41.722,63	42%
Xingu	47	-	0%	80.000,00	-	0%
Total	947	565	60%	1.080.000,00	703.283,69	65%

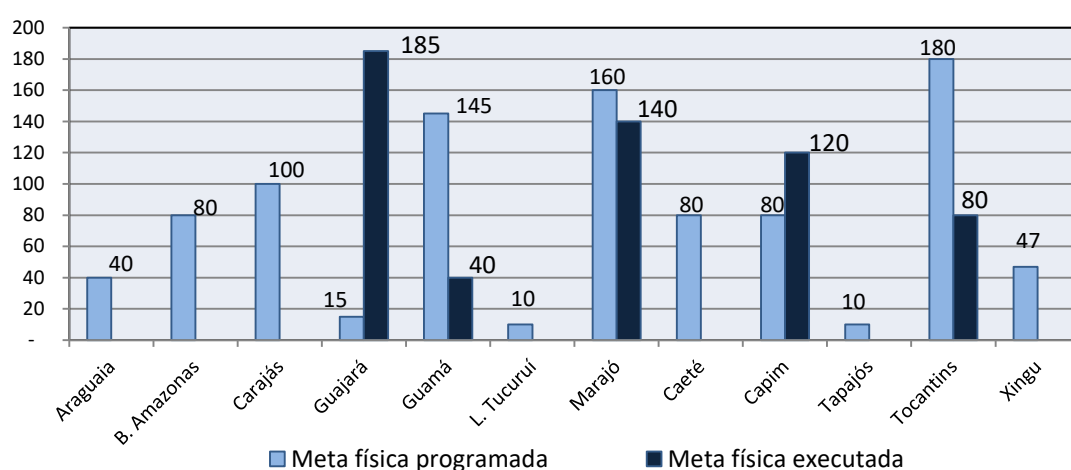
Fonte: SIGPLAN 2020.

• **Avaliação da Execução Orçamentária e Física**

O baixo desempenho desta ação se deve, sobremaneira, à pandemia COVID – 19. Isto é, se deve aos protocolos de prevenção da doença imputados pelos decretos governamentais nº 609 e nº 670, publicados nos meses de março e abril de 2020 que,

entre outras determinações, suspenderam as viagens intermunicipais e os eventos que causavam aglomerações. Esses critérios de isolamento social somados ao afastamento de parte dos servidores da SEASTER, enquadrados nos grupos de risco da doença COVID-19 e que eram responsáveis por fiscalizar essas qualificações e o posterior isolamento dos municípios depois que o pico da pandemia diminuiu na capital, foram determinantes para suspender a execução das mesmas, sobretudo, a partir de março. Isso porque as qualificações estavam previstas para serem ministradas apenas de forma presencial em turmas de 20 alunos nos municípios contemplados pelo 1º e 2º Termos de Referência 2019. Contudo, desde o início de outubro, alguns cursos iniciaram e outros foram retomados e concluídos, mas ainda de forma gradual devido à nova onda da Pandemia. Da mesma forma, a Pandemia também impactou a meta orçamentária, dado que com a suspensão dos cursos não houve demandas de fiscalização por parte da SEASTER e pagamento das empresas. Salienta-se que a execução orçamentária na região do Guajará, inclui DEA e parcelas pagas do 1º e 2º Termos de Referência que estão em execução.

Gráfico 14: Execução da Meta Física da ação de Qualificação Social e Profissional na UO SEASTER



Fonte: SIGPLAN 2020.

- **Qualitativo da Ação**

O **1º Termo de Referência “Qualifica Para 2019”** tem como objetivo qualificar 480 educandos em 24 turmas em 17 municípios de 06 regiões de Integração. No mês de outubro, em alguns municípios, cursos foram iniciados e reiniciados com turmas de 20 educandos. Nos demais municípios não há previsão de início dos cursos em função da pandemia do Covid-19. Atualmente, dos 480 cursos ofertados, 280 ou 58% já estão concluídos. A entidade Instituto Vitória Régia é a executora responsável pela execução dos três lotes de ação de qualificação social e profissional. O **Quadro 21** mostra os cursos e a situação atual. A SEASTER efetuou a fiscalização de todos os cursos concluídos

Quadro 21: Cursos do 1º Termo de Referência “Qualifica Pará 2019”

Municípios	Cursos	Alunos	Situação Atual
Acará	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Concluído
Acará	Confeção De Doces E Salgados	20	Concluído
Afuá	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Concluído
Ananindeua	Vendedor De Comercio Varejista	20	Concluído
Bagre	Manutenção De Celulares	20	Concluído
Belém	Agente De Portaria	20	Concluído
Belém	Manipulação. De Frutas (Açaí)	20	Concluído
Belém	MOPP, Movimentação De Cargas Perigosas.	20	Concluído
Breves	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Concluído
Bujaru	Criação De Animais De Pequeno Porte	20	Não iniciado
Bujaru	Piscicultura	20	Não iniciado
Concórdia do Pará	Culinária Básica	20	Concluído
Concórdia do Pará	Bijuteria	20	Concluído
Garrafão Do Norte	Piscicultura	20	Não iniciado
Gurupá	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Concluído
Gurupá	Estética E Maquiagem	20	Concluído
Melgaço	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Concluído
Ourem	Piscicultura	20	Não iniciado
Portel	Culinária Básica	20	Concluído
Santa Barbara	Estética E Maquiagem	20	Concluído
Santa Luzia Do Pará	Criação De Animais De Pequeno Porte	20	Não iniciado
São D. Do Capim	Piscicultura	20	Não iniciado
Tome Açu	Manipulação De Frutas (Açaí)	20	Concluído
Tomé Açu	Cultivo E Processamento De Mandioca	20	Concluído

Fonte: Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo/SEASTER. Nov.2020.

O **2º Termo de Referência “Qualifica Para 2019”** tem como objetivo qualificar 500 educandos em 25 turmas em 15 municípios de 09 regiões de Integração. No mês de outubro, em alguns municípios, cursos foram iniciados e reiniciados com turmas de 20 educandos. Nos demais municípios não há previsão de início dos cursos em função da pandemia do Covid-19. Atualmente, dos 500 cursos ofertados, 160 ou 32% já estão concluídos. As entidades F. da Fernandes Alcântara EIRELE (lote I), Associação Amazônia (lote II) e ABRADESA (lote III) são as executoras responsáveis pela execução dos três lotes de ação de qualificação social e profissional. O **Quadro 22** mostra os cursos e a situação atual. A SEASTER efetivou a fiscalização de todos os cursos concluídos.

Quadro 22: Cursos do 2º Termo de Referência “Qualifica Pará 2019”

Região	Municípios	Cursos	Alunos	Situação Atual
Tocantins	Abaetetuba	Manutenção de celulares	20	Concluído
Tocantins	Abaetetuba	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Concluído
Tocantins	Barcarena	Manutenção de celulares	20	Suspenso
Tocantins	Cametá	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Não iniciado
Tocantins	Cametá	Estética e Maquiagem	20	Não iniciado
Tocantins	Limoeiro do Ajuru	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Não iniciado
Tocantins	Limoeiro do Ajuru	Estética e Maquiagem	20	Não iniciado
Tocantins	Moju	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Não iniciado
Tocantins	Moju	Cozinheiro	20	Não iniciado
Rio Capim	N. Esperança do Piriá	Confecção de doces e salgados	20	Não iniciado
Rio Capim	N. Esperança do Piriá	Designer de sobancelhas	20	Não iniciado
Carajás	Nova Ipixuna	Panificação e confeitaria	20	Não iniciado
Carajás	Parauapebas	Manutenção de celulares	20	Não iniciado
Rio Guamá	São João da Ponta	Informática básica	20	Concluído
Rio Guamá	Mãe do Rio	Estética e Maquiagem	20	Concluído
Rio Guamá	Mãe do Rio	Manipulação de Frutas (Açaí)	20	Concluído
Marajó	São Dom. do Capim	Panificação e confeitaria	20	Concluído
L. Tucuruí	Goianésia do Pará	Mecânica de motos	20	Não iniciado
L. Tucuruí	Goianésia do Pará	Panificação e confeitaria	20	Não iniciado
Guajará	Belém	Manutenção de celulares	20	Concluído
Guajará	Belém	Manutenção de celulares	20	Concluído
B. Amazonas	Oriximiná	Mecânica de motos	20	Não iniciado
B. Amazonas	Oriximiná	Manutenção de celulares	20	Não iniciado
B. Amazonas	Anapú	Corte e costura	20	Não iniciado
Xingu	Brasil novo	Estética e Maquiagem	20	Não iniciado

Fonte: Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo/SEASTER. Nov.2020.

Houve fiscalização, acompanhamento e Monitoramento da execução dos cursos de qualificação profissional do **1ª e 2ª Termo e Referencia Qualifica Pará 2019**, como também dos cursos remanescentes do projeto especial **PERNOH - Projeto Escrevendo e Reescrevendo a Nossa História**. Este projeto consiste na execução de cursos de qualificação, sendo executado por dentro do Plano de Qualificação Social e Profissional (PQSP) dos educandos com privação de liberdade (SEAP) em 03 turmas no total de 45 educandos. Os cursos foram nos municípios de Ananindeua e Belém, sendo executados pelo instituto Vitória Régia.

A SEASTER monitora a execução para 2021 do **2º Termo de Referência do Projeto de Qualificação Social e Profissional “Qualifica Pará 2020”**, que tem o objetivo de qualificar 380 educandos em 19 turmas nos municípios de Santarém, Ananindeua, Belém, Marabá, Parauapebas, São Domingos do Capim, Breves, cachoeira do Arari, Curralinho, Gurupá, Bragança, Viseu, Concórdia do Pará, Aveiro, Abaetetuba, Barcarena, Cametá, Moju, e Altamira. No momento, o Termo se encontra em trâmite de empenho para execução em 2021. Salienta-se que o município de Aveiro não consta na meta da LOA 2021, sendo remanescente da demanda de qualificação de 2019.

Alguns registros fotográficos Ação de Qualificação Social e Profissional



Foto 81: Fiscalização do curso de “Manutenção de Celulares” em Belém.



Foto 82: Entrega de certificados do curso de “Manipulação de Frutas” em Afuá.



Foto 83: Realização do curso de “Culinária Básica”, em Concórdia do Pará.



Foto 84: Entrega de certificados do curso “Culinária Básica” em Portel.



Foto 85: Realização do curso de “Panificação e Confeitaria” em São Domingos do Capim.



Foto 86: Realização do curso “Estética e Maquiagem” em Mãe do Rio.



Foto 87: Realização do curso de “Manutenção de Celulares” em Barcarena.



Foto 88: Realização do curso de “Manutenção de Celulares” em Abaetetuba.

d) **APOIO ÀS INST. DE CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DO TRAB. EMPREGO E RENDA**
PRODUTO: **Instituição Apoiada**

• **Meta Programada e Executada**

A nova sistemática da Área trabalho, de acordo com a Lei nº 13.667, resolução nº 825 de 26 de março de 2019 e resolução nº 852 de 26 de março de 2020, exige a necessidade de exercer, por intermédio de órgão específico integrado à sua estrutura administrativa, a supervisão, monitoramento e avaliação das ações e dos serviços atribuídos a política de Trabalho, Emprego e Renda. Logo, as esferas de governo que aderirem ao SINE deverão instituir **Fundos do Trabalho** próprios para financiamento e transferências automáticas de recursos no âmbito do Sistema, com também, a instituição e o funcionamento efetivo do **Conselho do Trabalho, Emprego e Renda**, constituído de forma tripartite e paritária por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, observadas as disposições desta Lei. Assim, o Fundo do Trabalho será orientado e controlado pelo respectivo Conselho do Trabalho, Emprego e Renda, sendo que Plano de Ações e serviços será aprovado na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

Neste sentido, a SEASTER aprovou a Política da Área Trabalho e regulamentou o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER) no fim de 2019, iniciando em seguida o contato com as entidades que compõe o Conselho para que estas indicassem seus representantes. Em março foi realizada a primeira reunião do CETER, com quórum, onde se discutiu o Regimento Interno e a escolha do Presidente. Devido ao Decreto nº 609 do Governo do Estado do Pará, publicado no dia 16 de março de 2020 e Decreto nº 670 de 07 de abril, o CETER suspendeu todas as suas reuniões e encontros presenciais até setembro, mantendo apenas as atividades administrativas de forma restrita e online.

Em 2020, ocorreu ainda, a publicação da lei nº 9.115 de 04/09/2020, que Institui o **Fundo Estadual do Trabalho do Estado do Pará (FET/PA)**, alterando a Lei Estadual nº 8.542, de 29 de setembro de 2017, que institui o Conselho Estadual de Trabalho,

Emprego e Renda do Estado do Pará (CETERPA). Em setembro, o CETER fez sua 2ª reunião ordinária para tratar da apresentação e aprovação por unanimidade do **Regimento Interno do CETERPA** e apresentação e aprovação também por unanimidade o **Plano de Ações e Serviços – PAS** do bloco Setor de Serviços e apoio do SINE para o ano de 2021. SEASTER reuniu-se, também, com o Fórum ECOSOL (economia solidária), PCT e FINTEC – SECTET para apresentação de modelos de **Bancos Comunitários** a serem implantados nos Territórios de Pacificação (TERPAZ). Salienta-se que a partir de 2021 todas as 09 ações da Área Trabalho do PPA 2020/2022 serão executadas por meio do FET/PA.

Quanto ao **Conselho Estadual da Economia Popular Solidária**, a SEASTER fez tratativas junto a Coordenação Provisória do Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária e representante do Governo, para tratar do processo de posse dos membros do conselho do FPEPS - Fórum Paraense Economia Popular e Solidária. Diálogo este que priorizou algumas pautas que irão nortear futuros trabalhos de afirmação e concretização da política da ECOSOL (Economia Solidária). O Fórum é o grupo orgânico que encaminha as tomadas de decisões do ECOSOL. Para tanto, houve algumas orientações a respeito do processo, como a urgente composição do conselho para a efetivação do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS). A SEASTER reforçou a necessidade de fortalecer o Fórum Paraense, cadastrando os empreendimentos na Plataforma da SEASTER e mapeando a capacidade de produção para as compras públicas. O processo da Lei 7.309/2009 foi instituído e encaminhado ao Gabinete do Secretário da SEASTER para apreciação.

Logo, a meta física da ação foi alcançada em 50%, dada a criação do CEEPS ainda estar em construção, conforme mostra a **Tabela 32**.

Tabela 32: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Apoio as Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda.

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Guajará	02	01	50%	20.000,00	-	0%
Total	2	1	50%	20.000,00	-	0%

e) **INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MUNDO DO TRABALHO**

PRODUTO: Pessoa Atendida

- **Meta Programada e Executada**

Com base na Lei nº 8.213 de 1991, denominada “Lei das Cotas”, a SEASTER por meio do CIIC/SINE busca assegurar a inclusão da PcD no mundo do trabalho. Para tanto, programou orçamento de R\$ 30.000,00 para colocar no mercado 300 PcD. No exercício 2020, no entanto, foram colocadas no mercado de trabalho formal 221 PcD, mas sem execução orçamentária, como mostra a **Tabela 33**.

Tabela 33: **Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Inclusão da PcD no Mundo do Trabalho pela UO SEASTER.**

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Guajará	300	221	74%	30.000,00	-	0%
Total	300	221	74%	30.000,00	-	0%

Fonte: SIGPLAN 2020.

- **Avaliação da Execução Orçamentária e Física**

A atividade principal da rede SINE é a intermediação da mão-de-obra, envolvendo uma dinâmica de cadastro de trabalhador e de vagas, bem como, o seu encaminhamento para processo seletivo, a fim de encurtar a distancia entre empresa e trabalhador. O produto final é a colocação desse trabalhador no mercado de trabalho. Para o SINE/CIIC, a PcD é seu público alvo, portanto o objetivo final é incluí-los no mercado de trabalho, observando suas particularidades.

Neste sentido, ao longo de 2020, foram totalizados **3.724 atendimentos** no SINE/CIIC, sendo **2.557 atendimentos diversos** (orientações e usuários fora do perfil das vagas), **106 cadastros novos**; **15 atualizações** de cadastros e **1.046 candidatos encaminhados para 313 processos seletivos**. Desse montante, houve ainda, 16 inclusões

no Seguro Desemprego, contabilizados nos meses em que o servidor adquiriu a senha de acesso ao SD, no Portal MTE Mais Emprego.

Quanto as 313 vagas disponibilizadas, **215 foram ocupadas**, sendo que numa nova triagem de informação junto às empresas contratantes, 06 outras vagas não tinham sido informadas ao CIIC/SINE, perfazendo um total de **221 PcD colocadas** no mercado. Este dado ainda será acrescentado no SIGPLAN. Todos os atendimentos foram de PcD que procuraram o posto do SINE no CIIC, não havendo nenhum evento por parte do Centro para potencializar a demanda, devido ao isolamento social provocado pela Pandemia COVID-19 que se estendeu ao longo do ano. Daí não ter havido execução orçamentária em 2020, bem como, o não alcance da meta física. Esta, mais ainda impactada, pela estagnação da economia da Região Metropolitana de Belém frente aos protocolos de segurança impostos pelos decretos governamentais que proibiram aglomerações, entre outras medidas de prevenção da doença. Apesar do atendimento no CIIC/SINE às PcD ter se mantido de forma remota ou via telefone para encaminhamentos às vagas ofertadas.

- **Qualitativo da Ação**

Tomando por base o número de contratados que foi de 205 colocado, constata-se que o perfil preferido pelas empresas foi: PcD do sexo masculino, com 144 admissões, e com deficiência física, com 86 admissões. PcD que tinham ensino médio completo, com foram 124 admissões e na faixa etária de 34 a 41 anos, com 53 admissões. O setor de serviços foi o ramo que mais absorveu PcD, com 106 admissões. Excluem-se destes números o usuário de cadeira de rodas, pois as empresas alegam que não possuem acessibilidade. Em 2º lugar ficou a PcD auditiva total ou parcial, do sexo masculino, com ensino médio completo, na faixa etária de 34 a 41 anos, em grande parte absorvidas, também, pelo ramo de serviços.

f) **MONITORAMENTO DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

PRODUTO: Relatório Realizado

• **Meta Programada e Executada**

Com o objetivo de subsidiar e fundamentar as tomadas de decisão sobre as ações da Área Trabalho e o fortalecimento da Política do Trabalho, Emprego e Renda no Estado do Pará, a SEASTER programou em seu orçamento o montante de R\$ 168.496,10 para custear o Contrato celebrado entre a Secretaria e o DIEESE para a produção de 02 relatórios técnicos semestrais, bem como, o repasse de artigos mensais e palestras sobre as análises estatísticas consolidadas pelo Observatório do Trabalho. Até novembro de 2020, havia sido entregue à SEASTER 50% do produto programado, conforme mostra a **Tabela 34**.

Tabela 34: **Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda pela UO SEASTER.**

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Guajará	02	01	50%	160.000,00	168.496,10	105%
Total	02	01	50%	160.000,00	168.496,10	105%

Fonte: SIGPLAN 2020.

• **Avaliação da Execução Orçamentária e Física**

De acordo com o Contrato celebrado entre SEASTER e DIEESE, além de **02 relatórios semestrais**, correspondentes ao produto da ação, o DIEESE repassa a SEASTER, mensalmente, artigos sobre análises de pesquisas científicas levantadas pelo Observatório do Trabalho, referentes ao balanço do emprego no Estado do Pará, com destaque para a empregabilidade. No **Quadro 23**, estão listados os artigos e os meses em que foram repassados artigos à SEASTER. Além disso, o DIEESE deve realizar palestras sobre essas análises junto aos técnicos da Área Trabalho, a fim de fundamentar suas atividades na área, quanto às análises formuladas pelo DIEESE. Em

2020, foi realizada apenas **01 palestra** sobre as informações estatísticas do último trimestre de 2019, levantadas pelo Observatório do Trabalho no Pará.

Importante salientar que a execução orçamentária da ação, inclui **DEA de 2019**, fato que extrapolou a meta orçamentária da ação em 2020.

Quadro 23: Repasse dos produtos do Contrato entre SEASTER/DIEESE 2020

Meses	Produtos
Janeiro	Artigos não repassados
Fevereiro	Palestra com o tema: " <i>Informações Estatísticas do último Trimestre de 2019, levantadas pelo Observatório do Trabalho no Pará</i> ".
Março	Edição nº 1 " <i>Cenário da Empregabilidade no Estado do Pará</i> "
Abril	O Boletim Especial sobre o dia 1º de Maio, demonstrando o " <i>Cenário da empregabilidade no Estado do Pará devido a pandemia de COVID-19</i> ".
Maio	Foram repassados 04 artigos: " <i>Dia das Mães 2020: Cerca de um milhão de mulheres no Pará exercem a dupla função de mãe e pai, sendo chefes de domicílio</i> "; " <i>Primeiro Trimestre 2020: O Balanço sobre a Ocupação e Desocupação no Pará</i> "; " <i>O Mercado Informal no Estado do Pará e demais estados da Região Norte</i> " e " <i>O Balanço do Emprego Formal no Estado do Pará e Região Norte no mês de abril</i> ".
Junho	Foram repassados 03 artigos: " <i>O balanço do emprego formal no Estado do Pará e Região Norte no mês de junho</i> "; " <i>Balanço do emprego/desemprego formal no Estado do Pará nos primeiros 05 meses de 2020</i> " e " <i>Novo CAGED e suas mudanças metodológicas e de conteúdo na elaboração do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados pelo Ministério da Economia</i> ".
Julho	Entrega do <i>1º Relatório Semestral 2020</i>
Agosto	Não foram repassados artigos
Setembro	Foram repassados 02 artigos: " <i>O Balança do Emprego Formal no Estado do Pará e Região Norte em setembro</i> " e " <i>O Balanço do Emprego/Desemprego Formal nas Regiões de Integração do Estado do Pará</i> ".
Outubro	Foi repassado 01 artigo: " <i>Balanço das Contratações Formais e os Jovens Aprendizizes no Estado do Pará e Região Norte</i> ".
Novembro	Foram repassados 03 artigos: " <i>O Balanço do Emprego Formal no Setor Comércio no Pará e em toda a Região Norte</i> "; " <i>O Balanço do Emprego Formal no Setor da Indústria em Geral no Estado do Pará e demais Estados da Região Norte</i> " e " <i>O Balanço do Emprego Formal no Setor da Agropecuária no Estado do Pará e Demais Estados da Região Norte</i> ".
Dezembro	Em andamento

Fonte: SIGPLAN 2020.

II – PROMOVER O EMPREENDEDORISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

a) APOIO À ABERTURA E FORTALECIMENTO DE MERCADOS

PRODUTO: Empreendimento Atendido

• Meta Programada e Executada

Em busca do fomento do trabalho e da renda, com foco no empreendedorismo e na economia solidária, a SEASTER programou o orçamento de R\$ 280.000,00 para dar apoio a 600 empreendedores no Estado do Pará. No exercício 2020, foram apoiados 1.082 empreendedores ou 180% a mais do total delineado, com uma execução orçamentária da ordem de R\$ 22.335,73 ou apenas 08% do orçamento previsto, conforme demonstra a **Tabela 33**.

Tabela 33: **Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Apoio a Abertura e ao Fortalecimento do Mercado.**

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B. Amazonas	-	-	-	-	-	-
Carajás	-	31	-	-	2.848,56	-
Guajará	300	631	210%	220.000,00	4.075,03	2%
Guamá	-	16	-	-	1.169,34	-
L. Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	91	-	-	712,14	-
Caeté	150	166	111%	30.000,00	7.952,23	27%
Capim	150	91	61%	30.000,00	3.442,01	11%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	56	-	-	2.136,42	-
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	600	1.082	180%	280.000,00	22.335,73	8%

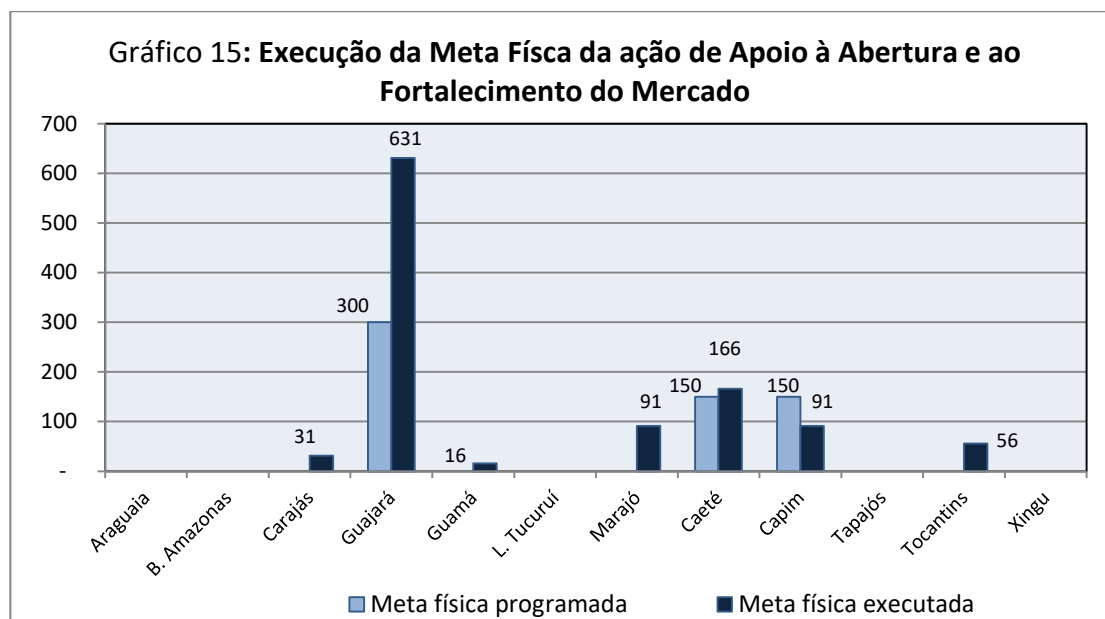
Fonte: SIGPLAN 2020.

• Avaliação da Execução Física e Orçamentária

Importante salientar que esta ação também foi fortemente impactada pelo isolamento social imputado pelos decretos governamentais nº 609 e nº 670 contra a

Pandemia COVID-19, dada parte de suas atividades exigirem a presença de médias e grandes aglomerações, como diversificados tipos de feiras. Assim, como os recursos dessa ação se direcionam em grande parte para este tipo de evento, o impacto na execução da meta orçamentária não pode ser evitado, já que feiras foram pouco executadas ao longo de 2020. Contudo, o entrave da Pandemia não conseguiu impactar a meta física da ação, devido à iniciativa dos técnicos da SEASTER em promover a comercialização dos produtos de empreendedores individuais e coletivo em **lojas virtuais, grupos de Whatsapp**, um de artesãos e outro da Economia Solidária, ambos os grupos foram exitosos quanto à divulgação de eventos de comercialização *online*. Bem como, incentivos por meio do **Fundo Esperança** e à **Lei Andir Blanc** para acesso a benefícios emergenciais.

Com essas iniciativas exitosas foi possível, não só alcançar a meta, mas extrapolá-la, mesmo diante da impossibilidade de realizar todas as feiras e outros eventos presenciais de comercialização de produtos programados pela SEASTER. O **Gráfico 15** mostra, ainda, que regiões não programadas na LOA 2020 foram também atendidas nesta ação. Este fato se deve as demandas espontâneas de grupos de empreendedores que procuraram a SEASTER para apoio e assessoramento no contexto da Pandemia.



Fonte: SIGPLAN 2020.

- **Qualitativo da Ação**

✓ *Cadastros, Emissões de Carteiras de Artesãos e outros atendimentos*

Foram atendidas além das 03 regiões de integração programadas pela ação, também as regiões do Marajó, Carajás, Guamá e Tocantins, todos oriundas de demandas espontâneas em virtude dos impactos da Pandemia em suas atividades. Foi um total de 194 atendimentos realizados para cadastramento e emissão de carteiras junto ao Sistema de Informação de Cadastro Brasileiro (SICAB). Na região do Capim foram atendidos 91 empreendedores.

Foram realizados eventos presenciais antes da Pandemia COVID-19, como: A FIAP - Feira Itinerante do Artesanato Paraense realizada nos dias 30 e 31/01. Esta atividade contou com 16 empreendedores/artesãos e teve apurado comercializado em R\$ 5.561 em vendas; Oficina com o tema: “Empreendedorismo e Técnicas de Vendas e Educação Financeira” para egressos da Fábrica Esperança, realizada no próprio local da Instituição da Fábrica; Plenária preparatória para a “Semana do Artesão” em Belém que contou com a participação de 70 empreendedores.

Já, após o pico da pandemia, em outubro, foi executada pela SEASTER em Bragança a “Feira de Empreendedores” no espaço da Feira do Agricultor Familiar, visando favorecer a geração de oportunidades de negócios. Foram 20 empreendedores beneficiados que comercializaram R\$ 5.439,00. A SEASTER atendeu, ainda, 22 acolhidos no Abrigo Masculino Curuçambá em Ananindeua com Oficina de Empreendedorismo e Palestra com o tema “Interrelações Pessoais com Foco no Atendimento ao Cliente”. A SEASTER também deu assessoramento aos artesãos para ter acesso aos benefícios da Lei Aldir Blanc concedidos pela representação da Secretaria de Cultura do Estado do Pará e os benefícios do Fundo Esperança pela representação do BANPARÁ. Em Belém, foi realizado ações para o “Dia do Empreendedor”, no qual participaram 27 pessoas do segmento das crocheteiras. Foram atendidos, ainda, 03 empreendimentos indígenas na

que procuraram a SEASTER para apresentação de suas demandas de cadastro e assessoramento.

Em Bragança, foi realizado oficinas em parceria com a Casa do Empreendedor sobre empreendedorismo com Foco na Precificação e cadastro de artesãos. O público visou os empreendedores do artesanato, gastronomia, identidade visual e brechós. Os temas das oficinas foram: “Definição de Empreendedor”; “Perfil Empreendedor”; “Planejamento e Qualidade Total”; “Comercialização e Mercado” (Consumidor, Fornecedor e Concorrente); “Marketing, Publicidade e Propaganda”; “Os 04 P’s do Marketing”; “Ouça o Seu Cliente”; “Controle Financeiro”; “Capital de Giro”; “Custos e Preço de Venda”. O objetivo dessas atividades foi orientar os empreendedores quanto à importância de conhecer o mercado e seus componentes (consumidor, fornecedor e concorrente), e a precificação dos seus produtos.

Ainda em Bragança, por meio do Projeto da SEASTER, “Fomento às Mulheres Empreendedoras da Economia Solidária”, foi realizada a entrega de fardamentos doados pela PM do Pará à Casa do Empreendedor de Bragança, parceira do projeto. A ideia é organizar na Casa do Trabalhador grupos de mulheres que já trabalhavam individualmente com costura no município para receber estes uniformes visando sua reciclagem e venda dos produtos resultantes da doação, cujo faturamento será dividido em partes iguais. Além da Casa do Trabalhador, são parceiras do Projeto duas desfiles de moda, a faculdade UNICESUMAR e mulheres do projeto “DIVAS”, que ficarão responsáveis pelas confecções das embalagens dos produtos, feitas com materiais recicláveis.

Nos territórios de pacificação TERPAZ, estão sendo feitas visitas e reuniões para a implantação do “Banco Comunitário” para atender as pessoas em situação de vulnerabilidade dos territórios.

Alguns registros fotográficos
Ação de Apoio à Abertura e ao Fortalecimento do Mercado



Foto 89: Evento “Dia do Empreendedor” realizado na SEASTER com as crocheteiras.



Foto 90: Palestra “Empreendedorismo” em Dom Eliseu. Demanda espontânea.



Foto 91: Plenária preparatória para a “Semana do Artesão” na sede da SEASTER.



Foto 92: Reunião técnica na SEASTER sobre a implantação do “Banco Comunitário do TERPAZ”.



Foto 93: Evento na Casa do Empreendedor. Bragança.



Foto 94: “Fomento às Mulheres Empreendedoras da Economia Solidária” Casa do Empreendedor. Bragança.

b) APOIO ÀS UNIDADES PRODUTIVAS

PRODUTO: Empreendimento Atendido

• Meta Programada e Executada

Com o objetivo de apoiar empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação, atuantes no trato dos resíduos sólidos, constituídos por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis, a SEASTER programou para 2020 o orçamento de R\$ 136.434,00 para apoiar 12 cooperativas em 05 regiões de integração contempladas pela 2ª etapa do Programa PRO-CATADOR. A Tabela 34 mostra 16 cooperativas apoiadas a um custo de R\$ 27.365,08, incluindo demandas espontâneas.

Tabela 34: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Apoio às Unidades Produtivas pela UO SEASTER

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B. Amazonas	01	01	100%	12.917,00	949,52	7%
Carajás	-	-	-	-	-	-
Guajará	07	03	43%	69.354,00	4.431,16	6%
Guamá	-	04	-	-	7.385,22	-
L. Tucuruí	-	-	-	-	-	-
Marajó	-	01	-	-	1.186,90	-
Caeté	01	02	200%	3.229,00	5.459,74	169%
Capim	01	03	300%	3.229,00	5.341,05	165%
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	02	02	100%	47.705,00	2.611,49	5%
Xingu	-	-	-	-	-	-
Total	12	16	133%	136.434,00	27.365,08	20%

Fonte: SIGPLAN em 15/12/2020

• Avaliação da Execução Orçamentária e Física

A ação tratará, neste ano de 2020, da 2ª etapa do convênio MT/SENAES nº 778652/2012 (PROGAMA PRO-CATADOR). É um programa em parceria com o antigo Ministério do trabalho, cujo objetivo é estruturar 13 Centros Regionais de Triagem em

08 municípios (Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Benevides, Bragança, Marituba, Paragominas e Santarém). Todos os municípios já assinaram o “ACEITE” para receber os referidos centros. Serão contemplados esses municípios e mais 14 empreendimentos de catadores já cadastrados. Em 2019, foi executada a 1ª etapa do Convênio, que consistiu nas qualificações dos catadores pertencentes aos 14 empreendimentos e a entrega de parte dos EPIs, ambas as atividades realizadas pela SEASTER. A 2ª etapa consiste na entrega dos galpões para os centros de triagem pelos municípios como contrapartida destes pelo Convênio, sendo que a parte da SEASTER consiste na entrega de equipamentos para estruturar esses centros. Esses equipamentos consistem na aquisição de equipamentos de informática, mobiliário de escritório, maquinário eletrônico (prensa, fragmentadora de papel, transpaleteira manual, esteira de separação), eletrodomésticos, entre outros.

Ao longo do processo de licitação do Termo de Referência para aquisição dos equipamentos, foi necessário reajustar o Plano de Trabalho do Programa Pró-Catador no SICONV, referente a número de empreendimentos e cooperativas beneficiadas. Isto é, no Plano de Trabalho original seriam 12 empreendimentos para beneficiar 13 cooperativas, sendo que agora este número foi reajustado para 13 empreendimentos beneficiando 14 cooperativas/associações. Situação que está atrasando o pleito em 2020.

- **Qualitativo da Ação**

- ✓ *Baixo Amazonas*

A SEASTER realizou reunião técnica com membros da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Santarém para atualização de dados e visita técnica ao galpão de triagem da cooperativa de catadores (COOPRESAN).

✓ *Guajará*

A SEASTER realizou reunião técnica com os catadores de Ananindeua, Marituba e Benevides para atualização de dados e reestruturação das cooperativas e associações de catadores.

✓ *Guamá – Apoio não programado em 2020 (demanda espontânea)*

A SEASTER realizou reunião técnica com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Curuçá para a entrega de 19 kits de EPIs. Em Santa Maria do Pará, houve reunião com os catadores do município para preenchimento de formulários e entrega de 19 Kits de EPIs. Em Maracanã e Colares foi feito o preenchimento de formulários para entrega de 15 kits de EPIs e 27 Kits de EPIs, respectivamente.

✓ *Marajó – Apoio não programado em 2020 (demanda espontânea)*

A SEASTER realizou reunião técnica com os catadores de Soure para preenchimento de formulários e entrega a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Soure de 15 kits de EPIs.

✓ *Caeté*

A SEASTER realizou reunião técnica com os catadores de Bragança para atualização e dados e visita técnica ao galpão de triagem da Cooperativa de Catadores de Matérias Reciclados Bragança. Em Bonito foi feita palestra sobre Empreendedorismo aos catadores e orientações sobre o preenchimento de formulários para entrega de 19 Kits de EPIs.

✓ *Capim*

Em Ipixuna do Pará, a SEASTER reuniu com os catadores para efetuar o preenchimento de formulário para entrega de 12 kits de EPIs. Em Tomé-Açu a SEASTER assessorou os catadores de matérias reciclados do município sobre o preenchimento de formulários para recebimento de 23 kits de EPIs que foram entregues posteriormente. Houve reunião técnica com os catadores de matérias reciclados do

município de Ulianópolis e preenchimento de formulários para entrega de EPIs 15 Kits que, posteriormente, foram entregues.

✓ *Tocantins*

Em Abaetetuba foi realizada visita técnica para a verificação das adequações do Galpão de Triagem da Associação dos Moradores do Urubuêua Cabeceira (AMUCA). Bem como, reunião para a coleta de informações sobre a documentação solicitada pela UFPA e visita técnica para verificação das adequações do Galpão de Triagem da Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Abaetetuba (COOCAMARA). Foi realizado o preenchimento de formulários para recebimento de EPIs 17 kits entregues para COOCAMARA.

• **Cooperativas/Empreendimentos contemplados pela 2ª Etapa do PRO-CATADOR**

1. Associação dos Moradores do Urubuêua Cabeceira – **AMUCA**.
2. Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Abaetetuba – **COOCAMARA**.
3. Associação Cidadania para Todos – **CIDADANIA**.
4. Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá – **COOTPA**.
5. Cooperativa dos Catadores do Aura - **COOPALIX**.
6. Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém – **ACCSB**.
7. Associação dos Recicladores das Águas Lindas – **ARAL**.
8. Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis – **CONCAVES**.
9. Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Icoaraci – **COCVIP**.
10. Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Benevides – **RECICLABEN**.
11. Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis dos Caetés – **COOMARCA**.
12. Associação dos Catadores e Catadoras de Resíduos Sólidos de Marituba – **ACAMARI**.
13. Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis – **COOPERCAMARE**.
14. Cooperativa de Reciclagem de Santarém – **COOPRESAN**.

**Alguns registros fotográficos
Ação de Apoio às Unidades Produtivas**



Foto 95: Entrega de EPIs para Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Tomé-Açu.



Foto 96: Entrega de EPIs para Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Colares.



Foto 97: Entrega de EPIs para Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ulianópolis.



Foto 98: Visita ao Galpão de Triagem da Cooperativa de Bragança.



Foto 99: Reunião com catadores de Curuçá e entrega de EPIs.



Foto 100: Visita ao Galpão de Triagem da Cooperativa de Santarém.

c) **IMPLANTAÇÃO DO CREDTRABALHO**

PRODUTO: Pessoa Beneficiada

- **Meta Programada e Executada**

Não houve execução orçamentária e avanço da meta física.

- **Avaliação da não execução da ação**

Importante salientar, que a ação da **IMPLANTAÇÃO DO CREDITRABALHO** se implementaria por dentro da **Política de Microcrédito “PROGREDIR”** que é oriundo do governo federal. Por isso, a ação necessitava ser articulada junto ao Ministério que ficaria responsável pela referida política. Apenas em março de 2020, após a reorganização ministerial feita pelo novo gestor do Governo Federal, ficou definido que a Política ficaria sob a tutela do Ministério da Economia (MC). Com o a Pandemia COVID-19, a articulação presencial junto ao MC para tratar da Implantação do CredTrabalho, foi suspensão até a liberação das viagens interestaduais. A liberação ocorreu em junho.

Em agosto, foi realizada reunião entre a SEASTER e a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, para tratar do Programa de Microcrédito denominado “Plano Progredir”, que é a política que subsidiaria o CREDTRABALHO. Na reunião foi esclarecido pela Secretaria federal que esta política passou a focar apenas a qualificação profissional gratuita, de forma presencial ou à distância por meio do Portal Progredir, e não mais o microcrédito. Sendo que a adesão do Governo ao programa via SEASTER, seria imediata. O público alvo seriam apenas os cidadãos inscritos no CADÚNICO a ter acesso ao Portal. Encaminhou-se Memo. nº 85/2020, em 02/09/20 – PAE/Protocolo 2020/672248 solicitando as devidas providências para efetivar adesão da SEATER ao Programa Progredir.

A adesão da SEASTER ao programa PROGREDIR foi efetivada junto ao Governo Federal em **14 de setembro**. No momento, a Secretaria está fazendo treinamento da equipe de servidores que irá trabalhar na Plataforma **“PROGREDIR”** para dar conta das políticas que ela disponibiliza, como: Cursos de Qualificação e Intermediação de mão-de-obra, etc.

2.3.3 PROGRAMA GOVERNANÇA PÚBLICA

OBJETIVO I: APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

OBJETIVO II: PROMOVER A GESTÃO REGIONALIZADA

Quadro 24: Ações do Programa GOVERNANÇA PÚBLICA

Ação	Objetivo
✓ Capacitação de Agentes Públicos	I
✓ Edição e Publicação de Atos Administrativos	II
✓ Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	

Fonte: SIGPLAN 2020

Tabela 35: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Capacitação de Agentes Públicos

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Guajará	20	05	25%	100.000,00	11.141,30	11%
Total	20	05	25%	100.000,00	11.141,30	11%

Fonte: SIGPLAN em 30/11/2020

NOTA: Foram capacitados 03 servidores no Curso "Treinamento, Previdência dos Servidores Públicos, Aposentadorias e Pensões" (Reforma da Previdência). No mês de março na Cidade de Vitória/ES, no período de 10 a 12/03/2020 foi realizado o 1º Seminário de Controle Interno para uma Governança Anticorrupção, tendo a participação de 02 servidoras da SEASTER. A Pandemia COVID-19 suspendeu as capacitações.

Tabela 36: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Edição e Publicação de Atos Administrativos

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Guajará	1.500	970	65%	50.000,00	44.990,81	90%
Total	1.500	970	65%	50.000,00	44.990,81	90%

Fonte: SIGPLAN em 30/11/2020

Tabela 37: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Guajará	22	29	132%	430.000,00	359.431,52	84%
Total	22	29	132%	430.000,00	359.431,52	84%

Fonte: SIGPLAN em 30/11/2020

NOTA: Foram mantidos 29 serviços na SEASTER por meio de contrato com a PRODEPA.

2.3.4 MANUTENÇÃO DA GESTÃO

OBJETIVO I: VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Quadro 25: Ações do Programa MANUTENÇÃO DA GESTÃO

Ação	Objetivo
✓ Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	I
✓ Concessão de Auxílio Alimentação	
✓ Concessão de Auxílio Transporte	
✓ Operacionalização das Ações Administrativas	
✓ Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	

Fonte: SIGPLAN 2020

Tabela 38: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Abastecimento de Unidades Móveis

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Guajará	32	35	109%	360.000,00	340.465,84	95%
Total	32	35	109%	360.000,00	340.465,84	95%

Fonte: SIGPLAN.

Tabela 39: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Concessão de Auxílio Alimentação

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	01	01	100%	8.000,00	-	0%
B. Amazonas	28	28	100%	224.000,00	469.979,97	210%
Carajás	14	14	100%	104.000,00	-	0%
Guajará	823	773	94%	4.949.226,00	5.082.328,16	103%
Guamá	58	58	100%	464.000,00	-	0%
L. Tucuruí	02	02	100%	16.000,00	-	0%
Marajó	08	08	100%	64.000,00	-	0%
Caeté	21	21	100%	168.000,00	-	0%
Capim	06	06	100%	48.000,00	-	0%
Tapajós	01	01	100%	8.000,00	-	0%
Tocantins	08	09	113%	64.000,00	-	0%
Xingu	06	06	100%	48.000,00	-	0%
Total	976	927	95%	6.165.226,00	5.086.881,83	90%

Fonte: SIGPLAN.

Tabela 40: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Concessão de Auxílio Transporte

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/0GE	Exec.	% Exec.	PPA/0GE	Exec.	% Exec.
Araguaia	01	-	0%	3.600,00	-	0%
B. Amazonas	28	11	39%	100.800,00	-	0%
Carajás	14	12	86%	50.400,00	-	0%
Guajará	823	857	104%	534.092,00	1.053.009,50	197%
Guamá	58	26	45%	208.800,00	-	0%
L. Tucuruí	02	01	50%	7.200,00	-	0%
Marajó	08	01	13%	28.800,00	-	0%
Caeté	21	12	57%	140.400,00	-	0%
Capim	06	02	33%	21.600,00	-	0%
Tapajós	01	01	100%	8.000,00	-	0%
Tocantins	08	01	13%	29.200,00	-	0%
Xingu	06	03	50%	21.600,00	-	0%
Total	976	927	95%	1.154.492,00	1.053.009,50	91%

Fonte: SIGPLAN.

Tabela 41: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Operacionalização das Ações Administrativas

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Araguaia	-	-	-	-	-	-
B. Amazonas	-	-	-	-	133.359,56	-
Carajás	-	-	-	-	25.132,09	-
Guajará	105	39	37%	10.040.000,00	9.575.723,41	95%
Guamá	-	-	-	-	23.977,38	-
L. Tucuruí	-	-	-	-	10.400,00	-
Marajó	-	-	-	-	78.890,29	-
Caeté	-	-	-	-	1.754,55	-
Capim	-	-	-	-	19.142,16	-
Tapajós	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	35.351,67	-
Xingu	-	-	-	-	33.896,50	-
Total	105	39	37%	10.040.000,00	9.937.627,61	99%

Fonte: SIGPLAN.

Tabela 42: Avanço das metas físicas e orçamentárias da ação de Operacionalização das Ações de Recursos Humanos

Região	Meta Física			Meta Orçamentária		
	PPA/OGE	Exec.	% Exec.	PPA/OGE	Exec.	% Exec.
Araguaia	01	01	100%	60.000,00	-	0%
B. Amazonas	28	28	100%	930.000,00	-	0%
Carajás	14	14	100%	420.000,00	-	0%
Guajará	823	773	94%	34.950.126,00	38.720.649,69	111%
Guamá	58	58	100%	1.920.000,00	-	0%
L. Tucuruí	02	02	100%	120.000,00	-	0%
Marajó	08	08	100%	240.000,00	-	0%
Caeté	21	21	100%	690.000,00	-	0%
Capim	06	06	100%	240.000,00	-	0%
Tapajós	01	01	100%	60.000,00	-	0%
Tocantins	09	09	100%	300.000,00	-	0%
Xingu	06	06	100%	180.000,00	-	0%
Total	977	927	95%	40.110.126,00	38.720.649,69	97%

Fonte: SIGPLAN.

1.3.5. AÇÃO COVIPARÁ

A Ação orçamentária COVIDPARÁ foi criada mediante a Lei nº 9.039 de 22/04/2020 que abriu Crédito Especial no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor de R\$ 800.000.000,00 na forma do inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, com recursos a serem executados pela ação de nome COVIDPARÁ. Entre os Órgãos contemplados com estes recursos, destaca-se a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), que executou recursos pela ação COVIDPARÁ na Unidade Orçamentária FEAS. O **Quadro 43** mostra a execução orçamentária desta ação.

Quadro 26: Execução Orçamentária da Ação COVIDPARÁ pela UO FEAS

Região	Ação Detalhada	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
		Municípios	Recurso	%
Araguaia	Repasse Financeiro*	14	605.151,14	0,57%
B. Amazonas	Repasse Financeiro	13	409.365,10	0,39%
	Serviços de apoio operacional	01	980,22	
Carajás	Repasse Financeiro	12	516.506,96	0,49%
	Serviços de apoio operacional	01	1.326,25	
Guajará	Aq. de eletrodomésticos	01	970,00	95,53%
	Aq. Material de Consumo	01	669.496,64	
	Concessão de Benefício Eventual	01	73.150,00	
	Serviço de Alimentação	01	4.054.851,04	
	Serviços de apoio operacional	01	3.508.815,85	
	Repasse Financeiro	05	1.978.393,02	
	Transferência de Renda PARÁ	01	90.927.900,00	
Guamá	Repasse Financeiro	17	641.151,14	0,61%
L. Tucuruí	Repasse Financeiro	06	170.893,02	0,16%
Marajó	Repasse Financeiro	15	461.393,02	0,44%
Caeté	Repasse Financeiro	15	614.111,60	0,58%
Capim	Repasse Financeiro	15	474.986,04	0,45%
	Serviços de apoio operacional	01	1.556,82	
Tapajós	Repasse Financeiro	06	164.379,06	0,16%
Tocantins	Repasse Financeiro	11	361.000,00	0,34%
Xingu	Repasse Financeiro	10	279.279,06	0,27%
Total		139	105.915.655,98	

Fonte: SIGPLAN 2020.

Nota*: Os Repasses Financeiros correspondem ao Cofinanciamento Estadual e Contrapartida.

- **Avaliação da Execução Orçamentária**

- ✓ *Repasse Financeiro*

Os repasses financeiros correspondem ao Cofinanciamento Estadual 2020 e a Contrapartida Estadual do Cofinanciamento Federal, ambos pagos aos 139 municípios por meio de suplementação pela Lei nº LEI 9.039/2020-COVID, perfazendo um montante da ordem de R\$ 6.660.109,16. Estes cofinanciamentos são para assegurar a proteção social básica e especial nos municípios, sobretudo, em tempos de Pandemia COVID-19.

- ✓ *Transferência RENDA PARÁ*

De acordo com a Lei Estadual nº 9.139, de 29 de outubro de 2020, que Instituiu no âmbito do Estado do Pará, o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda (RENDA PARÁ), objetivando a transferência de renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia da COVID-19, de modo a mitigar os seus efeitos, a SEASTER, em Acordo de Cooperação Técnica junto ao BANPARÁ, fez destaque orçamentário da ordem de R\$ R\$ 90.927.900,00 ao BANPARA para pagar o auxílio de R\$100,00, em cota única, a 909.279 beneficiários do Bolsa Família nos 144 municípios do Estado. Repasse que está sendo feito, por meio das 128 agências do BANPARÁ, presentes em 110 municípios, entre os meses de novembro e dezembro de 2020, de acordo com a data de aniversário de cada beneficiário.

O repasse deste auxílio obedeceu ao que determina a Lei nº 9.139, a qual salienta que o total de beneficiários a ser contemplado deve constar na última lista atualizada divulgada no site do Ministério da Cidadania até a publicação da referida Lei, ou seja, 965.702 beneficiários até a data de 29 de outubro de 2020. Contudo, devido a irregularidades com o CPF de alguns beneficiários, o montante repassado foi da ordem já citada de R\$ 90.927.900,00 para atender 909.276 beneficiários. O restante dos favorecidos, 56.426 cidadãos, precisarão regularizar seus CPFs a partir de 28/12/2020

para estarem aptos a receber os R\$100,00 de auxílio. Este prazo se estende até 30 de janeiro de 2021.

✓ *Concessão de Benefício Eventual*

Foram pagos pela ação COVIDPARA, benefícios eventuais a **28 famílias** vítimas de sinistro na região do Guajará, município de Belém. O Benefício Eventual está previsto para casos de sinistros, calamidade pública e de situação de emergência nos termos da Lei Federal nº 8.742/1993-LOAS, e se fazem mais necessários em momentos de Pandemia como vive Belém.

✓ *Abrigos provisórios Mangueirão e Mangueirinho*

A SEASTER atuou diretamente nas ações de apoio ao abrigamento da população em situação de rua nos abrigos provisórios do Estádio Estadual Augusto Proença (**Mangueirão**) e na Arena Guilherme Paraense (**Mangueirinho**) no período em que Pandemia da Covid-19 mais impactou Belém. No Mangueirão a SEASTER atendeu 618 pessoas e no Mangueirinho 280 pessoas, sendo que no pico da Pandemia os atendimentos chegaram a 1.050 acolhidos nos dois abrigos. Além do acolhimento, a SEASTER foi responsável pela distribuição do material de higiene, material de proteção (pacotes de 100 unidades de máscaras descartáveis dupla proteção), distribuição de alimentação pronta, serviços de segurança, bem como, serviços de apoio operacional temporário.

Os técnicos especializados da média complexidade mobilizam atenção às crianças e adolescentes desses abrigos, dando orientações e interagindo com eles em rodas de conversas. A Secretaria acompanhou, ainda, o cadastro e o fluxo de saídas e desligamentos dos abrigados no banco de dados para comunicar os parentes que buscam informação, bem como, orientação aos abrigados sobre seus direitos, entre outras dúvidas. Foram atendidas, também, solicitações dos abrigados para o acompanhamento do auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal.

Atualmente, a SEASTER desmobilizou os abrigos do Mangueirão e Mangueirinho, transferindo ambos, um para Ananindeua no bairro Curuçambá e outro para a antiga sede do abrigo de imigrantes na Rua Cametá, em Belém.

1.3.6. GRANDES REALIZAÇÕES DE 2020 E O FORTALECIMENTO DOS ODS NO PARÁ

- ✓ Programa RENDA PARÁ
- ✓ PAA Emergencial 2020
- ✓ Implantação das Unidades de Interligação
- ✓ Abrigos do Mangueirão e Mangueirinho
- ✓ Fomento às Mulheres Empreendedoras da Economia Solidária.

- **Programa RENDA PARÁ**

O **Programa RENDA PARÁ** tem por objetivo transferir renda aos beneficiários do Programa Bolsa Família, atingidos social e economicamente pela pandemia da COVID-19, de modo a mitigar os seus efeitos. Trata-se de um **auxílio financeiro a ser pago aos beneficiários do Programa Bolsa Família**, população reconhecidamente abaixo da linha da pobreza. Garantir recursos da ordem R\$ 90.927.900,00 para implementar este programa beneficiando quase mil famílias carentes é uma iniciativa concreta de combate à pobreza extrema que se reflete na meta 1.A do 1º ODS da Agenda 2030 que diz ser importante **“garantir recursos para implementar programas e políticas de erradicação da pobreza extrema”**. O RENDA PARÁ é um programa que, definitivamente, contribui e contribuirá para fortalecer o combate a pobreza no Estado do Pará.

- **PAA Emergencial 2020**

O PAA Emergencial é um PAA extraordinário, fruto da Medida Provisória nº 957/2020 que abriu crédito em favor do Ministério da Cidadania (MC) para o

enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da Pandemia COVID-19. Com estes recursos serão atendidas **419 famílias de 106 municípios** que comercializarão cerca de **1,5 toneladas de alimento**. Esta iniciativa, ao mesmo tempo, que combate a insegurança alimentar nesses municípios, também promove e valoriza a agricultura familiar no Estado, contribuindo para sua sustentabilidade. Este fato fortalece o 2ª ODS da Agenda 2030 na sua meta 2.2 que afirma ser fundamental **“Erradicar as formas de má nutrição e de desnutrição crônica, sobretudo, de crianças”**, bem como, se alinha ao 10º ODS na sua meta 10.2 que afiança ser indispensável **“empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, reduzindo a desigualdade”**.

- **Projeto de Implantação das Unidades de Interligação**

As **“Unidades de Interligação”** consistem em um projeto piloto de combate ao subregistro, que visa equipar uma sala com aparelhamentos de informática dentro de hospitais maternidades, dando estrutura de trabalho ao Cartório para que, dessas salas, possam se interligar ao Sistema de Registro Civil para emissão imediata e gratuita da Certidão de Nascimento do recém-nascido. Para tanto, a SEASTER fornece **“kits de Informática”** doados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção Global, para serem instalados nas unidades de interligação. Os municípios contemplados com este projeto piloto são: Barcarena, Tomé-Açu, Breves, Portel e Salinópolis, todos já receberam os Kits de Informática e estão na fase de instalação para implementação do projeto.

Destaca-se que o primeiro registro, a **Certidão de Nascimento**, é determinante para que o indivíduo exista para o Estado. Para que ele tenha acesso a todos os serviços ofertados pelo governo, sobretudo, benefícios, matrícula em escolas e a proteção social, entre outros. Neste sentido, o objetivo da Agenda 2020 que mais se alinha a esta ação é o 1º ODS na sua meta 1.3 que diz ser fundamental **“assegurar para todos o acesso ao sistema de proteção social, garantindo cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade”**.

- ***Abrigos do Mangueirão e Mangueirinho***

A SEASTER atuou diretamente nas ações de apoio ao abrigamento da população em situação de rua no “**Mangueirão**” e “**Mangueirinho**” no período em que Pandemia da Covid-19 assolava Belém. No Mangueirão a SEASTER atendeu 618 pessoas e no Mangueirinho 280 pessoas, sendo que no pico da Pandemia os atendimentos chegaram a **1.050 acolhidos** nos dois abrigos.

O acolhimento dessas pessoas de rua, não só ajudou na prevenção da Pandemia COVID-19, salvando vidas, como também deu oportunidade a muitos moradores de rua saírem da situação de miséria em que se encontravam. Com a ajuda do Governo, muitos retornaram às suas cidades natais, conseguiram seus registros civis para ter acesso aos benefícios do Estado, entre outras mudanças. Este desdobramento que o acolhimento proporcionou a essas pessoas contribui para o combate à pobreza extrema na cidade de Belém, e esta conquista do governo se alinha ao 1º ODS da Agenda 2030, que afirma ser imperativo “***acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares***”.

- ***Projeto de Fomento às Mulheres Empreendedoras da Economia Solidária***

A SEASTER considera uma exitosa realização do Projeto “***Fomento às Mulheres Empreendedoras da Economia Solidária***”. Trata-se de uma parceria entre a SEASTER e a ***Casa do Trabalhador de Bragança***, na concretude de um projeto piloto que visa entregar quilos de fardamentos doados pela Polícia Civil às costureiras autônomas do município. A meta é organizar **100 empreendedoras** na Casa do Trabalhador em **05 grupos** de mulheres que já trabalhavam individualmente com costura no município para receber estes uniformes, visando sua reciclagem e venda dos produtos resultantes da doação, cujo faturamento será dividido em partes iguais. Além da Casa do Trabalhador, são parceiras do Projeto duas designs de moda, a faculdade UNICESUMAR e mulheres do

projeto “DIVAS”, que ficarão responsáveis pelas confecções das embalagens dos produtos, feitas com materiais recicláveis.

Até o momento o projeto formou 01 grupo de 10 empreendedoras, que agregam ao trabalho delas cerca de 04 outras ajudantes, totalizando um total de 40 mulheres no projeto piloto. A exposição dos produtos confeccionados está prevista para dezembro no tradicional evento religioso da Marujada, ocasião em que farão um desfile com as peças confeccionadas.

Este projeto se configura como um projeto de inclusão social que busca promover o empreendedorismo feminino, empoderando as mulheres que dele participam. Estas características vão ao encontro do 10º ODS na sua meta 10.2 que afirma ser fundamental o “**empoderamento e a promoção da inclusão social, econômica e política de todos**” combatendo a desigualdade e promovendo a geração de renda.

